

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – USFC
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO – CCE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA**

SANDRA MARIA JOB

**EM TEXTO E NO CONTEXTO SOCIAL: MULHER E
LITERATURA AFRO-BRASILEIRAS**

Florianópolis-SC
2011

SANDRA MARIA JOB

**EM TEXTO E NO CONTEXTO SOCIAL: MULHER E
LITERATURA AFRO-BRASILEIRAS**

Tese submetida à banca de defesa do curso de Doutorado em Teoria Literária, na Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Teoria Literária.

Orientadora: Prof^ª Simone Pereira Schmidt, Dr^ª

Florianópolis-SC
2011

**EM TEXTO E NO CONTEXTO SOCIAL: MULHER E
LITERATURA AFRO-BRASILEIRAS**

Esta tese foi julgada e considerada adequada para a obtenção do título de Doutora em Teoria Literária e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Literatura, da Universidade Federal de Santa Catarina-USFC.

Florianópolis, 28 de março de 2011.

Prof^a Susana Scramim , Dr^a .
Coordenadora do curso de Pós-Graduação em Literatura

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^a Simone Pereira Schmidt, Dr^a

Prof^a Gizêlda Melo do Nascimento, Dr^a
Universidade Estadual de Londrina-UEL

Prof^a Regina Dalcastagnè, Dr^a
Universidade de Brasília – UNB

Prof^a Cláudia Lima Costa, Dr^a
Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC

Prof^a Zahidé L. Muzart, Dr^a
Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC

Para
Expedita Virgínia de Jesus (*in memorian*),
Amélia Cândida de Jesus (*in memorian*),
E as que vieram antes delas,

Porque era tarde. Muito tarde da noite quando cheguei. E as brumas pintadas no quadro negro da alma impediram-nos de ver. Estávamos todos dormindo, acorrentados, sob o confortável travesseiro de algo a que chamam de vida. E chorar não puderam. As lágrimas lhes foram roubadas. E era tarde. Muito tarde quando cheguei...

Ao meu pai, José Job;
ao meu bisa, Jeremias Malachias Domingos, o vovô
Jeremias (*in memoriam*).

Ao Fernando....

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos:

Aos membros da banca.

À CAPES, pelos 20 meses de bolsa.

A minha orientadora, Simone P. Schmidt, pois nem só com livros se faz o homem. É preciso oferecer-lhe livros e oportunidades. E há muito eu vinha buscando por uma. Por isso, um agradecimento *mais* que especial, pela oportunidade dada. Muito obrigada!

À Odila Zani (eternamente Lila), que se revelou mais que uma amiga...

À Cleuza, pois *o precipício que se estende afora e sob o qual me equilíbrio é aquele que me conduzirá para não sei onde, para não sei o quê. Pois só sei que não vou só. Uma estrela sem brilho, surda, muda e cega me guia. Ou me segue? Já não sei. Eu sei! Eu sei! Seu nome, eu sei...* Cleu, Cleuza. Para sempre. Enquanto durar o sempre. Obrigada! Você bem sabe pelos muitos porquês.

À minha família e parentes: exemplos de resistência e união, ainda que meio às avessas. São muitos, cito alguns deles: Nilza, minha mãe; José Job, meu pai; meus irmãos, Neuza e José Carlos; tia Noêmia (tia Beca); tia Nela; tia Quide; e aqueles(as) que não estão entre nós. Por serem (meus) exemplos de superação.

Cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é.
(Caetano Veloso)

RESUMO

Quem é, onde e como está a mulher negra na literatura e sociedade brasileira? A partir desses questionamentos surgiu esta pesquisa que para obter respostas a essas perguntas fez antes uma leitura do trajeto trilhado pelas conquistas femininas no século XX, principalmente dentro da academia, até esse momento atual, ressaltando, entre outros aspectos, a necessidade da junção de gênero a discussões sobre raça, classe . Pesquisa cuja maior proposta é identificar a representação de gênero e raça nas obras *Úrsula* e do conto “A escrava” (2004), de Maria Firmina dos Reis (século XIX)); *Quarto de despejo: memórias de uma favelada* (1960), de Carolina Maria de Jesus; *Ponciá Vicêncio* (2003) e *Becos da memória* (2006), de Conceição Evaristo; e *As mulheres de Tijucoapapo* (1982), *O lago encantado de Grongonzo* (1992) e *Obsceno Abandono: amor e perda* (2002), de Marilene Felinto. Busco com isso uma melhor compreensão da condição social e literária da mulher negra na sociedade brasileira do século XIX até o XXI. Além do objetivo maior desta pesquisa, ela também tem o intuito de refletir sobre a condição social e literária da mulher negra na literatura e sociedade, a partir da presença das mesmas como sujeito e objeto de suas escrituras.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Literatura afro-brasileira de autoria feminina. Mulher negra.

ABSTRACT

Who, where and how is the Black woman in Brazilian literature and society? This search arose from such questions. To answer them, I have completed a comprehensive study of women's achievements in the twentieth century, particularly in academia, through which I have noted, among other things, the need for gender to join discussions on race, class, and/or ethnicity. The main purpose of this work is to identify the representation of gender and race in the books *Úrsula* and of shortstory "A escrava" (2004), by Maria Firmina dos Reis (nineteenth century); *Quarto de despejo: memórias de uma favelada* (1960), by Carolina Maria de Jesus; Ponciá Vicêncio (2003) and *Becos da memória* (2006), by *Conceição Evaristo*; and *As mulheres de Tijucopapo* (1982), *O lago encantado de Grongonzo* (1992) and *Obsceno abandono: amor e perda* (2002), by Marilene Felinto. Search for a better understanding of the social and literary condition of the Black woman in Brazilian society in the nineteenth through the twenty-first centuries. And also to reflect on the condition of Black women in literature and society, studying their presence as subjects and objects of their writing.

KEYWORDS: Gender. Afro-brasilian literature by female authours. Black woman.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO 1	30
DA HISTÓRIA DO MOVIMENTO FEMINISTA AO FEMINISMO NEGRO NO BRASIL: BREVE ABORDAGEM	30
Por que gênero e raça?	38
CAPÍTULO 2	46
CÂNONE, FEMINISMO, LITERATURA: RELAÇÕES E IMPLICAÇÕES	46
CAPÍTULO 3	60
MARIA FIRMINA DOS REIS: (RE)PRESEN(TA)ÇÃ(O) DE GÊNERO E RAÇA	60
CAPÍTULO 4	75
CAROLINA MARIA DE JESUS RUA A, BARRACO NÚMERO 9 - CANINDÉ.....	75
CAPÍTULO 5	93
PELOS <i>BECOS DA MEMÓRIA</i> E DO CORAÇÃO DE <i>PONCIÁ VICÊNCIO</i> : GÊNERO E RAÇA EM CONCEIÇÃO EVARISTO	93
CAPÍTULO 6	106
NEM SÓ GÊNERO, NEM SÓ RAÇA: RÍSIA, DEISI E MARIA DOIDINHA	106
CAPÍTULO 7	117
MARIA FIRMINA DOS REIS, CAROLINA MARIA DE JESUS, CONCEIÇÃO EVARISTO E MARILENE FELINTO: DISSONÂNCIAS E RESSONÂNCIAS	117
CONSIDERAÇÕES...	131
BIBLIOGRAFIA	136

INTRODUÇÃO

Ao longo do meu aperfeiçoamento acadêmico¹, concomitante a minha (con)vivência com mulheres e homens negros, observações e conjecturas, de um modo geral, foram inevitáveis. Observando principalmente as mulheres negras e sondando aquelas cuja trajetória acadêmica era semelhante a que estava trilhando, questionava-as sobre certas coisas que percebia ao redor de nós. Pelas respostas obtidas, constatei que muitas daquelas percepções pessoais eram sentidas por elas também. Aquelas observações não eram, aparentemente, portanto, fruto da minha imaginação, nem o resultado de resquícios rancorosos pelo tratamento imputado a nós negros ao longo dos séculos. A partir dessas observações, então, alguns questionamentos foram tomando forma a tal ponto que saciar a sede de respostas e o desejo de compartilhá-los se tornou um caso pessoal. Afinal, quem é, como e onde está a mulher negra no Brasil?

Mas trazer esses questionamentos para a academia, mesmo na condição de doutoranda, perturbou-me a princípio, visto que estava e estou diretamente ligada a eles e poderia, por isso, entre outros aspectos, ter meus discursos ou ideias castradas, mal interpretadas ou ainda “[...] despreziadas y silenciadas”², pois incorremos nesse risco ao falarmos de temas que interessam a uma coletividade, mas cujo teor só é sentido e, por isso, talvez, compreendido em *toda* a sua dimensão na e dentro da individualidade de quem o vive, como é o caso, por exemplo, de racismo, gênero... Em outras palavras, assim como certas obras são *abertas* e estão em *constante movimento*³, certos temas também são abertos e estão em contínuo movimento. Sendo assim, para compreendê-los nas suas diferentes possibilidades de interpretação e de *emotivação* é necessário, muitas vezes, um *determinado* receptor, porque não basta ser mulher para aceitar e compreender as reivindicações feministas, assim como não basta ser negro(a) para entender as reivindicações deste(a), por exemplo. Por isso, temas abertos e em constante movimento terão leituras e, portanto, interpretações, recusas ou aceitações

¹ Incluo nesse aperfeiçoamento inclusive o período destinado à graduação, às participações em eventos e não somente aos cursos de pós-graduação.

² hook, 2004, p. 45.

³ ECO, Umberto. **Obra aberta**. 2.ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1971.

diversas ao longo dos tempos, mesmo e quando direcionado a um determinado e específico público.

Entretanto, durante a entrevista para a seleção de doutorado nesta universidade, ao expor o tema para a minha – naquele momento – futura orientadora e comentar sobre estas preocupações por estar diretamente envolvida com tal tema, ela foi taxativa na sua resposta: “se você não falar, quem vai falar?”⁴. Esta argumentação acompanhou-me durante todo o desenvolvimento deste trabalho, principalmente porque há na atualidade uma quase unanimidade na constatação de quão poucos trabalhos existem acerca da mulher negra na literatura, em particular. Gregory Rabassa, na obra *O negro na ficção brasileira*⁵, por exemplo, faz um amplo estudo sobre a presença do negro nos textos literários no Brasil, porém com brevíssimas e superficiais referências à presença da mulher negra na literatura brasileira. Entre outros aspectos, para ele “o negro tem sido um importante personagem na Literatura Brasileira desde o início da escravidão em 1531”⁶, e ele não ignora que “há, em alguns casos, descrições de figuras negras abjetas”⁷, todavia “esses personagens são comparativamente raros no romance brasileiro”⁸. Ainda segundo ele, aparentemente, os “autores brasileiros [...] não tentaram dotar seus personagens negros de quaisquer qualidades que eles não possuíssem na vida real [...]”⁹. É, sem sombra de dúvida, um estudo relevante acerca do negro, mas que em nada contribui para uma melhor compreensão da mulher negra no período abordado por ele.

Também há trabalhos mais recentes e/ou mais centrados nas escritoras e/ou personagens negras como, por exemplo, o da pesquisadora Maria Lúcia de Barros Mott que faz um trabalho voltado para o resgate das escritoras afro-brasileiras, assim como os da professora Gizêlda Melo do Nascimento e os trabalhos de Eduardo de Assis Duarte. Estes são alguns dos nomes da atualidade cujas pesquisas enfocam escritoras afro-brasileiras e/ou a representação literária da mulher negra na literatura. Nomes como Sueli Carneiro, Lélia Gonzáles, Kia Lilly Caldwell, por sua vez, também são recorrentes quando o assunto é raça e gênero dentro do contexto social brasileiro. Contudo, uma lacuna em meio a todas essas discussões tem sido observada, pois

⁴ Fala da Profª Dª Simone P. Schmidt durante entrevista para seleção de doutorado em 2006.

⁵ RABASSA, 1965.

⁶ RABASSA, 1965, p. 22.

⁷ RABASSA, 1965, p. 443.

⁸ RABASSA, 1965, p. 443.

⁹ RABASSA, 1965, p. 443.

ainda há muito para ser discutido e são poucos os estudiosos que se voltam para os temas gênero, raça, classe, em específico.

Partindo, portanto, de questionamentos pessoais a constatações teóricas, chegou-se a esta pesquisa: um olhar reflexivo, a partir da literatura afro-brasileira de autoria feminina, para o quem é, como e onde está a mulher negra na literatura e sociedade brasileira. Um olhar que se crê oportuno e necessário. Oportuno e necessário pelos motivos já expostos e, além disso, por que poderá acrescentar algo novo em relação aos discursos acadêmicos.

Contudo, ao trazer temas como raça, classe e gênero¹⁰ para uma pesquisa é preciso considerar alguns poréns. Por isso, em relação à raça, por exemplo, é necessário ressaltar que

há posições divergentes nas Ciências Sociais quanto ao uso do termo “raça”. Aqueles que se negam a utilizá-lo, o fazem apoiando-se no fato de que biologicamente não existem raças na espécie humana, bem como no argumento de que esta categoria encontra-se carregada de conteúdo ideológico discriminatório.¹¹

Porém, embora o termo raça, biológica e cientificamente, não exista,

[...] o conceito persiste tanto no uso popular como em trabalhos e estudos produzidos na área das ciências sociais. Estes, embora concordem com as conclusões da atual Biologia Humana sobre a inexistência científica da raça e a inoperacionalidade do próprio conceito, eles justificam o uso do conceito com a realidade social e política, considerando a raça como uma construção sociológica e uma categoria social de dominação e de exclusão.¹²

Por isso (pelo seu caráter de dominação e exclusão),

[...] para além dos problemas do conceito, e do intenso debate que suscita, é necessário que a categoria “raça” continue a ser convocada para que

¹⁰ Gênero terá uma discussão um pouco maior no primeiro capítulo.

¹¹ SILVA, 2007, p. 45.

¹² Excerto da palestra proferida por MUNANGA, no **Terceiro Seminário Nacional Relações raciais e Educação**, PENESB, Rio de Janeiro, 2003, [s/p].

os problemas em torno dela, de fundo histórico e muito presentes nas sociedades que, como a nossa, vivenciaram a experiência do colonialismo – tais como o preconceito racial, a mestiçagem, etc. –, possam ser discutidos em profundidade. Assim, temas tão difundidos como aqueles ligados ao controverso e problemático conceito de raça, tornam incontornável a sua abordagem.¹³

Portanto, já que raça “[...] é um dos marcadores sociais mais importantes em nossa sociedade”¹⁴, é mister a apropriação do termo aqui para que, na intersecção com gênero, seja possível melhor delimitar/especificar do que e sobre quem exatamente se quer falar e em que base contextual a abordagem será encaminhada (que, nesta pesquisa, não é a biológica, não é a científica, mas sim no campo social e a tudo que ele remete –pois é onde, de fato, termos como gênero raça e classe tendem a ganhar uma existência real).

Tão complexo e discutível quanto raça é o conceito de classe¹⁵, pois, entre outros aspectos, há divergências quanto à concepção da

¹³ SCHMIDT e ROSSI, in: STEVENS (org.), 2010, p. 215-216.

¹⁴ CORRÊA, 2009, p. 49.

¹⁵ Segundo o *Dicionário de Filosofia*, classe “em sentido sociológico, corresponde, ao que os antigos chamavam de ‘parte da cidade e designa um grupo de cidadãos definido pela natureza da função que exercem na vida social e pela parcela de vantagens que extraem de tal função. [...] A noção de C. (sic) ficou muito acentuada no século XVIII, por obra da Revolução Francesa e de todo o movimento cultural que a promoveu e a acompanhou. Em filosofia, porém, ela só ganha destaque graças a Hegel, que considerava a divisão das C. (sic) como um ajustamento necessário da sociedade civil, devido a bens privados, ou seja, ao capital [...]. O conceito de C. , [...] elaborado por Hegel, foi usado por Marx como fundamento da sua doutrina da luta de classes. [...] Para Marx, a C. tem aquela espécie de unidade substancial sólida que Hegel atribuía ao espírito de um povo [...], isto é, ela age na história como uma unidade e subordina o indivíduo, que conta apenas como membro da sua C., da qual derivam seus modos de pensar e de viver, seus sentimentos e suas ilusões.

Essa rigidez do conceito de C. foi mantida pela ideologia comunista e, mais que um conceito científico, é um instrumento de luta política. [...] As análises contemporâneas mostraram uma estrutura mais complexa e elástica de classe. [...] (ABBAGNANO, 2001, p. 170).

No *Dicionário do pensamento social do século XX*, entre outras informações, consta que “em seu sentido social, a palavra (classe) indica grupos amplos, entre os quais a distribuição desigual de bens econômicos e/ou a divisão preferencial de prerrogativas políticas e/ou a diferenciação discriminatória de valores culturais resultam respectivamente da exploração econômica, da pressão política e da dominação cultural. [...] Na tradução do pensamento social, classe social é um conceito genérico utilizado no estudo da dinâmica do sistema social, enfatizando mais o aspecto da *relação* do que o de *distribuição* da estrutura social. Nesse sentido, as classes são consideradas não apenas como agregados de indivíduos, mas como *grupos sociais* reais, com sua própria história e lugar identificável na organização da sociedade. [...] [...], os sentidos ligados à expressão classe social variam e se referem a tipos diferentes de ESTRUTURAÇÃO da sociedade. Na sociologia teórica e histórica surgem vários

palavra, visto que cada corrente ideológica possui suas definições. Contudo, de acordo com Codato e Leite,

o emprego científico desse nome deve enfatizar que a expressão “classe social” não sugere somente a existência de categorias de indivíduos diferentes entre si (isto é, a existência de diferenças sociais entre as pessoas); mas classes de indivíduos que são subordinadas umas às outras. Assim, o pertencimento a uma determinada classe nos indica, além de variedades sociais, desigualdades sociais.¹⁶

Ainda segundo eles, “classe” (o conceito) seria um modo de classificação que percebe distâncias sociais reais e é capaz de traduzi-las em relações de dominação e subordinação¹⁷. De uma forma mais sistematizada, os autores apontam três sentidos para “classe”. O primeiro seria puramente teórico, isto é, um recurso intelectual que ordena e distribui os indivíduos em categorias mais ou menos fixas. O segundo é descritivo, pois tem o intuito de representar de maneira sistemática e abrangente a estrutura social. Já o terceiro é interpretativo, pois possibilita ler e exprimir a realidade social e, além disso, entender sua dinâmica¹⁸.

Além das divergências conceituais e/ou de aceitação da existência de ‘classe’, raça e classe têm um determinante em comum no contexto das relações sociais: são elementos de/para dominação e exclusão. Sendo assim, trazer o tema classe para ler uma determinada realidade social, como é a intenção dessa pesquisa, é uma forma de compreender possíveis mecanismos subjacentes norteadores do comportamento e da relação social de um determinado grupo na sociedade brasileira para, entre outras coisas, avaliar a existência e/ou consequência das desigualdades sociais, visto que “o pertencimento a

tipos de estruturação em discussões substantivas sobre classes econômicas, classes políticas e classes culturais. [...]. (DICIONÁRIO, 1996, 92).

¹⁶CODATO e LEITE, 2009, [s/p]. Disponível em: <http://adrianocodato.blogspot.com/2009_05_01_archive.html>. Esse excerto é parte da introdução do livro destes autores e consta neste site. A introdução na íntegra, assim como de todo o conteúdo do texto está, segundo os autores, in: ALMEIDA, Heloisa Buarque e SZWAKO. (Eds). **Diferenças, igualdades**. São Paulo: Berleandis & Vertecchia, 2009 – esta informação também consta no site acima citado.

¹⁷ CODATO e LEITE, 2009, [s/p].

¹⁸ CODATO e LEITE, 2009, [s/p].

uma determinada classe (no sentido de classe de indivíduos onde um é subordinado ao outro) nos indica”¹⁹ as possíveis desigualdades sociais.

A partir da concepção de que raça e classe ganham, dentro das relações sociais, as proporções e uma existência ‘nocivas’ na e para a vida do indivíduo, a junção dos temas gênero, raça e classe comungam mais que complexidades quanto à conceituação e/ou aplicação, já que na prática podem ser os causadores dos mesmos males: exclusão/discriminação/dominação. Por isso, nesta pesquisa (e também nos debates teóricos), a relevância da intersecção de gênero e raça e, consequentemente, classe, principalmente em se tratando de Brasil.

Portanto, ciente dessa relevância e visando aos propósitos dessa pesquisa, o trabalho foi estruturado da seguinte forma. No primeiro capítulo, “Da história do movimento feminista ao feminismo negro no Brasil: breves abordagens”, a proposta é retomar a trajetória do movimento feminista e suas reivindicações para evidenciar como e por que se chegou ao discurso e às reivindicações do feminismo negro.

A trajetória do movimento feminista tem sido relevante para vários segmentos da sociedade, inclusive para a academia na qual ganhou outras dimensões. Sendo assim, o segundo capítulo, “Cânone, feminismo, literatura: relações e implicações”, discute a importância da crítica feminista no campo da literatura. Além disso, como forma de dar visibilidade a elas, também traz alguns nomes de escritoras negras e suas respectivas obras.

Já os demais capítulos visam a atender o objetivo maior desta pesquisa: identificar a representação²⁰ de gênero e raça na literatura afro-brasileira de autoria feminina, através da análise das personagens. Para isso, as autoras e obras selecionadas foram: *Úrsula* e o conto “A escrava”²¹, de Maria Firmina dos Reis (século XIX); *Quarto de despejo: memórias de uma favelada*²², de Carolina Maria de Jesus;

¹⁹ CODATO e LEITE, 2009, [s/p].

²⁰ Segundo Butler (2003, p. 18), a representação *também* é a função normativa de uma linguagem que revelaria ou distorceria o que é tido como verdadeiro sobre a categoria das mulheres. Nesse contexto, esta pesquisa adotará essa concepção, visto que busca, através do discurso literário, respostas para melhor compreender quem é, como e onde está a mulher negra no contexto literário e social brasileiro. Contudo, fará isso sem desconsiderar a noção referenciada pela discussão elaborada por Roger Chartier (1990). Essa noção atua não no sentido da representação enquanto imagem de um objeto que o irá reconstituir em memória e de o figurar tal como ele é, mas no sentido de que a representação opera no campo do simbólico.

²¹ REIS, 2004.

²² JESUS, 1960.

*Ponciá Vicêncio*²³ e *Becos da memória*²⁴, de Conceição Evaristo; e *As mulheres de Tijucopapo*²⁵, *O lago encantado de Grongonzo*²⁶ e *Obsceno Abandono: amor e perda*²⁷, de Marilene Felinto. Para melhor visualizar a análise das obras de cada autora, elas foram trabalhadas em separado. Desta forma, o terceiro capítulo, ocupou-se da narrativa oitocentista em Maria Firmina dos Reis e da representação de gênero e raça em *Úrsula*²⁷ e no conto “A escrava”; o capítulo quatro, de Carolina Maria de Jesus e a sua Rua A, Barraco número 9 - Canindé. No quinto capítulo, o enfoque é direcionado aos *Becos da memória* e do coração de *Ponciá Vicêncio* para ler gênero e raça em Conceição Evaristo. No sexto, é possível vislumbrar nem só gênero, nem só raça, mas meninas como Rísia, Deisi e a Maria Doidinha que são espelhos das diversificadas faces femininas, mas que nem por isso se apresentarão menos racializadas. Para o capítulo sete, retomo Maria Firmina dos Reis, Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo e Marilene Felinto para ressaltar as dissonâncias e ressonâncias nas obras dessas autoras. Findo este percurso, abro as últimas páginas não para concluir algo, mas para fazer algumas considerações a partir das análises obtidas ao longo desta trajetória.

Trajetória que busca uma melhor compreensão da condição social e literária da mulher negra na sociedade brasileira desde o século XIX até o XXI. Por isso, além do objetivo maior desta pesquisa, ela também tem o intuito de refletir, brevemente, sobre a condição social e literária da mulher negra na literatura e sociedade brasileira, a partir da presença das mesmas como sujeito e objeto de suas escrituras, comparando as representações de gênero e raça obtidas nos textos das quatro escritoras.

Quanto às autoras selecionadas, no recorte realizado, optei por manter Maria Firmina dos Reis por vários motivos, entre eles pela relevância de buscar no passado uma representação literária da mulher negra como estratégia para comparar o seu possível crescimento literário e social, e também como forma de ratificar o resgate desta autora esquecida pela historiografia literária brasileira. De Maria Firmina dos Reis às contemporâneas Evaristo e Felinto havia uma lacuna que necessitava ser preenchida, por conseguinte foi assim que

²³ EVARISTO, 2003.

²⁴ EVARISTO, 2006.

²⁵ FELINTO, 1982.

²⁶ FELINTO, 1992.

²⁷ FELINTO, 2002.

afortunadamente cheguei ao Barracão número 9 de Carolina Maria de Jesus. Afortunadamente, pois a obra desta traz, por um lado, a realidade ainda atual do lugar de onde a grande maioria dos negros fala e, por outro, traz essa realidade a partir da voz de uma mulher negra e, mais importante, como sujeito da sua história e do lugar de onde profere o seu discurso, ou seja, discursa sobre o que vive, vê e sente na própria pele. E isso é de suma relevância, pois é a mulher – negra –, falando da *sua* realidade, já que é praticamente “impossível alguém falar com a voz de outrem”²⁸, ou seja, nem sempre é cabível e/ou possível a uma terceira pessoa discorrer com propriedade de causa e conhecimento sobre uma determinada realidade que ela não tenha vivenciado/experimentado na prática. Por outro lado, Carolina M. de Jesus, enquanto produtora de discurso sobre a sua realidade e o mundo no qual vive, põe por terra (mas não só ela) “a presunção letal global (inconsciente) no discurso dominante de que as mulheres de cor são geralmente incapazes de descrever e muito menos de analisar o mundo elas mesmas ou seu lugar no mundo”²⁹, ainda que essa presunção já não seja, creio, tão gritante atualmente. Para intermediar as escolhas por Maria Firmina dos Reis e Carolina M. de Jesus e a última que é Marilene Felinto a opção foi Conceição Evaristo. Esta autora, entre outros aspectos, tem produzido uma literatura cujo teor é marcadamente racial. Por isso, ela se torna peça indispensável quando se quer falar sobre raça. Além disso, tem um texto de uma rara e sutil beleza poética e isto se torna relevante numa pesquisa tão em branco e preto como, aparentemente, esta poderá se apresentar. Já a última escolha, Marilene Felinto, não poderia se ausentar desta pesquisa, porque ela é o (des)equilíbrio necessário para uma pesquisa que se quer linear, na medida do possível. Em outras palavras, sua literatura é aquela que possibilita, por um lado, trazer outras faces para a representação da mulher negra. Nesse aspecto, ela é, portanto, o desequilíbrio, ou seja, através da representação literária nas obras desta autora, conhecer-se-á uma mulher negra que, sob certos aspectos, fugirá sobremaneira ao papel socialmente construído e difundido: o da mulher negra doméstica, residente em favelas, por exemplo. Mas, por outro lado, o matiz que subjaz na representação da mulher negra na literatura dessa autora é da mesma nuance encontrada nas três outras escritoras e, nesse aspecto ela é o equilíbrio. Em outras palavras, na literatura de Marilene Felinto, tem-se uma representação diferenciada da mulher negra, contudo,

²⁸ WALLACE, 1994, p. 77.

²⁹ WALLACE, 1994, p. 77.

vislumbra-se também uma representação na qual certas particularidades vêm ao encontro do que pode ser lido nas demais escritoras já citadas.

Portanto, de posse do tema, do caminho a ser trilhado, do objeto de trabalho, entre outros aspectos, nas páginas seguintes, buscar-se-á nas entrelinhas dos discursos literários e teóricos uma compreensão sobre quem é, como e onde está a mulher negra no contexto social e literário no Brasil.

CAPÍTULO 1

DA HISTÓRIA DO MOVIMENTO FEMINISTA AO FEMINISMO NEGRO NO BRASIL: BREVE ABORDAGEM

*Escrevo para registrar o que os outros
apagam quando falo, para reescrever as
histórias mal escritas sobre mim, sobre
você.*

(Gloria Anzaldúa)

As relações desiguais de gênero designaram e vêm tentando, até hoje, designar a todos os indivíduos a posição, o papel e como eles devem ser e se portar na sociedade. Contudo, no que concerne à mulher ocidental, em específico, sempre houve aquela(s) que ousou(ram), antes mesmo do século passado, transgredir o ‘modelo’ imposto fugindo à regra, isto é, fazendo algo ‘não condizente’ ao papel social imputado a elas como, por exemplo, escrever. Muitos dos escritos e muitas das atitudes contrários(as) a regras sociais de outrora alçaram voo e vêm repercutindo de forma significativa na sociedade, possibilitando mudanças lentas, mas relevantes na vida da mulher no panorama histórico, social e político. Dentre tantas atitudes e escritos, aqueles oriundos dos movimentos feministas têm contribuído sobremaneira para estas mudanças. Por isso, o objetivo deste capítulo é lançar um olhar a determinados fases desse movimento, trazendo uma breve introdução histórica acerca dos momentos significativos para o feminismo na literatura até os discursos do feminismo negro no contexto social brasileiro. Ao trilhar esse caminho, contudo, é preciso sempre considerar que o movimento feminino (branco e negro) não surgiu do nada ou de um momento de *insight*. Ele foi a expressão (em atos) da consciência de algumas mulheres da sua injusta condição na sociedade e dos direitos humanos e sociais negados a elas por séculos.

As mulheres que ousaram escrever em tempos tão inóspitos para elas são exemplos de vozes que se manifestaram, de certa forma, contra a dominação e hegemonia masculina ao escreverem quando isso era, exclusivamente, ofício de homens. Embora ciente da existência de escritoras bem antes do século XIX, quero, contudo, iniciar esta

discussão a partir de um período mais específico e historicamente (de)marcado: o século XX³⁰.

Ele trouxe no seu bojo uma herança legada por duas grandes revoluções: a Revolução Francesa (século XVIII) e a Industrial (século XVIII e XIX); ou seja, trouxe, entre outras coisas, os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade e a necessidade dos avanços tecnológicos e científicos. No mundo, o legado destas duas revoluções também se fez ouvir nas vozes femininas que, de forma mais incisiva e contundente, vão reivindicar seus direitos e viver, no século XX, o seu apogeu, pois as mulheres, embora consideradas intelectualmente incapacitadas pela sociedade, não ficaram à margem dessa nova consciência de ser e poder sentida pelos homens e que permeava a sociedade no início do século XX. Sendo assim, não tardou a se fazer ouvir uma voz mais contundente para questionar o poder restrito aos homens apenas. Consequentemente, “a criação da Associação Política e Social das Mulheres, na Inglaterra, em 1903, foi a resposta de quem há anos tentava inscrever na plataforma dos partidos políticos o direito de voto feminino”³¹. Apesar da modernidade tecnológica da época, o pensamento e o comportamento social, principalmente o masculino, ainda eram antiquados, dos séculos anteriores e, por isso, naquele momento, as reivindicações até foram ouvidas, mas nem por isso foram aceitas de imediato. A indiferença do poder dominante às reivindicações feministas, contudo, não as impediu, muito pelo contrário, levou outras mulheres a criarem um movimento independente³² para lutar contra esse poder, principalmente o político, que tinha desprezado tais reivindicações.

Assim, os anos iniciais do século XX testemunharam algo até então improvável de acontecer, isto é, “o clima de indignação entre as mulheres” que se “transformou rapidamente em ações violentas”³³. Elas “buscavam chamar atenção para a justiça de sua causa. Invadiram seções eleitorais, quebraram urnas, depredaram vitrinas [...]”³⁴. O considerado sexo ‘frágil’ vinha para, se não pôr fim, fazer a sociedade, de fato, (re)pensar sobre essa ‘fragilidade’ e sobre tudo a que ela remete, pois, após essa quebradeira, essas mulheres, embora presas,

³⁰ Vale ressaltar que muitos(as) teóricos(as) trazem a história do movimento feminista demarcada por “ondas”. Primeira onda, segunda onda do feminismo Porém, aqui, eu traço a história do feminismo sem me apropriar desse formato didático.

³¹ OLIVEIRA, 2000, p. 56.

³² Merece destaque a britânica Emmeline Pankhurst. Ela é considerada uma das fundadoras do movimento britânico do sufrágismo. Seu nome está associado com a luta pelo direito de voto para mulheres já antes da Primeira Guerra Mundial.

³³ OLIVEIRA, 2000, p. 57

³⁴ OLIVEIRA, 2000, p. 57.

ainda fizeram greve de fome. Estava, pois, instaurado um novo momento e um novo caminho para a mulher dentro da sociedade na Inglaterra. Mas as chamas lançadas pelas inglesas atravessaram os mares, atingindo os Estados Unidos e lançando “a semente do que viria a ser a mais inesperada e insólita revolução do século XX, a invasão pelas mulheres dos territórios do masculino”³⁵. Inesperada porque a sociedade masculina estava segura do controle e da condição submissa e dependente na qual a mulher era mantida e, talvez, jamais tenha considerado possível que elas pudessem ter e manter uma postura tão determinada. Insólita, justamente por causa dessa ‘segurança’ que a sociedade tinha em relação à condição submissa, obediente na qual as mulheres (sobre)viviam sob a dominação masculina. Sendo assim, quebrar, opor-se a essa gaiola invisível à qual estavam presas sob extrema dependência, principalmente econômica, era uma atitude considerada por muitos como impraticável, visto que essas mulheres pertenciam à elite intelectual e/ou financeira, obviamente branca, cuja formação educacional e social era muito rígida.

Sem o “barulho” e a “quebradeira”, naquele momento, pelo menos, as sufragistas não teriam conquistado o direito ao voto. Contudo, é relevante frisar o aspecto além ‘quebradeira’ desse momento do feminismo, pois mais importante que as ações em si é o aspecto implícito na reivindicação proposta por elas: o direito ao voto. Em uma sociedade na qual as mulheres não tinham direito a *nada*, isto é, não podiam expor sua opinião sobre assuntos externos ao lar e, às vezes, nem sobre o próprio lar, não podiam escolher o próprio marido – em se tratando das burguesas –, não saíam sozinhas, enfim, não tinham direito a nada, exceto *cuidar* da casa e viver *para* a casa, sair à rua para reivindicar um dos maiores direitos do indivíduo requeria inteligência e uma grande compreensão de algumas leis que regem o mundo. Requeria saber/conhecer quais os mecanismos que dão acesso, entre outras coisas, ao poder de se tornar alguém com direitos sociais, políticos e econômicos, podendo exercer sua plena cidadania. O direito a escolher nossos representantes é o primeiro passo para a conquista dos direitos constitucionais, sociais e humanos, pois caberá a esses representantes elaborar e aprovar as leis para homens e mulheres (con)viverem na sociedade. Por isso a relevância dessa primeira bandeira ir além da coragem de fazer ‘barulho’ e protestar, pois a proposta reivindicada foi e é o âmago, uma das armas (juntamente com

³⁵ OLIVEIRA, 2000, p. 57.

a educação) de que a sociedade dispõe para mudar. Portanto, além da conquista do direito ao voto, a sociedade deve prestar homenagem à semântica implícita nos atos e na luta do movimento, naquele momento: o direito à cidadania. Para isso há sempre que enfatizar o aspecto social e humano reivindicado, exigido através daquela manifestação pública, pois nesta está subentendida uma luta coordenada por mulheres para a mudança da sociedade naquele momento. Essas mudanças só poderiam ser concretizadas a partir do direito do homem e da mulher escolherem seus representantes políticos na sociedade. Embora tudo isso seja óbvio, deve-se esclarecer, de forma contundente, as propostas subjacentes nas atitudes e nas ações daquele movimento, porque as novas gerações tendem a interpretar essas manifestações como atos históricos de algumas mulheres, numa interpretação equivocada de um movimento que permite a nós, hoje, tantos benefícios como, por exemplo, a liberdade social e humana.

Uma vez, portanto, lançada a semente em um terreno fértil e propício a mudanças, a germinação foi uma consequência que culminou na

[...] aventura coletiva, o movimento feminista que, sem pretensões épicas, sem bandeiras e sem soldados, apenas munido de uma impenetrável carapaça contra os danos do ridículo com que foi sistematicamente atacado, conseguiu impor-se como revolucionário e conquistou os bastiões do saber e do poder em que os homens acreditavam-se para sempre encastelados.³⁶

Quanto aos “danos do ridículo”, citado por Oliveira, ainda persiste, dentro da sociedade brasileira, pelo menos, um olhar de discriminação e usos de palavras pejorativas para aquelas que se autodenominam feministas e/ou mantêm um discurso igualitário entre homens e mulheres. Isso, certamente, é consequência do desconhecimento do que foi e do significado, de fato, do movimento feminista ao longo dos tempos. Mas, discriminações à parte, o movimento feminista, ainda de acordo com Oliveira, impôs-se como “revolucionário e conquistou os bastiões do saber [...]”³⁷, mudando, enquanto revolução, a estrutura social, política, histórica e econômica da sociedade ocidental, até certo ponto. E, para isso, a conquista dos

³⁶ OLIVEIRA, 2000, p. 57.

³⁷ OLIVEIRA, 2000, p. 57.

bastiões do saber tem sido primordial para que essas mudanças estruturais ocorram.

Nesse contexto do saber, *Um teto todo seu*³⁸, publicado em 1929, abriria as portas para as outras futuras vozes de cunho feminista para questionarem o papel da mulher na sociedade e na literatura, a partir da ausência de literatura escrita por mulheres e das literaturas de autoria masculina que falavam *sobre* mulheres ou acerca do que eles concebiam sobre o que é ser mulher. Outro livro relevante é *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir³⁹. Ele também é um marco para a história do feminismo. Contudo, lançado em 1949, esta obra só seria compreendido na sua totalidade e dimensão nos anos 60, pois, na época do lançamento, o livro não teve uma boa acolhida por ter sido considerado obsceno. Somente anos depois sua importância seria reconhecida a ponto de originar as bases do feminismo. Considerado pela crítica feminista como obra pioneira e obra máxima de referência do feminismo contemporâneo, nele Beauvoir demonstra a construção social das categorias mulher/homem. Além disso, para as mulheres, ele também foi a resposta a todas as indagações, experiências e medos de uma sociedade feminina reprimida pela ignorância de não (re)conhecer o próprio sexo no sentido biológico do termo, neste caso, a própria sexualidade inerente a cada sexo. Por todo um conteúdo que prima pelo desnudamento das questões relacionadas ao que é ser mulher e à condição à qual muitas mulheres (sobre)viviam, *O segundo sexo* acabaria influenciando o movimento feminista, pois traria à baila o como e o porquê da hierarquização dos sexos, isto é, discutiria como ser mulher e ser homem na sociedade é uma construção social e não biológica. A partir dessa lógica político-social, os movimentos feministas também iriam discutir os porquês das desigualdades entre os sexos.

O movimento feminista de 1960 e 1970, nas diversas áreas de estudo, segundo Constância Lima Duarte⁴⁰, pretendeu, entre outras coisas, destruir os mitos de inferioridade, resgatar a história das mulheres, reivindicar a condição de sujeito na investigação da própria história e também rever o que os homens tinham escrito a respeito delas. Com a inserção em diversas áreas, o movimento feminista vai acoplar parcerias, e as discussões e reivindicações acerca de visibilidade e direitos sociais ganham uma dimensão cultural. Desta forma, os estudos

³⁸ WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

³⁹ BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, v. 1.

⁴⁰ DUARTE, 1990, p.70.

feministas desenvolvidos a partir de 1970 vão reivindicar uma (re)leitura teórica em relação ao cânone literário, por exemplo.

Em relação ao Brasil, em específico, o mesmo não só acompanhou esses momentos como houve mulheres aqui que participaram de forma ativa desse movimento⁴¹. Por isso, quando em 1960/1970 as reivindicações feministas abarcavam mais que o direito ao voto (já conquistado décadas atrás), isto é, as reivindicações começavam a exigir o direito de a mulher decidir sobre seu próprio corpo em relação à maternidade e ao prazer sexual desvinculados da maternidade, no Brasil, as feministas lutavam por esses mesmos direitos, contudo, segundo Constância Lima Duarte, o movimento feminista, naquele momento, teria marcas distintas aqui, pois além daquelas reivindicações, as mulheres brasileiras também tiveram que se engajar e sair às ruas para lutar contra a ditadura militar e a censura⁴².

Por outro lado, concomitantemente às reivindicações propostas por este feminismo, acontece a emergência de novos grupos no panorama social, também em termos de Brasil, isto é, a ascensão daqueles que estavam à margem (gays, negros, negras...). Eles começavam a se afirmar como sujeitos políticos no cenário social brasileiro. Em outras palavras, este será o período no qual alguns dos excluídos socialmente (índios, negros, por exemplo) começaram a se tornar e se fazer visíveis e ter voz dentro da sociedade. É relevante deixar registrado que os(as) negros(as) participaram de toda essa (trans)formação social, cultural, histórica, pois o Movimento Negro Unificado (MNU), por exemplo, surgiu nessa década (70) e, segundo Schwarcz, ao lado de outras organizações paralelas, passava a discutir as formas tradicionais de poder⁴³.

Com a emergência desses grupos, portanto, novas vozes começaram a ser ouvidas. Algumas discordando dos discursos

⁴¹ Constância Lima Duarte, no texto “Literatura e Feminismo no Brasil: primeiros apontamentos” (in: MOREIRA, Nadilza Martins de Barros e SCHNEIDER, Liane (orgs.) **Mulheres no mundo: etnia, marginalidade e diáspora**. João Pessoa: Editora Universitária, 2005), faz uma leitura, através de literaturas existentes, dos textos de algumas escritoras no Brasil, a partir do século XIX, que dialogam com a história e ideologia do movimento feminista. Neste texto, ela retrocede no tempo e começa a analisar o feminismo (ou o que ela mesma diz entender como feminismo) a partir do século XIX, em termos de Brasil, e delimita quatro ‘ondas’ do feminismo aqui. A primeira onda ela denomina de “ensinando o bê a ba”, primeiras décadas do século XIX; segunda onda, “ampliando a educação e sonhando com o voto” (por volta de 1870); a terceira onda “construindo a cidadania”, já no início do século XX; e, por fim, a quarta onda, “ainda construindo a cidadania” (anos 70, do século XX).

⁴² In: MOREIRA e SCHNEIDER, 2005, p. 230.

⁴³ SCHWARCZ, 1998, 182.

feministas vigentes, visto que um lado minoritário⁴⁴ do mesmo se mostrou insatisfeito com a direção e preocupações engajadas naqueles discursos; outras para produzir discursos que fossem além da mulher branca, classe média/alta. Nos EUA, por exemplo, “desde o final da década de 1970, feministas negras e chicanas como Gloria Anzaldúa, Patricia Hill Collin, Debora King e Chela Sandoval defenderam a existência de formas de consciência múltiplas e distintas entre norte-americanas não brancas”⁴⁵. Aliás, as feministas norte-americanas foram as pioneiras na incorporação do tema das diferenças em suas abordagens, ocupando-se em discutir a presença do racismo, bem como o entrecruzamento entre gênero, raça e classe como elemento representativo das diferenças nas experiências das mulheres⁴⁶. E a partir de 1980/90, até então, a produção de teoria feminista por mulheres negras⁴⁷ como Angela Davis, bell hooks, Audre Lorde e Patricia Hill Collins tem contribuído para aprofundar a análise e a compreensão da marginalização social, econômica e política das mulheres negras nos EUA.⁴⁸

Em se tratando de bell hooks e Angela Davis, Barbosa, ao estudar a produção das mesmas, concluiu que “analisando de forma bem ampla as produções das feministas negras norte-americanas, [...], nota-se muitos aspectos convergentes”⁴⁹. Para ela, a produção de bell hooks, por exemplo, enfatiza a relação entre produção intelectual e experiência pessoal. Em outras palavras, mas ainda segundo Barbosa, bell hooks fala de si mesma como recurso para aproximar-se da realidade de outras mulheres negras e seus temas se referem à relação das mulheres negras com a academia, sexismo, racismo, teoria feminista, dentre outros⁵⁰. O fato de bell hooks falar de si mesma nos seus discursos vem ao encontro do pensamento feminista negro de Patricia Hill Collins, pois para ela, esse pensamento reside em um conjunto de “experiências e ideias compartilhadas por mulheres afro-

⁴⁴ Sueli Carneiro, Chandra Talpade Mohanty, Angela Davis e Alice Walker são alguns nomes que questionaram esse olhar exclusivamente direcionado do movimento feminista às propostas e necessidades de mulheres brancas, classe média/alta.

⁴⁵ CALDWELL, 1970, 2000, p. 93.

⁴⁶ SILVA e BARBOSA, 2008 (apud BARBOSA, 2010, p. 1)

⁴⁷ De acordo com Barbosa (2010, p. 1-2) desde o século XIX, as mulheres negras norte-americanas como Sojourner Truth, Maria W. Stewart, Anna Julia Cooper e Ida B. Wells-Barnett tiveram papel fundamental no desenvolvimento de uma crítica feminista negra, revelando as experiências da mulher negra na sociedade escravocrata e nas épocas pós-escravidão.

⁴⁸ CALDWELL, 2010, apud BARBOSA, 2010, p. 1-2.

⁴⁹ BARBOSA, 2010, p. 2.

⁵⁰ BARBOSA, 2010, p. 2.

americanas que oferecem um ângulo particular de visão do eu, da comunidade e da sociedade... ele envolve interpretações teóricas da realidade de mulheres negras por aquelas que a vivem”⁵¹. Ainda para Patricia Hill Collins, alguns temas fundamentais caracterizariam o ponto de vista feminino, entre eles: o legado de uma história de luta; a natureza interconectada de raça, gênero e classe e o combate aos estereótipos⁵².

Quanto ao Brasil, segundo Schmidt e Malta, devido ao menor acesso à academia, diferentemente das feministas norte-americanas, a trajetória das feministas negras⁵³ também é marcada por um caminho muito particular, de afirmação de sua presença em espaços onde não eram percebidas⁵⁴. Apesar disso, “a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça vem desenhando novos contornos para a ação política feminista e anti-racista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial, como a questão de gênero na sociedade brasileira”⁵⁵.

Para Carneiro,

um feminismo negro, construído no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas – como são as sociedades latino-americanas – tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades.⁵⁶

A questão do racismo também é a tônica do pensamento de Lélia Gonzalez, pois segundo Bairos, ele é marcado por um conjunto de questões relacionadas às mulheres negras que revelam aspectos simbólicos do racismo e sexismo da sociedade brasileira através da ideia de que as mulheres negras estão no planeta para servir⁵⁷.

Em resumo, o feminismo negro, entre outros aspectos, avalia que a conexão entre a prática e a teoria é uma dimensão importante dentro do mesmo; que as suas concepções teóricas recolocam no centro das discussões feministas a persistente dicotomia entre igualdade e diferença e, mais contemporaneamente, a questão das diferenças na

⁵¹ COLLINS apud BAIROS, 1995, p. 463.

⁵² COLLINS apud CARNEIRO, [s/d]. Disponível em: <http://www.unifem.org.br/sites/700/710/0000690.pdf>

⁵³ Algumas feministas negras: Lélia Gonzalez, Luíza Bairos, Sueli Carneiro, Matilde Ribeiro, Edna Roland, Fátima Oliveira, Jurema Werneck

⁵⁴ SCHMIDT e MALTA, in: STEVENS (org), 2010.

⁵⁵ CARNEIRO, (s/d). Disponível em: <http://www.unifem.org.br/sites/700/710/00000690.pdf> > .

⁵⁶ Idem.

⁵⁷ BAIROS, 2000, apud BARBOSA, 2010, p. 5.

diferença⁵⁸. Outro aspecto relevante, em se tratando do feminismo negro brasileiro, é o fato de que aqui “as políticas afirmativas têm funcionado como instrumento para a formação de ONG’s de mulheres negras, que subsidiam a formulação de políticas sociais voltadas para este setor”⁵⁹.

Do discurso feminista negro norte-americano ao brasileiro, embora em contextos sociais, políticos, geográficos e econômicos distintos, encontra-se presente a relevância da questão racial como fator determinante para as relações de gênero. Além disso, alguns discursos (mais em algumas autoras que outras) também defendem a prática/experiência pessoal como uma forma engajada e relevante de produção intelectual para discorrer sobre gênero/raça. Contudo, semelhanças e/ou diferenças entre esses dois discursos à parte, o fato é que o trajeto percorrido aqui, obviamente, não traduz todo o histórico do movimento feminista (branco e/ou negro), possibilita, porém, uma visão, ainda que superficial, do avanço das discussões feministas. Avanço que possibilitou enxergar no hoje a necessidade da busca de outros caminhos. Um que possa nos levar “a um atalho entre uma negritude redutora da dimensão humana e a universalidade ocidental hegemônica que anula a diversidade. Ser negro sem ser somente negro, ser mulher sem ser somente mulher, ser mulher negra sem ser somente mulher negra”⁶⁰. Isso, segundo Carneiro, “é o sentido final dessa luta”, ao que acrescentaria: “dessa luta” e daquilo que deveríamos conceber como sendo uma das grandes metas para a convivência respeitosa e igualitária entre os cidadãos, independente de cor, religião, nacionalidade...

Por que gênero e raça?

Desde os anos 80 do século passado, sob o véu de uma suposta “neutralidade”⁶¹, o termo gênero vem sendo usado para designar estudos acerca de mulheres. E, naquele momento, pelo menos, o termo gênero pareceu “ajustarse a la terminologia de las ciencias sociales y se desmarca asi de la [...] política del feminismo”⁶². Desta forma, portanto,

⁵⁸ BARBOSA, 2010, p. 2.

⁵⁹ BARBOSA, 2010, p. 7.

⁶⁰ CARNEIRO, [s/d]. Disponível em: <<http://www.unifem.org.br/sites/700/710/00000690.pdf>>.

⁶¹ SCOTT, Joan, apud LAMAS, 1996.

⁶² SCOT, Joan, 1986, apud LAMAS, 1996, p. 329.

o termo gênero, em substituição ao substantivo *mulheres*⁶³, tem sido utilizado para promover diálogos e teorias acerca das mulheres. Mas no decorrer desses diálogos e teorias, o feminismo, segundo Butler, apontou um problema político no termo *mulheres*, visto que ele supõe a existência de uma identidade comum⁶⁴. E supor uma identidade comum, pertinente e compatível a *todas* as mulheres, respaldando-se no fato de se viver em uma sociedade patriarcal *comum* a todas as mulheres, é desconsiderar realidades históricas outras. Sendo assim, quaisquer termos cuja concepção remeta a *mulheres*, mesmo que no plural, deveria ser usado com ressalvas, mesmo porque “se tornou impossível separar a noção de ‘gênero’ das intersecções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida”⁶⁵. Isto, conseqüentemente, desabilita o termo gênero a suprir a diversidade política e cultural relacionadas ao diversificado público feminino. Além disso, ou justamente por isso, “son varias y de diferentes índoles las dificultades para utilizar esta categoria”⁶⁶. Uma das dificuldades apontada por Lamas se refere à concepção de gênero. Em algumas línguas, como a portuguesa, gênero é utilizado para designar outros elementos como, por exemplo, o gênero (feminino ou masculino) dos substantivos; o gênero literário ou gênero textuais. Porém, creio, o maior problema se apresenta quando o mesmo é usado de forma generalizada para se referir a *mulheres*, ignorando ou não acoplando raça ou classe, por exemplo. Ao ser utilizado de forma generalizada, quaisquer estudos de gênero partem de um senso comum, isto é, de que todas as mulheres viveram a mesma história social, cultural e humana e, por isso, convivem com os mesmos problemas sociais na mesma proporção e forma, apresentando um ou outro aspecto diferenciador para eles. Isso quando esse aspecto diferenciador é apresentado.

Apesar do aspecto cultural na construção do gênero⁶⁷, o emprego generalizado do mesmo ainda é uma recorrente. Ora, em se tratando de algo intrinsecamente relacionado a fatores culturais, é impraticável discorrer sobre gênero de forma generalizada, ampla, visto que a diversidade cultural impera, principalmente em países como o Brasil onde muitas raças, culturas distintas convivem numa

⁶³ De acordo com Butler (1990, p. 7, “gênero tanto é substituído por *mulheres* como é igualmente utilizado para sugerir que a informação sobre o assunto “*mulheres*” é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro.”

⁶⁴ BUTLER, 2003, p. 20.

⁶⁵ BUTLER, 2003, p. 20.

⁶⁶ LAMAS, 1996, p. 328.

⁶⁷ CONWAY; BOURQUE; SCOTT, 1998, p. 168.

‘harmoniosa’ democracia. Mas, segundo Butler, a concepção da existência de uma base universal para o feminismo advém da busca empreendida no sentido de encontrar uma identidade que, supostamente, existe dentro de várias culturas distintas⁶⁸. Tal proposta parte da ideia de que a opressão feminina tem um aspecto singular e discernível na forma hegemônica da dominação patriarcal. Porém, ainda segundo Butler, a ideia de um patriarcado universal está sendo criticada, pois ele não consegue explicar os mecanismos de opressão de gênero em contextos culturais nos quais essa opressão acontece⁶⁹.

Pensar e empregar de forma generalizada o termo pode desencadear consequências indesejadas na sociedade. Uma das consequências é perpetuar (in)conscientemente uma discriminação racial ou de classe, por exemplo, em nível de discurso e de reivindicações para determinados grupos de mulheres. Consequência esta, talvez, inevitável para nós, pesquisadores/as, visto que o escopo de toda pesquisa nos obriga a recortes dentro do objeto de trabalho. A outra consequência, embora não seja provavelmente a mais grave, é, com certeza, preocupante, pois está relacionada ao ‘outro’, isto é, àqueles cujas teorias não os contemplam. E não contemplam porque “o que é considerado teoria na comunidade acadêmica dominante não é necessariamente o que é teoria para as mulheres de cor”⁷⁰. Da mesma forma que, muito possivelmente, não é para as mulheres indígenas, para as orientais, etc.

Por isso é preciso estar atento, pois, segundo Lamas, por exemplo,

aunque muchas cuestiones dificultan una unificación total en el uso de esta categoría (gênero), creo que podemos distinguir entre dos usos básicos: el que habla de género refiriendo a las mujeres; y el que se refiere a la construcción cultural de la diferencia sexual, aludiendo a las relaciones sociales de los sexos.⁷¹

Mas, quanto ao primeiro uso citado pela autora, cabe aí uma indagação: gênero “refiriendo a las mujeres”, quais mulheres, exatamente? E em relação ao segundo uso também, pois construção cultural da diferença sexual de quais mulheres? Pois, se houve uma construção cultural da diferença sexual entre os negros (homem e mulher) em tempos de

⁶⁸ BUTLER, 2003, p. 20.

⁶⁹ BUTLER, 2003, p. 20.

⁷⁰ ANZALDÚA, apud SADLER. Disponível em: <[http://www.lettras.ufrj.br/litcult/revista_mu_lheres/vol.8/Darlene/pos-colonialismo . htm](http://www.lettras.ufrj.br/litcult/revista_mu_lheres/vol.8/Darlene/pos-colonialismo.htm)>

⁷¹ LAMAS, Marta, 1996, p. 331, (parêntese meu).

escravidão, como, exatamente, ela foi construída? E mesmo após a escravidão, qual exatamente é a diferença cultural entre o homem negro e a mulher negra? Se existe diferença, em que moldes histórico e social ela se realiza? A discussão não é tão simples, pois as raízes históricas não o permitem. Não permite porque enquanto escravos, na visão do(a) colonizador(a) branco(a), mulher e homem negros eram tratados e considerados da mesma forma, isto é, eram mercadorias, propriedades particulares, algo para ser usado. Sendo assim, até que ponto essa visão impregnou (ou não) a construção cultural no seio das relações sociais deles (negros)? Até que ponto interferiu e de que modo interferiu (ou não) nesta construção cultural da diferença sexual entre os próprios negros? Após a escravidão, o que permaneceu e sob que moldes? Não quero, com essas indagações, negar que houve uma diferença entre a mulher e o homem escravos, entre outras coisas. Certamente houve uma diferença em relação ao tratamento e pensamento dos brancos para com a mulher negra que, (in)conscientemente, a sociedade, também representada pelo homem negro, introjetou ao longo dos séculos. Contudo ou exatamente por tudo isso, apenas distinguir entre dois usos básicos o termo gênero para se utilizar do mesmo ainda é querer simplificar demais algo que nunca foi tão simples assim.

Por outro lado, é preciso considerar que gênero vem a ser um elemento constitutivo das relações sociais e ele é a primeira instância dentro da qual ou por meio da qual se articula o poder, segundo Scott⁷². E as relações sociais entre mulheres negras e as brancas, principalmente nos séculos anteriores ao XX, ocorreram em forma de inferioridade de uma para com a outra. Mesmo com o homem negro, as relações sociais entre eles (homem negro e mulher negra) têm aspectos distintos em comparação com a relação social da mulher branca e do homem branco.

Esse contexto, portanto, só vem reforçar o quanto os discursos feministas, principalmente os iniciais, vinham e muitos ainda vêm somente ao encontro das possibilidades e anseios de mulheres brancas de classe média e alta. Haja vista, por exemplo, o estudo precursor do feminismo de Virginia Woolf em *Um teto todo seu* (1985). Neste, discutindo sobre mulheres e a ficção, ela é *enfática* ao argumentar sobre a necessidade de a mulher dispor de um espaço particular e de independência pessoal e financeira para escrever. Fica subentendido neste argumento que para dar vazão e qualidade à escrita literária a mulher precisa ser dona de si mesma, isto é, ter um lugar no qual possa

⁷² In: LAMAS, Marta, 1996, p. 330 (tradução minha).

estar livre das pressões da vida cotidiana, de filhos, marido, problemas financeiros ou similares para ser e viver o que está escrevendo sem ser constantemente interrompida durante a escrita. Nas palavras da própria autora, em resumo, “a liberdade intelectual depende de coisas materiais”⁷³. Nestas estão incluídas conhecimento de mundo na prática e na teoria, experiência de mundo e de vida e, claro, um teto todo seu. Elementos, aparentemente, relevantes para quaisquer atividades intelectuais e para o crescimento pessoal. Elementos difíceis de serem articulados pelas mulheres brancas de classe média/alta do início do século passado, sem dúvida, mas não impossíveis. Porém, se trouxermos esse discurso para o cenário brasileiro daquele mesmo século visando a atingir, através dele, as mulheres negras, as propostas contidas no mesmo se tornariam não só impraticáveis, como soariam ridículas, diante da situação social delas naquele período. Mesmo para o contexto contemporâneo, pois se as propostas de Woolf ainda são atuais, no que tange à mulher negra ele ainda não se aplica à realidade da grande maioria delas (na verdade nem da grande maioria das mulheres brancas). Em outras palavras, as reivindicações básicas proferidas no discurso de Virginia Woolf não são as necessidades básicas da mulher negra, embora seja um direito e necessidade desta, mas nem por isso são as mais prementes, pois em termos de liberdade para trabalhar, por exemplo, a mulher negra é a mesma de outrora, isto é, ela é dona de si mesma, visto que trabalhava e continua trabalhando, embora não ganhe “quinhentas libras” anualmente. São mulheres (a negra e a branca) que se (re)conhecem biologicamente, mas cuja vida ‘de mulher’ tem sido construída em realidades sociais distintas, com buscas, às vezes, específicas a cada uma delas. E para as buscas em comum, essas buscas não acontecem no mesmo plano temporal. Enquanto estas, em séculos passados, por exemplo, proferiam discursos, escreviam ou saíam às ruas reivindicando seus direitos, pois eram pessoas letradas, mesmo que não fossem no mesmo nível dos homens naquele momento, a mulher negra ainda estava, e de certa forma ainda está, vivendo a canga da escravidão imposta a todos os escravos e, posteriormente, aos ex-escravos que foram, segundo Florestan Fernandes⁷⁴, deixados à própria sorte e com a missão de se (re)ergueram sozinhos na sociedade, nos moldes e padrões dos brancos. Em outras palavras, eram analfabetas, escravas e hoje algumas ainda não possuem nenhum nível de instrução e outras, na sua grande maioria,

⁷³ WOOLF, 1985, p. 141.

⁷⁴ FERNANDES, 1978.

semialfabetizadas, trabalhando nas “senzalas modernas”⁷⁵, salvo as raríssimas exceções.

Desta forma, as mulheres negras estiveram certas em seu processo de luta: para serem condizentes com a história, decidiram que poderiam incidir em todas as questões sociais e políticas e demarcaram o “toque de cor”⁷⁶ nas propostas de gênero e no feminismo⁷⁷. Neste contexto, para Carneiro,

enegrecer o movimento feminista brasileiro tem significado, concretamente, demarcar e instituir na agenda do movimento de mulheres o peso que a questão racial tem na configuração, por exemplo, das políticas demográficas, na caracterização da questão da violência contra a mulher pela introdução do conceito de violência racial como aspecto determinante das formas de violência sofridas por metade da população feminina do país que não é branca; introduzir a discussão sobre as doenças étnicas/raciais ou as doenças com maior incidência sobre a população negra como questões fundamentais na formulação de políticas públicas na área de saúde; instituir a crítica aos mecanismos de seleção no mercado de trabalho como a “boa aparência”, que mantém as desigualdades e os privilégios entre as mulheres brancas e negras.⁷⁸

Desigualdades que mantêm a quase invisibilidade de mulheres negras na academia e, em contrapartida, a sua notável visibilidade trabalhando como faxineiras, por exemplo. Por tudo isso, é “imperativo um eterno e sensível olhar para o cotidiano e ao redor da casa, mas também para a conjuntura nacional [...]. É imprescindível um olhar ‘planetário’, porém sem perder a dimensão do chão”⁷⁹, pois esse olhar ‘planetário’ e o que advém dele também é uma possível forma “de quebrar inércias sociais”⁸⁰.

⁷⁵ Chamo de senzalas modernas o local no qual as mulheres negras, na sua grande maioria, ainda habitam/trabalham como domésticas: as casas de família.

⁷⁶ CARNEIRO, apud, RIBEIRO, 2006, [s/p].

⁷⁷ RIBEIRO, 2006, [s/p].

⁷⁸ CARNEIRO, [s/d], [s/p]. Disponível em: < www.unifem.org.br/sites/700/710/00000690.pdf

>.

⁷⁹ RIBEIRO, 2006, [s/p].

⁸⁰ RIBEIRO, 2006 [s/p].

Mediante todo este contexto, alcançar uma sociedade sem hierarquia de gênero (e dentro do próprio gênero) requer sim, como propõe Gayle Rubin⁸¹, uma análise das causas da opressão das mulheres, visto que esta análise constitui a base de qualquer evolução do que teria que mudar para chegarmos a uma sociedade mais justa, mas requer também, principalmente em termos de Brasil, uma análise das causas da opressão de mulheres brancas, negras, indígenas..., visto que cada uma delas sofreu e sofre uma opressão muito particular e intrasferível. Requer, portanto, “os temas fundamentais que caracterizariam o ponto de vista feminino negro⁸². [...], a natureza interconectada de raça, gênero e classe [...]”.

Apesar de ainda vivermos em uma sociedade na qual impera uma hierarquia de gênero, de raça e de classe, é indiscutível a relevância da crítica feminista (negra e branca) e dos estudos de gênero para a e na vida de *muitas* mulheres ocidentais. Os frutos colhidos ao longo da existência dos mesmos produziram, por sua vez, outros frutos, visto que o termo gênero não conseguiu explicar tantas outras possibilidades além do binarismo homem \times mulher. Inevitável foi, portanto, a ampliação da abrangência dos estudos de gênero, cujo crescimento conquistou outras dimensões. Isso, por um lado, também justifica a necessidade de se evitar (escre)ver o termo gênero, acreditando ser o mesmo arquipotente em uma terra de multiexpressões: de pele, de raça, de sonhos e, principalmente, de vivências. Respeitar isso é uma forma de evitar consequências como, por exemplo, um estranhamento e desconforto para as mulheres negras diante de discursos feitos por e para mulheres brancas. Ou ainda para evitar uma introjção de ‘verdades’ teóricas que não são as ‘verdades’ que responderão às lacunas existentes na vida das afro-brasileiras, pois

o que é considerado teoria na comunidade acadêmica dominante não é necessariamente o que é teoria para as mulheres de cor. A teoria produz efeitos que modificam a gente e a maneira pela qual se percebe o mundo. Por isso precisamos de teorias que nos permitam interpretar o que acontece no mundo, que expliquem como e porque nos identificamos com certas pessoas de maneiras específicas, que reflitam o que acontece entre os

⁸¹ RUBIN, Gayle. In: NAVARRO, STIMPSON, 1998, p. 15 (tradução minha).

⁸² COLLINS, apud CARNEIRO. Disponível em: <<http://www.unifem.org.br/sites/700/710/0000690.pdf>>.

“eus” internos, externos e periféricos e entre os “eus” pessoais e o “nós” coletivo de nossas comunidades étnicas.⁸³

Daí a relevância da imbricação de teorias enfocando gênero e raça e, inevitavelmente, classe, pois, a partir delas, muitas outras mulheres negras poderão se reconhecer e compreender melhor a si mesmas, a sua condição de cidadã e cidadã negra assim como o mundo ao seu redor e além. Para vir ao encontro deste intuito é que trago o olhar direcionado dos capítulos posteriores, visando a refletir sobre o quanto “os perigos que enfrentamos como mulheres de cor não são os mesmos das mulheres brancas, embora tenhamos muito em comum”⁸⁴. Acredito que de posse dessa consciência, mais e mais mulheres negras teriam a arma do conhecimento para pleitear visibilidade, exercer e cobrar seu direito à cidadania plena. Além disso, ter “consciência daquilo que nos aprisiona / Equivale a deixarmos de ser perigosos / Para nós mesmos”⁸⁵(as). Mas para isso, precisamos aqui, no presente, entre muitas coisas, olhar para nós mesmas e ao redor de nós, buscando respostas para melhor compreendermos quem somos, como e onde estamos dentro do contexto social, literário, político e econômico brasileiro.

⁸³ ANZALDÚA, apud SADLER. Disponível em http://www.letas.ufrj.br/litcult/revista_mulheres/vol.8/Darlene/pos-colonialismo.htm

⁸⁴ ANZALDÚA, 2000, p. 229.

⁸⁵ CRUZ, Ana, apud ARAÚJO, 2008, p. 333.

CAPÍTULO 2

CÂNONE, FEMINISMO, LITERATURA: RELAÇÕES E IMPLICAÇÕES

“[...] *A perplexidade é a única moral literária.*”⁸⁶

Na sociedade brasileira há, atualmente, inúmeras escritoras produzindo e publicando literatura. Porém, as literaturas de ficção expostas nas livrarias brasileiras não trazem nas suas capas e nos discursos as marcas do percurso trilhado pelas suas autoras até chegarem ali. Para uma melhor compreensão dos mecanismos sociais e intelectuais que interferem na disseminação da literatura de autoria feminina, em especial da brasileira, quero, agora, deter-me na questão do cânone e sua relação com o feminismo e, além disso, discorrer brevemente sobre em algumas escritoras afro-brasileiras. O intuito é refletir sobre a relevância das propostas feministas para as conquistas das mulheres (negras e brancas) na literatura e ressaltar particularidades sobre obras e/ou escritoras afro-brasileiras como forma de dar visibilidade a algumas delas e ratificar o resgate de outras.

Em relação ao cânone, partindo da própria concepção do termo, cuja origem é do grego antigo – *Kanon* –, nele há uma semântica rígida, pois a designação para o termo é “uma vara de junco ou de bambu usado como instrumento de medida.”⁸⁷ Com a acepção de valoração, o termo foi primeiramente usado para se referir ao “princípio de seleção aplicado aos livros da Bíblia pelos primeiros teólogos cristãos”⁸⁸. A partir desse princípio, as obras eram ‘medidas’ sob o ângulo do seu conteúdo e só eram merecedoras de serem lidas e preservadas aquelas nas quais o conteúdo expressasse as verdades a serem ensinadas e transmitidas. Verdades e ensinamentos ditados por homens de uma determinada cultura e que se pautavam em uma verdade particular, subjetiva. Em outras palavras, partindo de um sentido de verdade criado por um pequeno grupo, ditador de normas, de valores ‘universais’, esse grupo excluía quaisquer outras formas de ‘verdade’, de pensar e ou agir que não fossem iguais as suas. Isso, portanto, incorria numa seleção feita a

⁸⁶ COMPAGNON, 2010, p. 256.

⁸⁷ SCHMIDT, Rita Terezinha. Para que crítica feminista? (Anotações para uma resposta possível). In: XAVIER, Elódia (Org.). Anais do VII Seminário Nacional- **Mulher e literatura**. Rio de Janeiro: Folha Carioca Editora, 1995.

⁸⁸ SCHMIDT, 2002, p. 143.

partir de um ponto de vista unilateral, mas considerado (pelas partes interessadas) como soberano, excluindo assim as obras que fugiam às verdades e não traziam os ensinamentos esperados por aquele pequeno grupo. Já no final do século XVIII, a ‘medida’ para valoração de uma obra passa a ser a do valor estético. A partir da presença desse caráter estético, ainda pautado numa visão subjetiva, as obras poderiam vir a ser objeto do universo canônico; caso contrário, a obra estava condenada à exclusão, ao esquecimento, devido a um julgamento subjetivo e direcionado. Poderiam vir a ser, pois aparentemente o teor estético não é o único julgamento ou preceito a ‘valorar’ uma obra. Existem outras questões subjetivas a permear tal julgamento. Independente disso, buscar por um valor estético na obra literária apresenta o mesmo problema que a proposta anterior em relação a verdades e ensinamentos que os textos deveriam trazer: a questão da subjetividade ao usar *este* ou *aquele* conceito de medida para julgar uma obra. Lá ou aqui, a concepção utilizada para tornar uma obra canônica parte de um julgamento subjetivo articulado pela hegemonia de um grupo, levando a um processo seletivo sempre excludente, pois na intimidade ratifica as identidades (a do grupo que julga o que é ‘verdade’ e/ou certo ou que concebeu um determinado conceito/padrão para a obra se tornar canônica), excluindo aquilo que lhe é diferente, pois

todo julgamento de valor ocorre dentro de certas condições sócio-históricas e em função de referências teórico-estéticas variáveis no contexto daquelas condições. [...], nesse contexto, a formação do chamado cânone ocidental é uma decorrência do poder de discursos críticos e instituições que, numa determinada época e em nome de uma identidade cultural, sustenta o monopólio cultural dos valores simbólicos, através de mecanismos de exclusão.⁸⁹

Estando a formação do cânone, portanto, na estreita dependência de grupos que detêm o poder dos discursos críticos e das instituições, não é de causar admiração a ausência, nos séculos passados, de mulheres, negros e negras, enfim, dos *ex-cêntricos* das listas canônicas. Afinal, que identidade cultural monopolizou e monopoliza o poderio social; quem proferia e ainda profere os discursos críticos e, por

⁸⁹ SCHMIDT, 1995, p. 143.

fim, quem é/são o/a(s) representante(s) das instituições cujo(s) discurso(s) perpetua(m) o cânone, excluindo o(s) que não é/são seu(s) espelho(s)? Homens, homens brancos, classe média ou alta, ainda e mesmo que seja notável a presença feminina (predominantemente branca) nos discursos críticos e nas instituições, pois poucas delas não reproduzem o discurso eurocêntrico e androcêntrico. Por isso, a presença feminina nas instituições nem sempre é sinônimo de abertura para o ‘novo’, o diferente, a minoria, os excluídos, mesmo e quando esse novo, diferente, minoria, excluído têm seus méritos intelectuais/profissionais (re)conhecidos, pois mesmo com e apesar (d)isso perpetua-se uma linha, ainda que invisível, dividindo, mas raras vezes somando, os dois lados dos discursos sociais: o dominante x o dominado.

Por tudo isso, entre outros aspectos, a questão do cânone torna-se complexa, visto que em meio a esse processo encontra-se, segundo Muzart, até mesmo o fator acomodação, isto é, a tendência a reproduzir o estudo de autores(as) já consagrados(as), canonizadas(os)⁹⁰; em outras palavras, literaturas de homens brancos e de algumas mulheres brancas. Seja porque o novo ou diferente cause estranheza; seja porque falta atitude nessas pessoas acomodadas. Toda essa concentração de poder para determinar quem é merecedor de pertencer ao cânone e, principalmente, a ausência de uma imparcialidade ao exercer tal poder e ‘superioridade’ intelectual, muitas vezes, é gerada por uma apropriação interiorizada de hegemonia de raça, cultura e gênero. Harold Bloom, por exemplo, defende calorosamente o cânone ocidental, apresentando argumentos para esta defesa que não deixam de ser subjetivos, pois, entre outros aspectos, para ele “sem o cânone deixamos de pensar. Pode-se idealizar interminavelmente a substituição de padrões estéticos por considerações etnocêntricas e de gênero sexual, e as metas sociais podem ser de fato admiráveis. Mas só a força pode juntar-se à força [...]”⁹¹. Ainda segundo o autor, “não podemos livrar-nos de Shakespeare, nem do Cânone do qual ele é o centro”⁹². Indiscutíveis quaisquer aspectos em relação à genialidade deste poeta. Contudo, a disseminação de pensamentos tão fechados como o de Bloom contribui para deixar uma lista considerável de escritoras (principalmente) e escritores, independente da raça, excluídos do cânone ocidental porque ele só enxerga como ‘bom’ o que ele já julgou e determinou como

⁹⁰ MUZART, 1995, p 85.

⁹¹ BLOOM, 1995, 47.

⁹² BLOOM, 1995, p. 46.

'bom'. Por isso, diminui o valor de um trabalho maior, o do resgate literário, ao colocar que “o Cânone Ocidental, seja lá o que seja, não é um programa de salvação social”⁹³. Infelizmente, ele não é o único, nem será o último, a pensar e agir assim e tecer comentários desse porte. Principalmente por isso, há sim a necessidade de (re)avaliar obras e autores(as) outros, não como uma forma de assistencialismo social, mas de possibilitar a inserção na historiografia literária daqueles que escreveram da margem, abrindo-lhes espaço, outrora fechado, para se tornarem visíveis ao mundo literário. Quanto a se imortalizar no mesmo, aí já é outra questão. Questão essa que não pode ser antecipadamente determinada por (pré-)conceitos de gênero, raça, classe... nem por posicionamentos centralizadores de espaço, poder e julgamentos de valores subjetivos.

O cânone, portanto, tem sido determinado por um poder centralizador e também por um processo de omissão por parte dos representantes da academia. Essa situação só começaria a ser desconstruída quando algumas posturas (re)visionistas, “ensaia(m) seus primeiros passos na academia pelas mãos do feminismo, bem como a partir das demandas oriundas do movimento negro e da Fundação no Brasil de grupos como o Quilombhoje”⁹⁴, no decorrer dos anos de 1980. O surgimento do feminismo no contexto acadêmico⁹⁵, por intermédio de grupos de pesquisa formados basicamente por professoras universitárias da área de estudos literários⁹⁶, vem para questionar, pôr em xeque a hegemonia das práticas canônicas. E

foi o questionamento da hegemonia desse sujeito nos processos de instituição e institucionalização dos significados social, político, cultural, estético e teórico reguladores do campo literário que inaugurou a interlocução crítica com as histórias literárias, com as configurações dos cânones nacionais, com as convenções discursivas, com os códigos estéticos e retóricos, com os próprios

⁹³ BLOOM, 1995, p. 36.

⁹⁴ DUARTE, 2005, 115 (parêntese meu).

⁹⁵ Aparentemente, a inserção das discussões sobre gênero na academia, na inclusão de tal tema como disciplina, ainda que optativa, ainda encontra resistência por parte de algumas coordenações e ou professores mais ‘conservadores’ que não veem necessidade de discutir gênero, assim como de discutir raça, racismo, pois acreditam (pelo menos dizem acreditar) na cordialidade do povo brasileiro para com o outro.

⁹⁶ SCHMIDT, R.T. **A crítica feminista na mira da crítica**. Disponível em <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/desterro/article/view/7462/6843>>.

conceitos de literatura, de identidade e de valor, gerados e mantidos pela crítica literária e pelo discurso historiográfico, compactuados com o sistema patriarcal da cultura ocidental e, por extensão, das culturas nacionais, vistas sob o prisma de valor inquestionável e universalizante.⁹⁷

Ao lançar questionamentos à hegemonia reguladora do campo literário, a crítica feminista do final da década de 70 e dos anos 80 inicia o trabalho de questionar o porquê da exclusão das mulheres da literatura, assim como o rebaixamento da produção literária feminina⁹⁸. Paralelamente, desconstruiu e vem desconstruindo, nas grandes obras canonizadas, a representação da mulher nestes textos, revelando-nos o quanto a literatura produzida pelo alto escalão canônico masculino trazia uma imagem feminina estereotipada, calcada no binarismo, no qual a parte feminina é caracterizada como anjo ou demônio, em se tratando da mulher branca. Quando e se aparece uma personagem negra esta é caracterizada como um *objeto* do lar⁹⁹; se a personagem é mulata ela vem envolta em sensualidade ou promiscuidade¹⁰⁰. Em outras palavras, ela tem o *status* de um utensílio doméstico: de *uso* para o lar e do lar ou para servir às necessidades do(a) dono(a) do lar, muitas vezes sendo considerada pela família da casa como uma “negra de estimação” – parafraseando Monteiro Lobato¹⁰¹ –, ou como ‘se fosse da família’, mas sem direito a qualquer uma das regalias vividas pelos mesmos, exceto a de partilhar da mesma comida. Todo esse trabalho da crítica feminista, conseqüentemente, desmontou os argumentos e critérios canônicos que sustentavam a ausência da produção feminina no campo literário e o conceito de literatura. Daí para a (re)leitura de obras e autores ‘esquecidos’, assim como do seu resgate, o processo é lento devido a

⁹⁷ SCHMIDT, 2002, p. 108.

⁹⁸ CAMPOS, In: SCHMIDT, 1997, p. 129.

⁹⁹ Nesse caso, faço uma ressalva, pois as personagens negras em Machado de Assis não têm esse perfil.

¹⁰⁰ Faço uma ressalva, nesse caso, às personagens negras e mulatas nas obras de Lima Barreto, pois por detrás de quaisquer aspectos de sensualidade, promiscuidade ou da condição de doméstica das personagens femininas há implícita uma denúncia social para com o descaso político, social e humano para com a condição social dessas mulheres (e também do homem) no Brasil.

¹⁰¹ Faço referência aqui ao livro infantil de Monteiro Lobato, *As reinações de Narizinho*, no qual a empregada da dona Benta, tia Nastácia, é descrita pelo narrador como “negra de estimação”. Texto disponível em : <<http://catracalivre.folha.uol.com.br/wp-content/uploads/2010/08/reinacoesdenarizinho.pdf>>. Acesso em: 20 jun 2011.

certas dificuldades pertinentes a quaisquer buscas por algo cuja divulgação sofreu sérios percalços.

O trabalho da crítica feminista na esfera acadêmica¹⁰² vai abranger outros aspectos também. No Brasil, em se tratando da crítica feminista, em específico, ela tem dado especial atenção aos questionamentos dirigidos à historiografia literária e ao cânone¹⁰³. Estes questionamentos não têm contemplado a mulher negra (na dimensão em que a mulher branca tem sido colocada em evidência), tanto que algumas feministas¹⁰⁴ questionaram e/ou chamaram a atenção para o foco direcionado dessas pesquisas. Maria Consuelo Cunha Campos¹⁰⁵ e Kia Lilly Caldwell¹⁰⁶ são exemplos dessas vozes questionadoras da pouca visibilidade em relação à questão de gênero e raça. Campos, no texto “Gender e literatura”¹⁰⁷, traz uma crítica implícita à ausência de uma discussão maior em relação à produção de escritoras negras; já Caldwell denuncia a parca quantidade de estudos abarcando gênero, *raça* e *classe* no Brasil. Quanto a esses questionamentos, Schmidt¹⁰⁸ defende o foco das pesquisas da crítica feminista, argumentando que a historiografia literária tem resgatado uma significativa produção marginalizada. Esta produção, ela admite, é construída por uma determinada classe social e racial pertencentes à elite, visto que as escritoras eram provenientes da classe média/alta.

Muito da literatura afro-brasileira e, conseqüentemente, dos nomes de escritores(as) anteriores ao século XX, principalmente, são, de fato, frutos do trabalho de resgate de pesquisadores(as) empenhados em (re)escrever o cânone e a historiografia da literatura brasileira. Contudo, este é um trabalho no qual também se vislumbra certa desigualdade, seja

¹⁰² A crítica literária feminista, assim como outras disciplinas voltadas aos estudos de gênero como, por exemplo, a geografia, história, antropologia se manifestou a partir da teoria feminista que, por sua vez, foi uma consequência dos movimentos feministas do século XX.

¹⁰³ SCHMIDT, R.T. A crítica feminista na mira da crítica. Disponível em <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/desterro/article.viewfile/7462/6843>.

¹⁰⁴ Para exemplificar: CAMPOS, Maria Consuelo Cunha. Gender e literatura. In: SCHMIDT, R. T. (org.). **Mulheres e literatura**: (trans)formando identidades. Porto Alegre: Ed. Palloti, 1997, v 1; no seu texto a autora aborda a questão de gênero e raça. Já Caldwell (Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. In: **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis: s/e, 2000. v 8, no 2) abarca gênero, raça e classe. Em ambos os textos, as respectivas autoras trazem implícito uma crítica a essa ausência de uma discussão maior em relação à produção de escritoras negras. Sueli Carneiro (1994, 2002, *vide* bibliografia), assim como outras feministas também irão chamar a atenção para a necessidade de um estudo de gênero em consonância com raça e classe.

¹⁰⁵ CAMPOS, 1997.

¹⁰⁶ CALDWEL, 2000.

¹⁰⁷ In: SCHMIDT, 1997.

¹⁰⁸ SCHMIDT, 1997.

porque quando existiram mulheres negras escrevendo foi em número *limitadíssimo*; seja porque quando é proposto um estudo de resgate o trabalho dos(as) muitos(as) pesquisadores(as)¹⁰⁹ nesta área tem se concentrado no resgate de autores e obras de homens negros. Ou seja, ainda, porque

voltando aos estudos de gênero no Brasil [...] por que razão eles teriam tão pouco impactado a produção de escritoras negras? Sem desconhecer os trabalhos de resgate da escrita da mulher negra (Mott, dos Santos, etc), em busca da visibilidade histórica até então negada a esta produção, é inegável, por outro lado, que a produção contemporânea ainda não se sensibilizou massivamente a respeito.¹¹⁰

São vários os motivos para essa desigualdade. Alguns desses motivos já foram citados anteriormente como, por exemplo, a ausência de mulheres negras na academia. Por isso, os poucos trabalhos de resgate das escritoras negras para retirá-las dos becos aos quais foram *relegadas* e/ou de análise de suas obras para retificar as injustiças impostas pelo cânone quanto ao conteúdo das mesmas são de suma importância para uma melhor compreensão da história e trajetória social delas, visto que, comprovadamente, a literatura de autoria feminina tem possibilitado uma outra importante (re)leitura das sociedades, inclusive a brasileira. E a literatura das afro-brasileiras, em específico, possibilita, além da releitura da sociedade, uma leitura e melhor compreensão das condições subjacentes norteadoras da realidade social das mulheres negras. Para isso, portanto, indiscutível a importância das pesquisas de resgate e da existência de mulheres que ousaram escrever literatura em tempos tão inóspitos para mulheres escritoras.

Quanto a esses resgates, trabalhos de pesquisa divulgados, referentes a séculos anteriores ao XX, têm trazido à luz, não sem muitas dificuldades¹¹¹, um número ainda reduzido de autoras e obras como a escritora Maria Firmina dos Reis, cujo romance *Úrsula* (1859) é considerada por Assis Duarte (2005) como marco fundador da literatura

¹⁰⁹ Para citar alguns: Gregory Rabassa (1965), David Brookshaw (1983), Zilá Bernd (1988); Oswald de Camargo (1987). Nos autores citados, nas obras nas quais enfocam literatura, ao se reportarem ao autor e obra, suas escolhas são por autores negros.

¹¹⁰ CAMPOS, in: SCHMIDT, 1997, p. 133.

¹¹¹ DUARTE, 2005, p. 118.

afro-brasileira, juntamente com *Primeiras trovas burlescas* (1859) de Luiz Gama. Outros críticos, contudo, apontam apenas a obra de Luiz Gama como marco fundador da literatura afro-brasileira¹¹² e alguns nem citam o nome de Maria Firmina dos Reis. Se os dois livros citados são tidos como obras fundadoras de uma literatura produzida por um segmento considerado como inferior, estigmatizado pela cor da pele e também pela condição de escravo à qual foram submetidos por ideologias torpes e desumanas, é por trazerem na sua textualidade os ecos de uma africanidade histórica e cultural. Contudo, a manifestação racial dentro da literatura dá-se, em maior ou menor grau, mais como um projeto estético ideológico do que como uma consequência natural e/ou determinante do fato de ser negro(a). Diante dessa evidência, Duarte chama a atenção para o fato de que uma pesquisa não deve se restringir a verificar a cor da pele do escritor(a), ela deve também investigar nos textos desses(as) escritores(as) as marcas discursivas que indiquem (ou não) os possíveis aspectos de ligação com a história e cultura da sua raça¹¹³. Ao que acrescentaria: tomando o devido cuidado para não fazer disso um critério de valoração¹¹⁴ para a obra de autoria afro-brasileira, pois, caso contrário, há o risco de incorrer numa exclusão (ainda que involuntária) de autores(as) negros(as), mas cujo discurso textual não mantenha vínculos históricos nem culturais com sua raça. Além disso, deve-se estar atento a esses vínculos, pois a arte literária permite a seu criador inúmeras maneiras de se manifestar discursivamente. Em outras palavras, os vínculos históricos ou culturais nem sempre poderão estar presentes em um discurso literário em letras garrafais. Machado de Assis, por exemplo, não usou da obviedade para criticar a burguesia da época, pelo menos não naquele momento.

Ainda em relação a trabalhos de resgate, além de Maria Firmina dos Reis (século XIX), cuja obra será objeto de análise posteriormente, ele também revelou nomes como os de Rosa Maria Egípcíaca da Vera Cruz¹¹⁵ e Tereza Margarida da Silva e Orta¹¹⁶, ambas do século XVIII.

¹¹² DUARTE, 2005, p. 128.

¹¹³ DUARTE, Assis, 2004, p. 124.

¹¹⁴ Segundo Compagnon, “todo julgamento de valor repousa num atestado de exclusão” (2010, p. 33).

¹¹⁵ Segundo o seu biógrafo Luiz Mott (apud DUARTE, 2005, p. 129-30), ela é a primeira mulher negra letrada de que se tem conhecimento. De vida extremamente sofrida (escrava de ganho, depois prostituta, perseguida pela Inquisição), teve seus escritos confiscados e queimados pela Inquisição. Ela não é considerada brasileira, pois nasceu em África e veio para o Brasil com seis anos, também ainda não tem seus escritos publicados e divulgados. Dos livros *Sagrada teologia do amor de Deus* e *Luz brilhante das almas peregrinas*, salvaram-se das chamas da Inquisição apenas algumas folhas originais.

As duas, contudo, ainda não estão incluídas na literatura brasileira¹¹⁷. A primeira não tem livros publicados e dela só existem cartas e fragmentos dos textos que escaparam das chamas da Inquisição. Em relação à Tereza M. da Silva e Orta pesam duas questões: primeiro, segundo seu biógrafo Ernesto Ennes (1944)¹¹⁸, seu parentesco com negros remonta à 6ª ou 7ª geração. Portanto, ela não trazia na pele, aparentemente, nenhum resquício desse parentesco longínquo e isso, aos olhos da sociedade e pelo conceito social de quem é ou não é negro no Brasil, fazia dela uma mulher branca. Segundo, há o fato de que a mesma viveu, casou-se e publicou em Portugal, ainda de acordo com Mott¹¹⁹.

Muito possivelmente ainda há em algum beco esquecido ou perdido daquele século outras autoras, outras obras impossibilitadas de se materializarem em livro. Também é muito possível terem existido aquelas que quando puderam materializar seus pensamentos em formato de texto, de livro, fazendo, quem sabe, da sua escrita sua arma, denunciando nos seus textos sua história, a História achou por bem mergulhar tais obras e autoras no esquecimento. Seja por este ou por aquele motivo, o fato é que algumas escritoras não têm seus nomes confirmados enquanto escritoras afro-brasileiras. A gaúcha de Porto Alegre, Luciana Maria de Abreu (século XIX), é um exemplo dessas dificuldades. Descrita pela sua biógrafa como tendo o rosto moreno pérola¹²⁰ e no atestado de óbito como sendo de cor branca, fica a dúvida se era ou não negra, visto que no Brasil é comum o uso de subterfúgios linguísticos para não ‘ofender’ o negro ao se referir à cor da pele e/ou ainda usar desses subterfúgios para não “denegrir” (e assim ‘elear’) a imagem do mesmo diante da sociedade. No caso da escritora Luciana de Abreu, de acordo com a tradição oral propagada por antigos alunos da Escola Luciana de Abreu¹²¹, costuma-se afirmar que a mesma tinha ascendência negra¹²². Para justificar isso, Mott também ressalta as

¹¹⁶ Obra: *Máximas de virtude e formosura ou Aventuras de Diófanes*, publicado em Lisboa em 1752.

¹¹⁷ DUARTE, 2005, p. 130.

¹¹⁸ MOTT, Maria Lucia de Barros, 2009. Disponível em < <http://cucamott.sites.uol.com.br/escritorasnegras.htm>>.

¹¹⁹ MOTT, Maria Lucia de Barros, 2009. Disponível em < <http://cucamott.sites.uol.com.br/escritorasnegras.htm>>.

¹²⁰ In: MOTT, Maria Lucia de Barros. Disponível em <<http://cucamott.sites.uol.com.br/escritorasnegras.htm>>.

¹²¹ Maiores informações sobre vida e obra de Luciana de Abreu ver MUZART, Z. J.L.(Org.) **Escritoras brasileiras do século XIX**. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

¹²² Segundo Mott, essa informação lhe foi transmitida por Jussara Ávila, do Movimento Negro de Porto Alegre.

chacotas, por parte das colegas, das quais Luciana foi alvo, quando disse que estava escrevendo um livro e também do fato de a mesma ter tido uma boa colocação no concurso no qual concorria a uma vaga de professora e, no entanto, ter sido preterida por outra. Isso, contudo, não provaria sua ascendência, pois clientelismo e nepotismo em concursos públicos não são exclusividades dos séculos XX e XIX. Quanto a ser vítima de chacota por parte de outras mulheres, também não é algo estranho, pois mesmo em pleno século XXI, se a mulher ousar fazer algo contrário àquilo que é considerado o ‘certo’, o ‘normal’, próprio de mulher, ela também será alvo de chacota e de *olhares* discriminatórios ou, no mínimo, curiosos. Em outras palavras, respaldar-se em determinados gestos, atos ou falas pode induzir a uma verdade, mas ao mesmo tempo não garante nada em relação à raça, ao gênero e à classe no Brasil, pois vive-se aqui uma realidade um tanto quanto complexa. Isso, contudo, não implica *afirmar* que Luciana de Abreu não fosse negra.

Quanto ao século XX, as novas e esperançosas propostas sociais mais justas e igualitárias, veiculadas por um novo sistema de governo, a República, não se concretizaram. Na realidade, nos primeiros anos houve apenas uma troca de nomenclatura – de Monarquia para República –, porque na prática os anos iniciais desta foram um arremedo decepcionante da política anterior, pois, entre outros aspectos negativos, ainda legou aos brasileiros (entenda-se por brasileiros aqui principalmente os menos favorecidos socialmente) com o coronelismo que

representou uma variante de uma relação sociopolítica mais geral – o clientelismo – existente tanto no campo quanto nas cidades. Essa relação resultava da desigualdade social, da impossibilidade de os cidadãos efetivarem seus direitos, da precariedade ou inexistência de serviços assistenciais do Estado [...]¹²³.

Nesse contexto, a liberdade outrora proporcionada pela Lei Áurea jogou os negros dentro de uma pseudoliberalidade na qual eles vêm lutando para sobreviver todos os dias, até hoje. A República, por sua vez, complementou essa pseudoliberalidade quando, ignorando os problemas sociais dos brasileiros, deixou nas mãos dos negros, em particular,

¹²³ FAUSTO, 2002, p. 149.

segundo Fernandes, a quase impossível missão de se (re)erguerem nos moldes e padrões instituídos pelos e para os homens brancos¹²⁴. Missão quase que amplamente fracassada – pois muito difícil e complexa –, haja vista a realidade social das favelas, do alto número de negros nas cadeias e de muitas outras evidências problemáticas nas quais os negros estão sempre em um número muito maior em relação aos brancos.

Devido, por um lado, a este contexto e, por outro, às condições históricas e sociais da mulher, em especial das mulheres negras, há informações da existência de poucas escritoras negras no início do século XX. Auta de Souza (século XIX), autora de *Horto*, publicado em 1901, dentre todas foi a única a ser bastante citada pelos críticos literários naquele século. Contudo, segundo Mott, embora a foto que ilustra o livro *Horto* não esconda a ascendência negra da autora, alguns biógrafos não comentam tal fato. Talvez não comentem porque não querem ‘desvalorizar’ a artista e, conseqüentemente, a obra, ou talvez por acreditarem que esse dado seja um aspecto irrelevante para a literatura em si. Por outro lado, a opção dos críticos em não fazer referência à raça pode ser motivada, (in)conscientemente, pelas relações permeadoras da questão racial aqui, isto é, o brasileiro não é racista, é um povo harmônico e tolerante para com os negros, pois ‘todos’ no Brasil são um pouco negros e, por isso, deixam passar o fato. Mas, no fundo, quando fecham os olhos para a cor da pele de alguém cujo nível social é alto acreditam que sempre haverá a possibilidade dessa particularidade cair no esquecimento. Contudo, se por um lado, tentam fazer Auta de Souza passar por mulher branca, por outro ela não tem sido aceita por alguns críticos como escritora negra pelo fato de ela não se referir a assuntos ou personagens negros em seus escritos.

Aparentemente, portanto, seja no século XIX, seja no XX ou no XXI, não basta fazer literatura, há que se provar algo para ser incluído no universo literário. Em se tratando do século XIX e pensando em Machado de Assis, por exemplo, ser branco para justificar a competência. Afinal, por que o ‘embranqueceram’ nas fotos? E no século XX e XXI, ser negro, escrever de e sobre negros se quiser ser considerado como um(a) escritor(a) pertencente a um determinado segmento literário, neste caso, à literatura afro-brasileira¹²⁵. Enfim, o seletivo universo da literatura ainda continua excluindo a partir de premissas temporal e subjetiva.

¹²⁴ FERNANDES, 1978, p. 20.

¹²⁵ Sobre literatura afro-brasileira: Zilá Bernd; Eduardo de Assis Duarte; Gizêlda Melo do Nascimento; Oswaldo de Camargo (vide bibliografia).

Além das escritoras listadas acima, há que citar também Carolina Maria de Jesus¹²⁶, autora de *Quarto de despejo: diário de uma favelada*¹²⁷. Ela é uma autora que, segundo Edmilson de Almeida Pereira¹²⁸, teve sua carreira literária marcada por uma vida de miséria, mas, independente disso, os dados biográficos presentes em seus textos ultrapassarão o tom confessional para alcançar uma coletividade, pois neles estão presente a luta do indivíduo procurando superar a opressão social.

Ainda em se tratando da literatura do século XX, algumas escritoras não foram citadas aqui, pois a pretensão desse capítulo, assim como dessa pesquisa, não é uma historiografia afro-brasileira. Por outro lado, muitas outras escritoras não constam nesse capítulo também porque ainda não obtiveram sua merecida visibilidade, pois estão na estreita dependência dos formadores do cânone: crítica literária, professores, instituições.... Outras, por sua vez, têm conseguido abrir as portas dos becos que mantêm à margem a escrita das mulheres negras¹²⁹ (e de homens negros também), entrando assim para o mundo visível da sociedade literária, mas devido ao espaço e à proposta desta pesquisa, não figuram nestas páginas. Mesmo destas, contudo, não estão isentas do crivo da aceitação e afirmação que as põem à prova constantemente (seja quando a crítica comenta e/ou deixa de comentar seus trabalhos, seja quando questionam sua raça e/ou os temas da sua obra). Mas é preciso *não ignorar*,

“a experiência interior de um negro nenhum branco tem”, afirma o poeta negro Cuti, numa entrevista publicada na revista *Afinal* (13-01-1987), [...]: a experiência interior de uma mulher negra, por razões sociais, nenhuma mulher branca ou homem, mesmo negro, tem. Escrever ou não escrever sobre homens e mulheres negras jamais anularia esta

¹²⁶ O quarto capítulo é dedicado a analisar uma das obras de Carolina Maria de Jesus.

¹²⁷ JESUS, 1960. Também escreveu *Pedaços de fome e Diário de Bitita*.

¹²⁸ PEREIRA, In: CALLALOO, 1995, p. 1039.

¹²⁹ Um dos mecanismos que tem contribuído para pôr em circulação as obras de escritores afro-brasileiros é a atividade do QUILOMBHOJE Literatura, através dos **Cadernos negros**. Ele foi fundado em 1980 por Cuti, Oswaldo de Camargo, Paulo Colina, Abelardo Rodrigues e outros e tem como meta, entre outras coisas, dar visibilidade à literatura afro-brasileira e discutir questões como autoestima dos afrodescendentes. Para a divulgação e materialização dos livros de escritores afro-brasileiros, o QUILOMBHOJE tem, atualmente, um papel ímpar para a quebra desses becos literários. Para saber mais sobre ele e/ou os **Cadernos negros**, ver www.quilombhoje.com.br.

verdade. Nem clareando fotografias ou forjando dados no atestado de óbito.¹³⁰

E pelas experiências individuais de cada ser humano, de cada raça, o século XX e o XXI vêm acompanhando de perto, entre outras tantas narrativas, a narrativa ímpar e independente de Marilene Felinto e a narrativa marcadamente racial de Conceição Evaristo, além de outras escritoras como Geni Guimarães, Esmeralda Ribeiro, Sônia Fátima...

São muitas, partindo da consciência histórica do que foi e é a vida no Brasil para as mulheres negras; mas *é muito pouco* considerando os mais de 500 anos da presença maciça de mulheres negras aqui. História que tem sido retratada na literatura resgatada dos becos, muitas vezes, em forma de testemunho¹³¹, em forma de textos memorialísticos... Testemunho de quem viveu/vive a História de perto. Memória de quem assistiu à história dos seus.

A esta pesquisa resta traduzir algumas dessas vozes que ecoam nas páginas, para muitos silenciosas, da literatura de Maria Firmina dos Reis, Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo e Marilene Felinto, em tempos e “tons” dissonantes – ou não.

¹³⁰MOTT, Maria Lúcia de Barros. Escritoras negras: resgatando nossa história.<Disponível em <http://cucamott.sites.uol.com.br/escritorasnegras.htm>>.

¹³¹ Segundo Zahidé Muzart, em um texto preparado para ser proferido em uma palestra e gentilmente cedido a mim no dia da qualificação, “ao ler textos de mulheres negras e pobres, chego a conclusão de que o que elas escreveram foi literatura de testemunho. A voz negra se inicia com Maria Firmina os Reis”. Ainda segundo ela, “Nesta literatura de testemunho, não há primordialmente uma preocupação com o literário ou o estético. [...]. Esses são os textos primeiros, antes das escritoras que atualmente estão sendo mais estudadas e que serão abordados nessa mesa” (MUZART, [s/a], [s/p]).

Horto

*“ Oro de joelhos, Senhor, na terra
 Purificada pelo teu pranto ...
 Minh'alma triste que a dor aterra
 Beija os teus passos, Cordeiro Santo!
 Eu tenho medo de tanto horror ...
 Reza comigo, doce Senhor!*

.....
*Jesus amado, reza comigo ...
 Afasta a noite, divino amigo! ”
 Eu disse ... e as sombras se dissiparam.
 Jesus descia sobre o meu Horto ...
 Estrelas lindas no céu brilharam,
 Voltou-me o riso, já quase morto.
 E a sua boca falou tão doce,
 Como se a corda de um 'harpa fosse:
 “Filha adorava que o teu gemido
 Ergueste n'asa de uma oração,
 Na treva escura sempre envolvido,
 Por que soluça teu coração?
 Levanta os olhos para o meu rosto,
 Que a vista d'ele fuge o desgosto.”
 Ergui os olhos para o céu lindo:
 Vi-o boiando num mar de luz ...
 E, então, minh'alma, n'um gozo infindo,
 Chorando e rindo, disse a Jesus:
 “Guia o meu passo, nos bons caminhos,
 Na longa estrada cheia de espinhos.
 Junta os meus sonhos, no azul dispersos,
 Desce os teus olhos sobre os meus versos”.*

(Auta de Souza)

CAPÍTULO 3

MARIA FIRMINA DOS REIS: (RE)PRESEN(TA)ÇÃ(O) DE GÊNERO E RAÇA

Como já comentado anteriormente, pesquisas no âmbito da literatura têm revelado e resgatado nomes de escritoras que ousaram, em tempos inóspitos para elas, produzir literatura. Em se tratando das mulheres negras, estas revelações só vêm (re)afirmar a *presença* negra além da casa grande e da senzala na formação social do Brasil, como também nas esferas restritas à nata da intelectualidade pensante: a literatura. Presença esta a quem este capítulo também quer dar a (re)conhecida visibilidade, ainda que tardia. Sendo assim, volto-me para o século XIX para (re)ler Maria Firmina dos Reis (1825-1917) com o objetivo de identificar a representação das personagens femininas negras na obra *Úrsula*¹³² e no conto “A escrava”.

Maria Firmina dos Reis é, portanto, uma das evidências de que a presença da mulher negra no século XIX, no Brasil, não se resumiu à casa grande e/ou à senzala. No caso do exemplo de Maria Firmina dos Reis, ela marcou presença também em espaços reservados outrora restritos aos homens: na literatura. Por motivos já comentados anteriormente em relação à formação do cânone, naquele século, não lhe foi dada nenhuma visibilidade. Muito embora, se compararmos *Úrsula* às obras canônicas *A moreninha* de Joaquim Manuel de Macedo e/ou *A viúvinha* de José de Alencar, por exemplo, ver-se-á que *Úrsula* não perde em nada. Muito pelo contrário, pois se estes escritores e muitos outros românticos detiveram-se na idealização do amor e da mulher ou na exaltação de um nacionalismo moldado pelo viés do colonizador, Maria Firmina dos Reis foi além do aspecto idealizador da mulher, pois, assim como Castro Alves, ela se utiliza da poesia para denunciar uma injustiça política e social da sua época: a escravidão. Em seus textos também há as propostas românticas, isto é, uma personagem feminina idealizada, protagonizando um triângulo amoroso em uma fábula nem um pouco complexa – típica dos folhetins

¹³² *Úrsula* foi publicada inicialmente em 1859. Maiores informações acerca da obra e autora também podem ser encontradas em Zahidé Lupinacci Muzart que faz um histórico da obra em questão, uma breve biografia de Maria Firmina dos Reis e uma análise geral das obras desta autora (MUZART, Z. L. Maria Firmina dos Reis. 2000, p. 264-284, in: MUZART (Org), *Escritoras brasileiras do século XIX*, 2000).

românticos. Ora, o romance tem, portanto, todos os ingredientes da receita que outros autores da época usaram e *por isso* foram canonizados. Maria Firmina não teria tido a mesma ‘sorte’ por quê? Por morar fora do eixo Rio-São Paulo¹³³? Ou (também) por ser mulher e mulher negra?

A única resposta certa, agora, é que o trabalho de regaste das pesquisadoras feministas possibilita, entre outras coisas, por exemplo, a (re)visão do texto dessa autora pois, independente dos motivos da marginalização imputada à obra, ela tem um legado histórico, político, literário, humano e sociológico a ser desvendado. Neste trabalho, esses aspectos serão ressaltados.

Maria Firmina dos Reis, mulata, prima do escritor, também maranhense, Sotero dos Reis¹³⁴, viveu parte de sua vida na casa de uma tia bem situada financeiramente¹³⁵. Esse fato, sem desmerecer o empenho e a capacidade intelectual de Maria Firmina, certamente foi um item relevante para que ela alcançasse sua ascensão social e profissional (ser professora, escritora, musicista), vivendo em pleno século XIX e sendo negra. E faço tal comentário, pois um leitor menos atento, diante das realizações dessa escritora, poderá pensar que a ascensão social e profissional eram fáceis e são fáceis, bastando querer para tornar um sonhos realidade. Não foi fácil lá, nem é tão fácil aqui - mesmo no século XXI. O meio ao qual pertencia contribuiu para que ela pudesse desenvolver sua capacidade intelectual, proporcionando-lhe os mecanismos para isso. Assim sendo, hoje é possível ver/ler em *Úrsula* e no conto “A escrava” a mão de uma escritora à frente do seu tempo, utilizando-se das palavras, através da arte literária, para denunciar uma injustiça social.

Em *Úrsula* a narrativa gira em torno do encontro e amor de Úrsula e Tancredo. Entre um problema e outro para a concretização desse amor, entram em cena os personagens que diferenciam a literatura de Maria Firmina dos Reis das outras deste período: Túlio, o escravo que possibilitou o encontro entre Tancredo e Úrsula, e a velha e boa escrava Susana que, entre outras coisas, “vai explicar a Túlio, alforriado pelo Cavaleiro, o sentido da verdadeira liberdade, que essa não seria

¹³³ Segundo Muzart, 1995, p. 85, o cânone é formado a partir de relações de força, como, por exemplo, das universidades, do poder eixo Rio/São Paulo/Minas, pois vivendo nessas regiões o(a) escritor(a) pode frequentar círculos de influência, professores dos cursos de pós-graduação, por exemplo.

¹³⁴ MUZART, in: MUZART (org.), 2000, p. 264.

¹³⁵ MOTT, apud MUZART, in MUZART (Org), 2000, p. 264.

nunca a de um alforriado num país racista”¹³⁶. Aspecto inusitado, portanto, pois estes escravos têm voz, pensam e podem expressar seus sentimentos.

Já em relação ao conto “A escrava”, como o próprio nome sugere, a narrativa vai se prender em torno de uma escrava que, fugindo do seu carrasco, acaba propiciando o encontro dela e do seu filho, também escravo, com uma senhora branca que se encontrava na rota da fugitiva. Condoída com a situação da escrava e do filho, a senhora branca os acolhe em sua casa. No ínterim entre a estadia da escrava na casa da mulher que a acolheu e de sua morte nesta mesma casa, a negra narra brevemente os momentos mais difíceis da sua vida. Esta vida vem ao conhecimento do leitor quando a narradora-branca utiliza a história da mãe escrava e do filho escravo como uma extensão ou argumento para proferir seu discurso sobre a escravidão. Nesse processo, a escrava e seu filho são os argumentos humanitários utilizados pela narradora-branca que, diante de uma plateia, “em um salão onde se achavam reunidas muitas pessoas distintas, e bem colocadas na sociedade [...]”¹³⁷, faz um caloroso discurso antiescravocrata, impregnado de caráter religioso e humanitário. No seu discurso, ao lado do aspecto humanitário, também subjaz o político e econômico. Nele, a narradora-branca enfatiza e desenvolve a ideia de que “por qualquer modo que encaremos a escravidão, ela é, e sempre será um grande mal. [...]”¹³⁸. Ao longo da narrativa, contudo, não é essa narradora-branca que defenderá o aspecto humanitário do seu discurso, pois são os próprios negros ao narrarem as atrocidades vividas, expondo para o leitor o quanto a escravidão fere os direitos humanos. Por isso, reafirmo, pode-se dizer que os argumentos utilizados para o discurso antiescravocrata são, nesta narrativa, os próprios negros. São eles e, conseqüentemente, a condição subumana à qual estavam algemados. Utilizar esses argumentos através da pessoa e do discurso do negro foi uma atitude politicamente corajosa, humanitária e inteligente. Neste contexto, pode-se dizer que o papel da narradora-branca foi o do microfone ou jornal, isto é, foi o instrumento através do qual estes argumentos puderam ser ouvidos/lidos/reproduzidos/disseminados em alto e bom tom, fazendo com que o mesmo chegasse até os salões onde as “pessoas distintas” se

¹³⁶ MUZART, 2000, p. 266.

¹³⁷ REIS, 2004, p. 241.

¹³⁸ REIS, 2004, p. 242.

reuniam. Locais onde obviamente esses discursos eram necessários, mas cujo acesso era inacessível para os negros.

Quando ao aspecto religioso, há, sim, certo ‘apelo’ à religião para apoiar o discurso antiescravocrata da narradora-branca, mas, por outro lado, existe (inconscientemente ou não) toda uma ‘construção’ política para desmascarar uma sociedade fervorosamente católica. Sociedade na qual ainda havia quem expressasse “[...] sentimentos escravocratas, no presente século, no século dezenove!”¹³⁹. Tendo em mãos uma obra escrita dentro do padrão folhetinesco, poder-se-ia desprezar esse apelo religioso, explicando que o teor exacerbado presente nele é fruto dos arroubos tão próprios do período Romântico. Contudo, ao confrontar e questionar a sociedade, dizendo que

[...]. A moral religiosa, e a moral cívica aí se erguem, e falam em alto esmagando a hidra que envenena a família no mais sagrado santuário seu, e desmoraliza, e avilta a nação inteira!

Levantai os olhos ao Gólgota, ou percorrei-os em torno da sociedade, e dizei-me:

Para que se deu em sacrifício, o Homem Deus, que ali exalou seu derradeiro alento? Ah! Então não era verdade que seu sangue era o resgate do homem! É então uma mentira abominável ter esse sangue comprado a liberdade!?¹⁴⁰,

a narradora-branca lança na face dos ‘cristãos’ a hipocrisia dos dogmas da sua religião. E estes dogmas têm sido os sustentáculos da moral, dos costumes e do papel da mulher na sociedade. Além disso, a Igreja Católica foi uma testemunha apática, em muitas ocasiões, de acontecimentos históricos, tanto que “respaldava o sistema escravista”¹⁴¹.

Quanto ao fato de ser uma personagem-narradora-branca a elaborar esse discurso, é natural, creio, que assim o seja. Só o fato de a personagem ser uma mulher, já era algo para tornar tal discurso sem validade na sociedade patriarcal, machista e conservadora da época. Portanto, naquele contexto, sequer seria possível imaginar que o mesmo discurso pudesse ser proferido por uma narradora-personagem-negra. Mas caso a literatura possibilitasse tal feito, este discurso, além de ser considerado sem validade, ainda poderia ser acusado de trazer em si um tom rancoroso/emocional devido a todo o histórico social e humano do(a) negro(negra) imputado a eles naquele momento. Sendo assim,

¹³⁹ REIS, 2004, p. 241.

¹⁴⁰ REIS, 2004, p. 241-242.

¹⁴¹ DUARTE, 2005, p. 137.

proferido pela narradora-personagem-branca haveria uma chance maior de surtir efeito na sociedade da época, visto que a cor da pele da narradora não só lhe dava a necessária ‘neutralidade’ para discursar sobre aquilo que não vivia como conferia à sua fala a força que, aparentemente, subjaz os discursos dos detentores do poder econômico/intelectual/político... . Por outro lado, como a autora é negra, a opção por uma narradora-branca também pode ter sido a forma que ela encontrou para garantir certa neutralidade para si e de, ao mesmo tempo, ratificar aquilo que ocorria na sociedade: a existência de brancos(as) conscientes do horror de tal sistema e da existência de discursos antiescravocratas sendo proferidos por brancos(as).

Independente dos motivos, é fato a inovação trazida pelos personagens negros ao possibilitar ao escravo-objeto tornar-se um escravo-sujeito; sujeito, até certo ponto, da própria voz, pensamentos e sentimentos. Neste aspecto, diferentemente, por exemplo, do personagem Prudêncio de Machado de Assis que, mesmo liberto, utiliza do poder dessa liberdade para reproduzir atos e discursos do dominador (os escravocratas), em *Maria Firmina*, os personagens negros se utilizam da voz dada a eles para lançar questionamentos, para expor a condição desumana na qual são obrigados a (sobre)viver. Não quero, contudo, desmerecer ou lançar críticas à construção do personagem Prudêncio. Infelizmente, Prudêncio, por inúmeras razões compreensíveis, é um genuíno representante de muitos indivíduos negros e brancos que transitam pela sociedade brasileira. Também há, seguramente, algumas Susanas¹⁴² tentando discursar, expor seu ponto de vista; assim como há “A(s) escrava”(s) sem nome, sem identidade, lutando bravamente para fugir dessa condição.

De posse, portanto, de voz, esses personagens negros conseguem manifestar de forma breve, porém engajada e contundente o lado sujeito que habita todos os seres humanos. Além disso, a voz deles é uma

voz política que denúncia, em plena vigência do espírito das luzes, o conquistador europeu como *bárbaro*, invertendo de forma inédita a acusação racista – corrente na Europa e presente no pensamento de filósofos do porte de Hegel – que excluía a África do mundo civilizado.¹⁴³

¹⁴² Susana é o nome da personagem escrava no romance *Úrsula*.

¹⁴³ DUARTE, 2005, p. 141.

Contudo, o fato de os personagens terem voz não significa que, mesmo naquele breve instante do discurso, eles tenham passado, *completamente*, da condição de objeto para a de sujeito, pois entendo que para ser sujeito não basta ter uma fração de segundos de voz. É preciso que, mesmo em uma fração de segundos, além da voz, esse sujeito tenha certa autonomia, direitos garantidos e respeitados e liberdade de ir e vir, mesmo que ele não queira sair do lugar. Por isso, naquele breve instante no qual Maria Firmina dá voz aos escravos, eles são, até certo ponto, sujeitos da sua história, mas não são da sua vida que, por desígnio do sistema, pertence ao senhor de escravos, e isto é fato. Porém, no breve momento no qual os escravos deixam de ser só objetos para serem sujeitos da sua história, eles deixam *entrever* aquilo que nos torna humanos: nossa capacidade de pensar, sentir e usufruir do direito de expressar através da fala e das ações nossos pensamentos e nossos sentimentos. Se pensam, se sentem, ao dar voz para os escravos a narradora abre espaço para o leitor (com)provar a desumanidade da escravidão através da própria voz do escravo. Não são os personagens brancos que falam como é ser escravo, quem fala é aquele que estava vivenciando a escravidão. Neste aspecto, ao pronunciar um discurso, Maria Firmina dos Reis permite aos negros usufruir de um direito que socialmente eles não tinham e, além disso, dá a oportunidade de os mesmos falarem o que vivenciam. Neste contexto, pode-se inferir que ao dar voz aos escravos Maria Firmina dos Reis antecipa “o pensamento feminista negro”¹⁴⁴ que

seria [...] um conjunto de experiências e idéias compartilhadas por mulheres afro-americanas que oferecem um ângulo particular de visão do eu, da comunidade e da sociedade... *ele envolve interpretações teóricas da realidade de mulheres negras por aquelas que as vivem.*¹⁴⁵

E como falam a partir do que viram, sentiram, viveram e conheceram na pele – literalmente –, o discurso ali relatado tem outra dimensão, visto que há diferença quando o próprio negro fala/escreve sobre o negro, pois o mesmo fala a partir de experiências sentidas e vividas, e não a partir de uma teórica visão externa ao problema, já que “a experiência interior de um negro nenhum branco tem”, como afirma

¹⁴⁴ BAIROS, 1995, 463.

¹⁴⁵ COLLINS, apud BAIROS, 1995, p. 463 (grifos meus).

o poeta negro Cuti, numa entrevista publicada na revista *Afinal* (13-01-1987), [...]: e a experiência interior de uma mulher negra, por razões sociais, nenhuma mulher branca ou homem, mesmo negro, tem”¹⁴⁶.

Seja através do discurso do próprio escravo; seja através do discurso do narrador, a representação feminina em *Úrsula* (2004) reflete, simbolicamente, visto que é uma obra ficcional, a condição social na qual a mulher do século XIX vivia. Sendo assim, o espaço geográfico da “preta Susana”, como dificilmente não o seria na vida real, é a cozinha. Isso, entre outros aspectos na obra, pode ser o reflexo da visão patriarcal da autora acerca do papel social da mulher e do homem na sociedade, pois constrói esta personagem (e todas as demais nesta obra) de acordo com o padrão da época. Prova do quão arraigado era esta construção social do papel do homem e da mulher na sociedade.

Ainda em relação à *Úrsula*, no capítulo IX, “A preta Susana”, a escrava Susana nos é apresentada. Ela, segundo o narrador, é “uma mulher escrava; e negra como ele; *mas* boa, e compassiva, que lhe serviu de mãe [...]”¹⁴⁷. Com essa descrição física e psicológica da preta Susana, o leitor começa a conhecê-la; e (re)encontra a forma habilidosa com a qual o narrador se refere à(o) escravidão/escravo(a) e à moral do(a) escravo(a), usando de uma conjunção adversativa para intermediar duas orações como, por exemplo: “uma mulher escrava; e negra como ele; *mas* boa” ou “era infeliz; *mas* virtuoso”¹⁴⁸. É como se o narrador estivesse se desculpando diante dos leitores e/ou pedindo uma compreensão antecipada (nota-se esse mesmo aspecto no prólogo quando a autora apresenta sua obra aos leitores¹⁴⁹). Palavras, a princípio, destituídas de pretensão, mas que soam como um pedido de licença para manifestar algo. Este algo pode se referir a dois aspectos. Primeiro, à denúncia implícita contra a escravidão. Segundo, e parece-me a mais provável, à inconsciente manifestação contra estereótipos socialmente construídos e que o narrador, *inconscientemente* tem introjetado por ouvir dizer e não por, necessariamente, acreditar neles: negro é tudo de negativo. Por isso o “mas”: “e aí havia uma mulher *escrava*, e *negra* como ele, mas *boa* e *compassiva*.” A conjunção adversativa é a arma com a qual a narradora tenta atingir a simpatia dos possíveis

¹⁴⁶MOTT, Maria Lúcia de Barros. “Escritoras negras: resgatando nossa história”. Disponível em <http://cucamott_sites.uol.com.br/index.htm>

¹⁴⁷ REIS, 2004, p.111 (grifo meu).

¹⁴⁸ REIS, 2004, p. 23.

¹⁴⁹ No prólogo (p.13-14), utilizando de muita humildade e de uma submissão servil, a autora, por isso, utiliza de palavras que desmerecem sua obra e sua capacidade intelectual. Desnecessárias, diga-se de passagem, pois a obra tem suas qualidades.

leitores. Por isso, ela (conjunção) tem a função de ‘aplar’ possíveis antagonismos introjetados, explícitos ou não, para com o escravo ou o negro (escravo alforriado). Os adjetivos “boa” e “compassiva”, por outro lado, são as ‘desculpas’ ou argumentos positivos usados pelo narrador para justificar a presença e a voz de escravos na sua narrativa. Já a junção do “mas” com os adjetivos possibilita ao narrador, (in)conscientemente, eximir os personagens negros do (pré)conceito gerado pelos estereótipos construídos dentro da sociedade. Em resumo, a artimanha linguística escolhida pelo narrador equivale ao popular “ele é negro, *mas* de alma branca”. Tendo, portanto, a “alma branca”, sendo compassivos e bons, a sociedade lhes concede a benevolência do *status* de seres humanos – desde que essa humanidade não chegue à sala, nas atitudes e pensamentos de muitas pessoas.

Quanto à representação da mulher negra, em pleno século XIX, como não poderia deixar de sê-lo, é também a de mãe. A posição maternal desempenhada pela Susana, “que serviu de mãe”¹⁵⁰ a Túlio, era algo comum, pois substituir, naquele tempo, as mães vendidas pelos senhores de escravo ocorria frequentemente. Hoje, aquela mãe Susana é essa que sustenta o lar e os muitos filhos, netos e agregados. Hábito e/ou condição herdados do sistema escravocrata que a obrigava a proteger as crianças cujas mães tinham sido vendidas. Ou é apenas resquício do seu papel como ama-de-leite. Papel no qual era obrigada a amamentar os filhos das senhoras em detrimento dos seus. Contudo, o fato de amamentar o(a) filho(a) do responsável direto pela perda ou ausência do próprio filho não influenciava (salvo as raras exceções que devem ter ocorrido) o desvelo e cuidados com os quais as amas-de-leite cuidavam do(a) filho(a) do senhor, havendo, muitas vezes, a transferência do amor materno da escrava para o(a) filho(a) do senhor e vice-versa¹⁵¹. Relações de amor que, aparentemente, só a escravidão no Brasil pôde vivenciar e pode explicar.

Ainda em relação ao gênero enquanto papéis socialmente construídos, Susana, ao relembrar da sua vida em África, por exemplo, dá-nos um exemplo do sistema patriarcal existente lá, pois, segundo ela, “*deram-me em matrimônio a um homem, que amei como a luz dos meus olhos [...] dessa união veio uma filha, que era a minha vida, as*

¹⁵⁰ REIS, 2004, p. 111.

¹⁵¹ Tomemos como exemplo o caso de Sílvia Romero, muito embora não seja o único caso, nem o melhor exemplo: “Sílvia Romero recordando o seu tempo de menino [...] disse uma vez que nunca viu rezar tanto quanto a escrava Antônia, sua mãe-negra. [...]. Ainda hoje existe, nonagenária, no Lagarto, ao lado de minha mãe, essa adorada Antônia, a quem me acostumei a chamar de minha mãe ...”(FREYRE, 2006, p. 437).

minhas ambições [...]”¹⁵². Influenciado ou não (em não havendo o mesmo tipo de patriarcalismo brasileiro em África) pelo domínio masculino no Brasil, o narrador – quando dá voz para Susana – expõe a submissão feminina quando ela deixa claro que não foi ela a escolher seu marido, aceitando, sem questionar, ser *dada* em casamento. Há, nesta representação feminina fornecida pela personagem Susana, a mão da autora, sendo assim, esta representação analisada acima, na verdade, pode ter muito do olhar e da vivência de uma afro-brasileira que vive em um país no qual a dominação masculina imperava.

Já em relação ao conto “A escrava”, neste os escravos (mãe e filho) também têm voz, assim como a narradora – uma mulher branca. Através da mulher branca-narradora em 1ª pessoa, a história da escrava se faz conhecer. Escrava cujo “corpo seminu mostra-se coberto por recentes cicatrizes; *entretanto* sua fisionomia era franca e agradável”¹⁵³. Todas as informações sobre as ações na narrativa e acerca dos personagens são fornecidas pela narradora. Através dela, então, tomamos conhecimento do aspecto físico e psicológico da escrava: uma escrava franca e fisicamente marcada – consequência da sua condição de escrava e de sua ‘rebeldia’, isto é, de não aceitar, de se rebelar contra a opressão e o domínio impostos a ela. Para sublimar uma aparência física que denunciaria a sua condição de escrava e escrava rebelde, o narrador articula novamente uma conjunção, “*entretanto*”, para, em seguida, apresentar aspectos que, talvez, julgasse serem socialmente mais aceitáveis. O “*entretanto*”, neste caso, carrega implícito o valor semântico de *apesar disso* ou *mesmo com*. Em outras palavras, apesar do aspecto físico e do seu caráter ‘rebelde’, a personagem trazia na face franqueza e simpatia. Franqueza e simpatia são adjetivos carismáticos, podendo, portanto, fazer com que a escrava conquistasse a empatia de possíveis leitores.

Em ambas as utilizações das conjunções (“mas” e “*entretanto*”) também estão implícitas as tentativas e o intuito, por parte do narrador, de humanizar os escravos. Em outras palavras, o narrador não omite, muito pelo contrário, põe em evidência os aspectos físicos, ratificando as marcas, o tom escuro da pele, mas mostrando em seguida o lado interior daquele exterior. Conscientemente o narrador sabe que para a sociedade o negro era visto apenas pelo lado físico: pele escura, fisicamente forte. Dois atributos, entre outros tantos, que ‘explicavam’ a escravidão. Portanto, ao colocar lado a lado o aspecto físico (sem

¹⁵² REIS, 2004, p. 115 (grifos meus).

¹⁵³ REIS, 2004, p. 247.

enfeites, muito pelo contrário, evidenciando as marcas) e a moral/interior, o narrador, muito possivelmente, tentou mostrar que a diferença entre o negro e branco, concentrava-se apenas no lado exterior, visto que interiormente eram semelhantes, pois o escravo também possuía virtudes; isto é, eram negros, marcados e eram pessoas – boas, agradáveis... . Sendo assim, pode-se concluir que a autora não só denunciou a chaga do seu período histórico e literário como também sutilmente tentou desmontar alguns argumentos que, (in)diretamente sustentavam a escravidão no Brasil.

Pressupondo a veracidade desta leitura, Maria Firmina está então, de certa forma, dando os primeiros passos no caminho trilhado anos depois por Lima Barreto e escancarado, lá, a seu modo, por Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala*. Ela, dentro das possibilidades do sistema patriarcal e escravocrata, ousa abordar de forma engajada um tema como a escravidão, trazendo à tona a história, a condição social e o lado humano do negro, como é possível comprovar no excerto abaixo:

– Admira-me, disse uma senhora, de sentimentos sinceramente abolicionistas; faz-me até pasmar como se possa sentir, e expressar sentimentos escravocratas, no presente século, no século dezanove! A moral religiosa, e a moral cívica aí se erguem, e falam bem alto esmagando a hidra que envenena a família no mais sagrado santuário seu, e desmoraliza, e avilta a nação inteira! [...].

Por qualquer modo que encaremos a escravidão, ela é, e sempre será um grande mal. Dela a decadência do comércio; porque o comércio, e a lavoura caminham de mãos dadas; e o escravo não pode fazer florescer a lavoura; porque o seu trabalho é forçado. Ele não tem futuro; seu trabalho não é indenizado; ainda dela nos vem o opróbrio, a vergonha; porque de frente altiva e desassombrada não podemos encarar as nações livres; por isso que o estigma da escravidão, pelo cruzamento das raças, estampa-se na fronte de todos nós. Em balde procurará um dentre nós, convencer ao estrangeiro que em suas veias não gira uma só gota de sangue escravo... [...].

O escravo é olhado por todos como

vítima e o é.¹⁵⁴

Nem Machado de Assis¹⁵⁵ fez isso *dessa forma* objetiva, explícita e/ou completa, isto é, abarcando aspectos sociológicos/humanos/políticos/históricos, por exemplo. Lima Barreto, por sua vez, faz isso através de cada um dos seus personagens negros ou mulatos. O discurso engajado, humanista, histórico, econômico, sociológico e político que Maria Firmina ensaiou, Lima Barreto¹⁵⁶ escreveu com todas as letras; Gilberto Freyre não só escreveu, ainda que a partir de um olhar do branco colonizador, assim como o consagrou, abrindo caminho para outros discursos e discussões acerca do negro na sociedade brasileira. Além disso, literariamente, como já comentado, ao dar voz aos escravos para eles falarem sobre si mesmos, Maria Firmina antecipou o que viria a se tornar uma das bases do pensamento feminista, isto é, a experiência/prática como um caminho viável e frutífero para promover debates/teorias sobre o feminismo negro. Pode-se dizer também que, inovando e antecipando Marilene Felinto¹⁵⁷, Maria Firmina dos Reis traz a personagem feminina do conto “A escrava” fora do reduto de um lar, pois ela está em plena fuga de um sistema, de um homem “de cor parda, de estatura elevada [...]. Fisionomia sinistra [...] que brandia, brutalmente, na mão direita um azorrague repugnante [...]”¹⁵⁸. Porém, em Reis, diferentemente de Felinto, como *toda* mulher, principalmente do século XIX, e sendo escrava, a personagem não poderia escapar da maternidade. Inevitavelmente, a escrava Susana é mãe do Gabriel, do “- Carlos! ... Urbano. [...]”¹⁵⁹; os três filhos da personagem, sendo que os dois últimos, o seu “senhor os vendeu...eram tão pequenos...eram gêmeos. Carlos, Urbano...”¹⁶⁰. Quanto a ser mãe, vivendo em um regime escravocrata, comandado com mãos de ferro pelo patriarcalismo aristocrático, uma escrava pouca escolha tinha nesse sentido. Ou se

¹⁵⁴ REIS, 2004, p. 241-242. A fala é proferida pela narradora-personagem que é branca.

¹⁵⁵ Faço referência ao conto “Pai contra mãe”, em particular.

¹⁵⁶ Lima Barreto, política e literariamente, também foi, com certeza, um homem à frente do seu tempo. Para Freitas (2002, p. 96), “Lima Barreto [...], combateu a longa duração da desigualdade social, a privação dos direitos decorrente da pesada herança colonial da escravidão contra os negros africanos e seus descendentes”, usando para isso a literatura, mas não somente.

¹⁵⁷ Ao longo da análise das obras de Felinto, no capítulo seis, ver-se-á que uma das particularidades da representação feminina é a de uma mulher fora do reduto do lar.

¹⁵⁸ REIS, 2004, p. 244.

¹⁵⁹ REIS, 2004, p. 251.

¹⁶⁰ REIS, 2004, p. 253.

tornava mãe mesmo que à força para aumentar o nível de riqueza do senhor, visto que o valor de um escravo no mercado era alto, ou se tornava mãe devido aos abusos dos homens – negros e/ou brancos.

Contudo, esta personagem não se deixa dominar completamente pela opressão masculina. Ela é, assim como a criadora dela, uma mulher à frente do seu tempo e, por isso, busca fora do espaço doméstico a sua liberdade. E essa informação chega até o leitor quando, indagado pela narradora, “– foge sempre?”, o feitor responde que “sempre, minha senhora. Ao menor descuido foge”¹⁶¹. Portanto, ainda que escrava ou por ser escrava, é uma mulher que luta duplamente, à sua maneira, contra o poder dos homens para mudar sua condição de escrava e, conseqüentemente, para sair do seu estado de submissão. Paga, por isso, um alto preço, como todas as mulheres da literatura desse período que ousaram transgredir às regras impostas. Caracterizam-na como “[...] douda”¹⁶² e ao final “- Morta! – Com efeito tinha cessado de sofrer. O embate tinha sido forte demais para suas débeis forças”¹⁶³.

Durante o breve espaço no qual a escrava em fuga não se encontra sob a ‘proteção’ de um espaço doméstico, posteriormente a narradora a acolhe em sua casa, não se tem o conhecimento de seu nome. Sem um nome que a identifique, ela pode representar qualquer mulher negra. Muitas dessas são anônimas para a sociedade e História, mas lutam para reverter a sua história humana e social. Já sob a proteção da narradora, em casa desta, seu nome e história de vida são revelados pela própria escrava. E pela voz dessa mulher negra e escrava outro aspecto da realidade acerca das relações sociais dos negros naquele período é trazido à tona. Pode-se comprovar, por exemplo, a diferença de tratamento e importância social entre índios e negros, pois “- Minha mãe era africana, meu pai de raça índia; mas eu de cor fusca. (Ele) *Era livre, minha mãe era escrava*”¹⁶⁴. Segundo Fausto, “um alvará de 1755 chegou a estimular casamentos entre índios e brancos, os quais não tinham ‘infâmia alguma’”, tanto que se “previa uma preferência em ‘empregos e honras’ para os descendentes dessas uniões e proibiu-se que eles fossem chamados ‘caboclos’ ou outro nomes semelhantes que se possam reputar ‘injuriosos’”¹⁶⁵. Daí, portanto, o índio, pai da escrava, ser livre e a mãe africana não.

¹⁶¹ REIS, 2004, p. 245.

¹⁶² REIS, 2004, p. 252.

¹⁶³ REIS, 2004, p. 258.

¹⁶⁴ REIS, 2004, p. 254 (parêntese e grifos meus).

¹⁶⁵ FAUSTO, 2002, p. 31-32,

Abrindo, portanto, o caminho para a voz de Susana, personagem de *Úrsula*, que *fala, pensa* e, até onde é possível a um escravo, *age* por si mesma, é possível perceber no seu discurso o nível de consciência da personagem em relação à injusta condição do escravo. Condição esta que não é imposta somente pela escravidão, pois, por exemplo, Túlio ia embora com Tancredo por gratidão pela carta de alforria dada por ele, e Susana, conscientemente, o adverte de que “não adianta trocares um cativo por outro”¹⁶⁶. Primeiro, porque, às vezes, pode-se se tornar escravo de alguém em reconhecimento a um simples ato humano, mas que nenhum outro ser humano foi capaz de manifestar. Segundo porque, no caso de Túlio, pelo fato de ele ser negro, na frase pode estar implícita um alerta, indicando a túlio a difícil condição do negro em um país escravocrata. Afinal, mesmo alforriado, como ser livre, falar em liberdade para uma pessoa desprovida de direitos sociais, políticos e humanos? Pois liberdade, entre outros aspectos é, como a mesma Susana pondera,

Liberdade! liberdade ... ah! eu a gozei na minha mocidade [...]. – Túlio, meu filho, ninguém a *gozou mais ampla* [...]. Tranqüila no seio da felicidade, via despontar o sol rutilante [...] eu corria às descamadas e arenosas praias, e aí com minhas jovens companheiras, brincando alegres, com o sorriso nos lábios, a paz no coração [...].¹⁶⁷

Outro aspecto relevante em relação à raça é o lado histórico abordado na narrativa. Ainda pela voz da escrava Susana, o narrador traz à tona uma parte da verdade histórica acerca do tráfico de escravos. No caso dela (e de muitos outros escravos), ela relata sua captura e trajetória no navio negroiro:

[...] E logo dois homens apareceram, e amarraram-me com cordas. Era uma prisioneira. [...]. Para caber a *mercadoria humana* no porão fomos *amarrados em pé* e para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como os animais ferozes das nossas matas [...]. Davam-nos água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda porca: vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à

¹⁶⁶REIS, 2004, p. 113.

¹⁶⁷REIS, 2004, p. 115(grifos meus).

falta de ar, de alimento e de água.[...]. Nos dois últimos dias não houve mais alimento. Os mais insofridos entraram a vozear. Grande Deus! Da escotilha lançaram sobre nós água e breu fervendo, que escaldou-nos e veio dar a morte aos cabeças do motim.¹⁶⁸

Conforme os escravos, de posse de voz, discursam sobre os seus infortúnios, nota-se, tanto na fala da personagem Susana, de *Úrsula*, assim como na fala da escrava do conto “A escrava”, um tom nostálgico endossado por um olhar idealizado do passado, principalmente em Susana. O passado vivido em África representa para ela a “liberdade! Liberdade... ah! eu a gozei na minha mocidade [...]”. E esse país de minhas afeições e esse esposo querido, e essa filha tão extremamente amada, ah, Túlio! tudo me obrigaram os bárbaros a deixar! [...], tudo até a própria liberdade”¹⁶⁹. Usando, portanto, da memória, o tom nostálgico entrelaça-se às lembranças de forma tão intensa que, aparentemente, Susana busca viver e ter no passado tudo o que ela não possui no presente: a liberdade, felicidade e, talvez, o item desencadeador de tudo de bom ou de ruim – as suas raízes, isto é, a sua identidade. Para Nascimento, a memória é o “[...] recurso buscado para a recuperação de bens culturais e experiências de quem conheceu a História do lado contrário dos feitos históricos; de quem vivenciou o lado das histórias de fato”¹⁷⁰. No caso de Susana, é um recurso buscado para isso e para ‘(re)viver’ aquilo que não tem no presente: felicidade, raiz, identidade...

Enquanto trilham o caminho do passado, Susana e a escrava vão deixando rastros da representação feminina ao longo do texto. Estes rastros denunciam a *presença* física, humana e literária da mulher negra brasileira (sobre)vivendo no contexto social, político e econômico do século XIX, mesmo sendo anônimas e/ou desconhecidas, ou omitidas pela História e literatura. Mesmo nos menores vãos do caminho também é possível ler outras vozes sociais cujas existências nos são (ainda) desconhecidas. Vozes, seguramente, às vezes presas, às vezes quase mudas, nem sempre felizes, cantando nos becos do tempo, das memórias o que foi ser mulher e mulher negra nos idos 1800. E ser mulher negra naquele tempo, portanto, era falar de si para si mesma, já que não tinha direito enquanto cidadã; ‘falar’ a partir de espaços vazios, já que não existia enquanto ser humano e não *tinha* um espaço que fosse seu, pois

¹⁶⁸ REIS, 2004, p. 116-117.

¹⁶⁹ REIS, 2004, p. 115.

¹⁷⁰ NASCIMENTO, 2006, p. 78.

não se pertencia e não pertencia a um determinado lugar, pois pertencia ao senhor de escravos. Era ser mulher marcada por perdas: de identidade, de mundo, de filhos e que acabam se perdendo, pois não é possível a ela os encontrarem. Ser mulher naquele tempo, era ser e estar sozinha no momento presente da narrativa, isto é, sem apoio masculino e/ou do Estado. Por isso, talvez, busquem no passado recuperar as perdas e se encontrar. E para Susana é no passado, e lá que “está tudo quando (lhe) foi caro! Liberdade! Liberdade!”¹⁷¹ As coisas, pessoas, tudo que lhe é caro, inclusive a liberdade, são os componentes permeadores do *ser, estar e existir* no mundo daquela personagem naquele momento passado da sua vida. Relembrar, no momento presente da narrativa, pode ser a (única) forma, inconsciente por parte das personagens, de ser, estar e existir, mesmo sendo apenas no plano da memória.

¹⁷¹ REIS, 2004, p. 115 (parêntese meu).

CAPÍTULO 4

CAROLINA MARIA DE JESUS RUA A, BARRACÃO NÚMERO 9 - CANINDÉ

A liberdade! liberdade tão esperada por séculos pelos negros e abolicionistas se concretizaria, realizando o sonho de milhares de escravos, aos dias 13 de maio de 1888. E armados com a pseudoliberalidade conquistada, “[...] eles chegavam. Esperançosos e recém-saídos de um regime desumanizador, na tentativa de, organizando-se, melhor se situarem na nova ordem”¹⁷², mas “deparavam-se com o constrangimento de um discurso montado para inviabilizá-los como mão-de-obra produtiva [...]”¹⁷³. Muitos, sem ter para onde ir, “[...] chegaram – aves de arribação procurando pouso. Recém-saídos da escravidão e não encontrando o paraíso prometido pela novo discurso da cidade, procuraram se instalar nas esferas do permitido”¹⁷⁴. Ou seja, nas ruas, nas periferias, nos vários barracos das favelas dos Canindés. E é neste endereço, portanto, que, sessenta e sete anos após o fim da escravidão, vamos encontrar a escritora negra Carolina Maria de Jesus tentando sobreviver. Ironicamente sem um teto que pudesse chamar de seu, pois ela mesma reconhece não ser uma casa o local onde ela habita quando afirma: “cheguei em *casa*, aliás no *meu barracão*”¹⁷⁵. Mas será desse ‘teto’, única parte que lhe coube na divisão política e econômica injusta e desigual, o quarto de onde sairão os seus textos, inclusive *Quarto de despejo: diário de uma favelada*¹⁷⁶.

*Diário de uma favelada*¹⁷⁷ ainda está tentando se encontrar dentro da literatura brasileira, pois, segundo Andrade, Carolina Maria de Jesus não está inscrita na historiografia literária brasileira oficial porque não é cânone literário¹⁷⁸. E para muitos ela não é cânone porque sua literatura é considerada por alguns críticos como não literária. Neste contexto, para a escritora Marilene Felinto, por exemplo, a obra de

¹⁷² NASCIMENTO, 2006, p. 100.

¹⁷³ NASCIMENTO, 2006, p. 100.

¹⁷⁴ NASCIMENTO, 2006, p.143.

¹⁷⁵ JESUS, 1960, p. 14 (itálicos meus).

¹⁷⁶ JESUS, 1960.

¹⁷⁷ Trechos extraídos da obra e citados ao longo desse trabalho podem apresentar erros de acentuação, ortografia e de concordância em respeito e fidelidade ao texto original.

¹⁷⁸ ANDRADE, 2008.

Carolina Maria de Jesus é um “equivoco” fabricado pela mídia e, além disso, ainda para Felinto, a Academia tenta, mas não consegue dar estatuto literário à Carolina de Jesus, visto que a obra não transcende sua condição de biografia¹⁷⁹. Já para Germana de Souza, o valor estético está configurado na obra por meio da linguagem rasurada, que sintetiza dialeticamente anacronismo e oralidade¹⁸⁰. Para José Carlos Sebe Bom Meihy, a insensibilidade dos críticos em suas interpretações limitadoras de um alcance mais amplo não permitiu que o valor sociológico de *Quarto de Despejo* lhe garantisse a perenidade na literatura nacional¹⁸¹. Neste contexto, de fato,

aqui cabe uma pergunta: mas o que é então literatura? Ou, o que é preciso fazer para que um texto possa ser considerado ‘literário’? Afinal, por que ninguém chamaria de ‘testemunho’ os romances e contos de Bernardo Carvalho, ou Lygia Fagundes Telles, por exemplo, onde as elites e os intelectuais são expostos tão vivamente?¹⁸²

As questões levantadas por Dalcastagnè são sobremaneira interessantes. Afinal *por que* mesmo não chamariam os contos de Carvalho e Telles de ‘testemunho’? Por acaso, o fato de Carolina ser *negra, pobre*, ter pouca instrução escolar e *escrever sobre si*, sobre seu mundo, sua vivência e “experiência interior de uma negra” que “por razões sociais, nenhuma mulher branca ou homem, mesmo negro, tem”¹⁸³, está (ou não) relacionado com a crítica depreciativa e a denominação da sua literatura? Só estendo o questionamento levantado por Dalcastagnè porque, de repente, os aspectos que subjazem os discursos que ‘condenam’, por falta de termo melhor, a literatura de Jesus podem ser os mesmos ou, pelo menos, semelhantes aos que ancoram o discurso de feministas brancas que acusam e, às vezes, desconsideram como válidos o discurso das femininas negras por considerá-los de cunho emocional/pessoal. Contudo, independente de olhares desfavoráveis para a literatura de Jesus, existem alguns

¹⁷⁹ FELINTO, 1996, p. 11.

¹⁸⁰ SOUZA, apud ANDRADE, 2008, p. 30.

¹⁸¹ MEIHY, apud, ANDRADE, 2008, p. 32.

¹⁸² DALCASTAGNÈ, 2005, p. 65.

¹⁸³ CUTI, 1987, [s/p], in: MOTT. Disponível em: <http://cucamott.sites.uol.com.br/escritoras_negras.htm>.

trabalhos acadêmicos¹⁸⁴ que visam ratificar, através da análise textual, o caráter literário da obra de Carolina Maria de Jesus.

Carolina Maria de Jesus (1914-1977), negra e pobre (pobre não, miserável), contrariou, de certa forma, o que disse Virginia Woolf para quem “o poeta pobre não tem hoje em dia, nem teve nos últimos duzentos anos, a mínima chance [...]”¹⁸⁵. Ela (Carolina) é um desses raros e excepcionais casos que tinha tudo para não dar certo, tinha tudo para querer desistir da vida, mas que nem por isso se entregou. Muito pelo contrário, acreditou e um dia aconteceu. Em outras palavras, ela tinha somente a segunda série do Ensino Fundamental, era extremamente pobre e com três filhos para criar sozinha, não tinha nada, portanto, que pudesse facilitar a realização dos seus sonhos. Possuía somente a vontade de escrever e ver os seus textos publicados; e um dia isso aconteceu. Mas não é todo dia, nem a qualquer hora que as ‘coisas’ acontecem. Por isso, repito, é um desses casos raros e excepcionais.

Mais excepcional ainda foi a estrondosa repercussão que o livro *Quarto de despejo*¹⁸⁶ obteve, imediatamente à sua publicação, dada a grande aceitação do público e atenção da crítica. Mérito, sem dúvida, das ‘novidades’ engajadas e denunciadoras de uma realidade que já prenunciava o caos atual. Contudo, não somente. Houve uma boa e inteligente promoção de um livro cujo enredo é do agrado dos leitores: a real desgraça alheia protagonizada por um(a) sofredor(a) na qual o leitor possa ‘se olhar’ e se sentir mais aliviado por ver que existe alguém no mundo cuja vida é igual ou pior que a dele. E quando mais verídico melhor ainda.

Em *O quarto de despejo: diário de uma favelada*, através de um olhar voltado principalmente para o mundo a sua volta, a narradora-personagem registra os acontecimentos diários da favela Canindé. Seu olhar vai desnudando aquele mundinho enquanto a mão conduz o lápis para inconscientemente registrar, entre outros aspectos, o quanto a raça, naquele contexto, não discrimina e muito pouco interfere nas relações sociais e humanas. A miséria (classe), por sua vez, aproxima e tende a

¹⁸⁴ (PERPÉTUA, [s/d]; PEREIRA, 2004; ANDRADE, 2008).

¹⁸⁵ WOOLF, 1985, p. 141.

¹⁸⁶ Segundo Carlos Alberto Cerchi (apud MAGNABOSCO e RAVETTI, [s/d]), *Quarto de despejo* foi adaptado para o teatro, rádio e televisão. Inspirou diversas expressões artísticas como, por exemplo, a letra do samba “Quarto de despejo”, de B. Lobo; o filme *Despertar de um sonho*, realizado pela TV Alemã, entre outras expressões artísticas.

Trabalhos acadêmicos têm se voltado para esta autora e sua obra. Algumas teses, dissertações e artigos, por exemplo, têm se preocupado em buscar subsídios, através da análise da obra, para justificar/explicar o aspecto literário da obra (SOUZA, 2004; ANDRADE, 2008 – vide bibliografia).

não tornar distintas as faces das suas ‘vítimas’, tornando-as iguais, massificando de tal forma a fazê-las unas e coesas, lutando contra um opositor invisível, mas comum a todos.

Porém, se em meio a tanta miséria as faces se confundem entre si, as ocupações dos mesmos não. Por isso, entre estas ‘vítimas’ há uma mescla de “ meretrizes, [...]. Há os que trabalham. E há os que levam a vida a torto e a direito. As pessoas de mais idade trabalham, os jovens é que renegam o trabalho”¹⁸⁷. Neste contexto, relevantes são as informações de cunho sociológico, de saúde pública, históricas, políticas, de gênero, de raça e de classe proporcionadas pelo retrato crítico e objetivo que a narradora-personagem fornece acerca da favela e dos moradores da mesma, trazendo à tona, entre outros problemas sociais, a questão dos menores, pois por mais de uma vez, a narradora foi à “Delegacia, ia levar o José Carlos. A intimação era pra ele. O José Carlos está com 9 anos”¹⁸⁸. Ainda em relação aos aspectos sociais e também políticos, a narradora-personagem traz alertas contundentes. Para ela, “quem reside na favela não tem quadra de vida. Não tem infância, juventude e maturidade”¹⁸⁹; “na favela tem muitas crianças. As crianças são sempre em maior número. Um casal tem 8 filhos, outro tem 6 e daí por diante”¹⁹⁰; “nós somos pobres, viemos para as margens do rio. As margens do rio são os lugares do lixo e dos marginais. Gente de favela é considerado marginal. Não mais se vê os cômicos voando [...], perto dos lixos. Os homens desempregados substituíram os cômicos”¹⁹¹; “... Durante o dia, os jovens de 15 e 18 anos sentam na grama e falam de roubo. E já tentaram assaltar o empório do senhor Raymundo Guello”¹⁹².

Além das denúncias sociais, do conhecimento histórico de um determinado período da história brasileira e dos brasileiros, a obra de Carolina M. de Jesus, possibilita-nos, hoje, explicar quem era, como estava e onde estava a mulher negra há mais de sessenta anos após o fim da escravidão. Identificar, portanto, a representação da mulher negra em *Quarto de despejo: diário de uma favelada* é o objetivo desse capítulo.

Já é sabido, por certo, de onde fala obra e autora, isto é: da margem, visto que o ‘centro’ nunca se situou na favela. Aliás, mais que da margem, é da condição de uma pessoa destituída de raízes, de uma

¹⁸⁷ JESUS, 1960, p. 20.

¹⁸⁸ JESUS, 1960, p. 30.

¹⁸⁹ JESUS, 1960, p. 35 (itálicos meus).

¹⁹⁰ JESUS, p. 76 (itálicos meus).

¹⁹¹ JESUS, 1960, p. 55 (itálicos meus).

¹⁹² JESUS, p. 23 (itálicos meus).

genealogia e, sendo assim, será também como uma pessoa pertencente à família ‘de Jesus’¹⁹³ que ela fará com que conheçamos e reconhecamos àqueles pertencentes à margem na qual ela e os demais habitam. Portanto, é de lá (da margem) que abrimos a leitura de *Quarto de despejo* para nos depararmos com a data de “15 de abril de 1955”¹⁹⁴. Mas devido ao conteúdo das páginas seguintes, a data poderia ser alterada para 15 de abril de 2011, tal é o nível de atualidade dos fatos narrados ali. Porém, em se tratando dos anos sessenta do século XX, nem precisaria abri-lo para ‘descobrir’ de onde fala a mulher negra, protagonista daquela literatura, daquela realidade, pois dificilmente não seria da margem. No caso desta protagonista, a margem é a favela, um do(s) “quintal (is) onde jogam os lixos”, em 1955. E onde, em 2011, continuam jogando os agora denominados excluídos – nome contemporâneo para o antigo “lixo” do passado recente.

“Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades”¹⁹⁵, denominações também são mudadas, mas certas situações pouco mudam. No século dezenove, por exemplo, chamava-se senzala o local onde os negros habitavam; finda a escravidão, a senzala, no século XX, passou a se chamar favela, mas o seu habitante continuou sendo o mesmo, com raras faces novas ou somente mescladas: os(as) negros(as), mulatos(as) e alguns brancos. No século XXI, não se chama mais favela, mas sim, ‘comunidade’, e os seus habitantes seguem sendo os mesmos, porém comandados por ‘governos paralelos’, atualmente.

Além do fato de se encontrar na favela/na margem, embora com filhos, a protagonista é uma pessoa só. Sustentáculo da sua família, luta sozinha para manter a si e a seus filhos. A opção por viver sem a presença de um homem dentro da sua casa revela o quanto, neste

¹⁹³ Referência ao sobrenome da autora, Carolina Maria de Jesus. Esse sobrenome é recorrente em afro-brasileiros e historicamente explicado. Vale ressaltar que, simbolicamente, nele está implícito, entre outros aspectos, o abandono/entrega a um Deus vinculado a uma religião de brancos e, talvez, o mais importante: a falta de uma identidade, de um passado que um sobrenome nos fornece.

Segundo Barata e Bueno, no livro *Dicionário das famílias brasileiras*, a concepção e origem do sobrenome Jesus é: “Jesus – Sagrado nome do Filho de Deus. Do hebraico, da época evangélica Iexu, por Ieoxud ou Iexua, Deus é o seu auxílio, através da transcrição grega Iesoús e do latim Iesus. [...] Aquele a quem Deus é auxílio. Salvação. **Linha Africana:** Sobrenome também usado por famílias de origem africana” (s/d, p. 1245). Ainda neste mesmo livro, os autores trazem o ano e os nomes de famílias negras em Minas Gerais, daquele respectivo ano, que tinham esse sobrenome. Não há nenhuma referência a como essas famílias herdaram tal sobrenome, diferentemente de muitos outros sobrenomes constantes lá.

¹⁹⁴ JESUS, 1960, p. 13.

¹⁹⁵ CAMÕES, Luís V. de. Disponível em: <<http://www.astormentas.com/camoes.htm>> acesso em 22 junho 2010.

aspecto, as mulheres (e a sociedade) estão condicionadas a seguir modelos/padrões estabelecidos, pois o fato de a protagonista não ser casada gerava comentários. As mulheres aludiam “que (ela) não (é) casada¹⁹⁶”. Mas nas palavras da protagonista: “eu sou mais feliz do que elas. Elas tem marido. Mas, são obrigadas a pedir esmolas. São sustentadas por associações de caridade¹⁹⁷, por isso, entre outras coisas, ela diz não ter “homem. É só eu e meus filhos”. Seus filhos, portanto, “não tem ninguém no mundo a não ser¹⁹⁸” ela. Contudo, apesar de manter-se firme na decisão de não se casar, de não ter um homem dentro de sua casa, ela sente o quanto “é pungente a condição de mulher sozinha sem um homem no lar¹⁹⁹”. Mas esse pensamento não advém *unicamente* do peso que a construção social de gênero tem imposto às mulheres. Ele *também* é consequência do cansaço da personagem que luta sozinha todos os dias contra a fome, contra a falta de dinheiro... . Se esses aspectos estão relacionados direta e/ou indiretamente à construção de gênero, isso já é uma questão que não perpassa, *necessariamente*, o pensamento da personagem, nem conduz as ações da mesma. Se por um lado ela acha “pungente a condição de mulher sozinha sem um homem no lar”, pelas ações da personagem dentro da narrativa, isso não significa, obrigatoriamente, que ela sente falta da *proteção* econômica, física e emocional de um homem. Na verdade, no desabafo da personagem, pode-se ler que um companheiro com o qual ela pudesse *dividir* responsabilidades, problemas, tristezas... faz falta, pois o peso das responsabilidades com as quais ela arca sozinha é muito grande para ela.

Partindo do pressuposto de que essa possibilidade de leitura é fruto de uma análise plausível, e por que não?, isso demanda algumas reflexões, visto que, aparentemente, então, alguns aspectos da representação de gênero, dentro daquele contexto da obra e da personagem, fogem ao perfil recorrente na literatura produzida por homens brancos, principalmente, mas também foge bastante da literatura produzida por mulheres brancas. Ora, essa fuga se dá, primeiramente, porque lá não há mulheres ‘frágeis’, nem tolhidas na sua liberdade. Lá, por exemplo, “os homens são mais tolerantes, mais delicados. As bagunceiras são as mulheres²⁰⁰”. Mas, tem também os metidos a valentões, os que se dizem “[...] vacinado com o sangue do Lampeão”.

¹⁹⁶ JESUS, 1960, p. 47(parênteses meus).

¹⁹⁷ JESUS, 1960, p. 17.

¹⁹⁸ JESUS, 1960, p. 24.

¹⁹⁹ JESUS, 1960, p. 24.

²⁰⁰ JESUS, 1960, p. 22.

Porém, se “ele é de ferro”²⁰¹, lá há mulheres que são “de aço”²⁰². As mulheres lá brigam praticamente de igual pra igual, e “quando o Alcino deu uns tapas na sogra, que é a pior agitadôra. Se eu não entro para auxiliar o Alcino êle ia levar desvantagem”²⁰³, porque “as mulheres da favela são horríveis numa briga”²⁰⁴. Além disso, casal ou não, “eles brigam sem saber porque é que estão brigando. [...]. A Odete”, por exemplo, “jogou água fervendo no rosto do seu companheiro”²⁰⁵. Já “a Leila insultou um jovem e ele espancou-a. Lhe jogou no solo e deu um ponta-pé no rosto. [...]. Ele não queria espancá-la. Mas ela *desclassificou-lhe demais*”²⁰⁶. Neste último caso, se o homem bateu, *antes* a mulher bateu com palavras. Não há, portanto, uma linha divisória separando homens e mulheres, assim como negros e brancos, exceto a indiscutível força física do homem, porque fora isso, se “ele bebe muito [...] ela o dobro”²⁰⁷.

Essas discussões podem ser, inconscientemente, formas de expurgarem os ódios, as revoltas, os fracassos (pelos quais se sentem culpados sem o saber) e de revidarem todos os sofrimentos vividos – os visíveis e os invisíveis. E embora os únicos prejudicados sejam eles mesmos (homens e mulheres), eles insistem em manter essa agressão como forma de autopunição ou de, inconscientemente, expor um pseudopoder sobre suas próprias vidas. Isto ou outro aspecto subjacentes são os argumentos que podem explicar essa violência insana, muitas vezes.

Segundo, desta forma, neste contexto todo, ainda em relação a gênero, em específico, a fala de Sueli Carneiro vem ao encontro da realidade e condição social da personagem-narradora, mas não somente dela, porque elas fazem “parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário” que não reconhecem “em si mesmas este mito (de frágil, rainha do lar), porque nunca foram tratadas como frágeis”²⁰⁸ e, conseqüentemente, não podem, talvez não saibam e/ou nem querem ser frágeis. Além disso, a personagem-narradora e as outras personagens femininas, tão independentes quanto ela, são “mulheres que conseguem manter-se de pé e assumir o controle com temperança de

²⁰¹ JESUS, 1960, p. 49.

²⁰² JESUS, 1960, p. 49.

²⁰³ JESUS, 1960, p. 51.

²⁰⁴ JESUS, 1960, p. 51.

²⁰⁵ JESUS, 1960, p. 77.

²⁰⁶ JESUS, 1960, p. 85 (itálico meu).

²⁰⁷ JESUS, 1960, p. 89.

²⁰⁸ CARNEIRO, 1994, p. 190.

uma fiandeira, com a astúcia de uma negociadora na forma como se relacionam com a realidade e conduzem suas famílias”²⁰⁹.

Sendo assim, pensar de forma direcionada sobre a opressão/‘proteção’ masculina imposta à mulher branca, classe média/alta com o intuito de discorrer sobre gênero nesta obra pode fazer com que outros elementos, talvez ainda imperceptíveis, mas sobremaneira importantes para uma melhor compreensão da(s) mulher(es) negra(s) no Brasil, não sejam considerados. Um desses elementos presentes nesta obra, por exemplo, é a ausência de uma ‘proteção’ masculina sendo imposta à mulher negra e muito menos dada voluntariamente. Quanto à dominação masculina, há indícios da mesma, obviamente, contudo, quando ela se manifesta, ou ela é muito frágil, ou é tão desproposital, na falta de um termo melhor, que beira ao ridículo, se não fosse de uma tristeza lamentável. Ou seja, em vários momentos as relações de gênero refletem aquela dominação masculina comumente representada nas literaturas canônicas. Talvez, por não repetir a mesma fórmula, a dominação masculina presente na narrativa de Carolina M. de Jesus soa tão fraca, tão imperceptível em vários momentos a tal ponto que, por vezes, a mesma chega a desaparecer, reforçando sobremaneira a força interior daquelas mulheres – o que não implica dizer que quaisquer nuances de dominação não tenham consequências danosas para e na vida das personagens, sob certos aspectos.

Se existem nuances a diferenciar a representação da mulher negra na obra de Carolina Maria de Jesus, muito possivelmente é devido, por um lado, como já comentado anteriormente, ao fato de que a história, vivência, experiência feminina não é única para todas as mulheres. Aliás, segundo Dalcastagnè, “a riqueza dessa condição feminina plural se estabelece exatamente na tensão entre unidade e diferença – o que pode gerar as contradições na representação feminina das personagens não brancas, por exemplo”²¹⁰. O que explicaria, por outro lado, a suposição levantada acima, qual seja: a de que na representação da mulher negra na obra de Carolina M. de Jesus há um quê destoando daquela representação da mulher branca constante na literatura canônica e que, conseqüentemente, faz-nos repensar sobre como abordar a questão da dominação masculina em *Quarto de despejo*.

²⁰⁹ NASCIMENTO, 2006, p. 146.

²¹⁰ DALCASTAGNÈ, [s/d], p. 7. Disponível em:<<http://www.crimic.paris-sorbonne.fr/actes/vf/dalcastagne.pdf>>.

Diante desses aspectos, analisar a narradora-personagem e as demais personagens negras ou ‘mulatas’ (até mesmo as brancas) imbuído de teoria feminista de mulheres brancas, torna-se um desafio, pois no contexto social, familiar dessas personagens, onde encontrar aquela figura frágil, submissa, dependente financeira e emocionalmente do homem tão discutida/denunciada pelas teóricas do feminismo? Pois mesmo quando há aquelas que sustentam o marido “porque (o marido²¹¹) obriga a esposa a pedir esmola. Ele tem uma filha: a Dica. A menina tem 9 anos. Ela pede esmola de manhã e vai para a escola a tarde”²¹², pode-se concluir, por um lado, que ‘fragilidade’, proteção, rainha do lar são termos que não se aplicam a elas, visto que não há, nas suas ações e/ou comportamentos, indícios que remetam a estas características. Por outro lado, ao obrigar a esposa e a filha a pedirem esmola, na atitude do marido pode estar explícito a tal da dominação masculina sobre a feminina. Mas é só ela que condiciona o comportamento deste homem e, conseqüentemente, a da mulher dele? Que sentimentos/heranças/resquícios históricos, sociais, políticos, econômicos e psicológicos subjazem esse contexto no qual a ‘dominação’ masculina operava naquele momento da narrativa?

Não quero, em nenhum momento, negar a existência da dominação masculina naquele ambiente, pois mesmo que em maior ou menor grau, em algum caso, a mesma está inserida lá. Contudo, se “o que é considerado teoria na comunidade acadêmica dominante não é necessariamente o que é teoria para as mulheres de cor. [...]”²¹³, pelos motivos já discutidos no primeiro capítulo, pode, portanto, existir uma outra teoria – uma teoria para as mulheres de cor. Neste contexto, ou melhor, pensando nesta teoria, como a mesma conceberia *o como e o até que ponto* a dominação masculina branca para com as mulheres foi assimilada, introjetada e incorporada pelo homem negro e também pela mulher negra? Falta, acredito, no ínterim entre a apropriação dessa dominação pelos negros e a aplicação da mesma nas relações de gênero uma orientação que nos leve ao mesmo *insight* que o feminismo negro teve para com às teorias feministas propostas por mulheres brancas, classe média/alta, isto é, a constatação de que aquela teoria não se aplicava totalmente à mulher negra. Essa orientação, que não é o objetivo desse capítulo nem dessa pesquisa, seria relevante, pois se ao falar de mulher negra resvalamos, quase que necessariamente, em

²¹¹ O nome do personagem é Alexandre.

²¹² JESUS, 1960, p. 96 (parêntese meu).

²¹³ ANZALDÚA, apud SADLER, 2004, [s.p].

classe, ao falar sobre mulher (negra ou branca) nem sempre é possível fugir ao seu oposto: o homem. Portanto, compreendê-los e uma forma possível de também nos compreender melhor.

Neste contexto, ainda com relação ao excerto no qual o marido obriga a filha e a esposa a pedirem esmolas, como dizer, então, que gênero e, conseqüentemente, a concepção à qual o termo remete podem ser aplicados à esposa que é “obrigada a pedir esmola”? Embora mandada/obrigada ou principalmente por ter sido mandada/obrigada a pedir esmolas para ganhar dinheiro para sustentar a casa, esta mulher está muito longe de personificar a mulher frágil, rainha do lar, a mulher que vive para o lar, protegida por um homem (marido, pai ou irmão). Esta mulher está sozinha, sem a proteção de um homem, sendo obrigada a *trabalhar* para sustentar o marido (vagabundo sim, mas marido). E ao cumprir a ‘obrigação’ imposta, acaso ela estaria cumprindo um papel socialmente construído quando *sai* da esfera do lar para desempenhar um ‘papel’ que, socialmente, sempre foi do homem? Quando ela *sai* da esfera do lar para cumprir a imposição do marido e *trabalhar/ganhar dinheiro* para sustentar a casa, ela acaso vai *somente* por que ela tem introjetado o papel feminino no qual a mulher deve obediência ao marido? E ele a obriga (*apenas*) por estar cumprindo, inconscientemente, o papel social do homem?

Posto isso, creio que em *Quarto de despejo*, a priori, não é possível falar de gênero sob as bases e sentido de constructo social, isto é, a partir de uma realidade única que explica ou justifica a condição social e humana da mulher na sociedade brasileira, visto que, por um lado, “[...] ‘as famílias negras... esse potencial de iniciativa e de liderança da mulher negra é muito comum; muito comum até pelo tipo de dispersão que houve da família originária, da nossa matriz familiar’”²¹⁴. E, por outro lado, porque nesta obra, não há mulher, há mulheres negras, mulatas, brancas, financeira e socialmente semelhantes entre si, travando lutas, muitas vezes, distintas. Em outras palavras, são mulheres pobres, socialmente excluídas, lutando pela sobrevivência pessoal e dos seus, cada uma a sua maneira, pois a pobreza e o que advém dela é coletiva, mas as necessidades são individuais. São individuais pois, embora as necessidades, às vezes, sejam básicas, um não pode suprir as necessidades do outro. Desta forma, as necessidades de cada um acabam se tornando individuais. Devido a essa luta individual, em certos aspectos, mas coletiva, pois são muitos dividindo

²¹⁴ NASCIMENTO, 2006, p. 112 (fala da narradora).

um único espaço, ser negro(a) é indiferente *dentro* daquele contexto. Contudo, a classe será um fator determinante *dentro* e, obviamente, fora daquele contexto. Mesmo entre os ‘miseráveis’, a classe é sinônimo de poder. Poder comer, poder não sentir frio, poder ter algumas regalias e, nesse sentido, poder se sentir superior ao outro. E diante desse poder (de classe), a raça torna-se menos significativa nas relações de poder.

A narradora-personagem não tem dinheiro, portanto, não tem poder; não tem emprego, o que faz ampliar o seu nível de inferioridade. Entretanto, linguisticamente, percebe-se nela, no seu discurso uma conotação de ‘superioridade’ em relação às pessoas e ao ambiente no qual vive. Nota-se, por parte dela, certo preconceito contra os nordestinos e contra outros moradores na favela. Neste caso quando ela fala: “[...], percebi que era briga. Vi o Zé Povinho correndo”²¹⁵, por exemplo. Tal postura pode ser motivada pelo fato de que ela lê muito, tanto que não sabe “dormir sem ler. Gosto de manusear um livro”²¹⁶ “, e lá havia os que não sabiam ler nada, como é o caso da Zefa, por exemplo, que “é mulata. É bonita. É uma pena não saber ler”²¹⁷, e como é o caso do “Ditinho filho da Nena [...]. Não aprendeu a ler”²¹⁸. Ou ela (narradora-personagem) deixa transparecer essa ‘superioridade’ porque o seu ego deixou-se contaminar pelas informações externas, isto é, pelo fato de ter sido incentivada²¹⁹ a continuar escrevendo um “livro referente à favela”²²⁰. Ou ainda porque sua visão crítica de mundo, adquirida através de leituras, não a deixa portar-se da mesma forma que os demais, isto é, portar-se de uma forma que a narradora-personagem considera desnecessária, mal educada, como fofocar sobre a vida alheia; assistir às brigas dos vizinhos. Contudo, dos seus cadernos originais foram suprimidas

a maior parte das observações que apontam o posicionamento político de Carolina e que acompanham seus comentários sobre os acontecimentos locais, nacionais e internacionais.

²¹⁵ JESUS, 1960, p. 100.

²¹⁶ JESUS, 1960, p. 26.

²¹⁷ JESUS, 1960, p. 106.

²¹⁸ JESUS, 1960, p. 107.

²¹⁹ O jornalista Audálio Dantas teve participação relevante na vida de Carolina M. de Jesus, pois foi ele o grande incentivador para que ela desse prosseguimento ao seu diário sobre a favela. Posteriormente coube a ele antecipar “o livro escrevendo reportagens periódicas sobre a diarista antes do lançamento, foi o responsável pela tarefa de datilografar e ordenar os manuscritos para publicação” (PERPÉTUA, [s/d], p. 63).

²²⁰ JESUS, p. 21.

Some-se a essas supressões a manutenção, na publicação, de registros carregados de expressões preconceituosas e agressivas de Carolina em relação a seus vizinhos da favela e teremos, a partir dessa editoração, uma idéia incompleta e pouco lúcida de sua percepção sobre o mundo em que vive.²²¹

Sendo assim, é difícil afirmar com segurança que a postura preconceituosa citada acima seja a expressão dos sentimentos *unicamente* dela. De qualquer forma, independente disso, o fato é que mesmo entre os pobres existe uma hierarquia de poder, já observada por Lima Barreto²²² em uma outra circunstância.

Quanto ao fato de raça e gênero, no contexto da obra, serem praticamente suplantados por classe, isso, contudo, não implica dizer que a vida na favela fosse fácil para a mulher negra. Mesmo ela estando praticamente rodeada por outros(as) negros(as), o próprio, muitas vezes, tende a menosprezar o outro, dentro ou fora da favela, pois, por exemplo,

[...] quando eu passava perto do campo do São Paulo, várias pessoas saíam do campo. Todas brancas, só um preto. E o preto começou a insultar-me:

– Vai catar papel, minha tia? Olha o buraco, minha tia.²²³

E quando

[...] sentei ao sol para escrever. A filha da Silvia, uma menina de seis anos, passava e dizia:

– Está escrevendo, negra fidida!²²⁴

Ou quando, depois de uma briga na qual Carolina interveio,

[...] ele começou insultar-me:

²²¹ PERPÉTUA, [s/d], p. 65.

²²² Essa hierarquia pode ser observada, por exemplo, em: “A segunda classe dos nossos vagões de trens de subúrbios não é assim tão homogênea. Falta-nos, para sentir amargura do destino, profundidade de sentimentos. Um soldado de polícia que nela viaja não se sente diminuído na sua vida; ao contrário: julga-se grande coisa, por ser polícia; [...]”. (BARRETO, 2004, p. 467).

²²³ JESUS, 1960, p. 15.

²²⁴ JESUS, 1960, p. 28.

– Negra suja. Ordinária. Vagabunda.
Lixeira.²²⁵

As ‘ofensas’ são, por um lado, consequências dos complexos mecanismos de identificação²²⁶ e de problemas de aceitação. Em outras palavras, no processo de identificação muitos(as) negros(as), por motivos históricos, sociais e, óbvio, de raça²²⁷, inconscientemente renegam uma identificação com outro(a) negro(a), pois negar esta identidade é uma forma de não se (re)conhecer como um igual ou de não se ‘sentir’ tão igual, tão semelhante ao seu igual/outro. O xingamento pode ser só uma forma de exteriorizar essa não identificação. Por outro lado, embora sem maldade, quando um indivíduo ‘denigre’/‘humilha’ o outro a ‘diminuição’ moral e/ou física do ‘humilhado’ fornece uma espécie de um (pseudo) empoderamento àquele que praticou a humilhação. Sendo assim, no caso das ‘ofensas’ dirigidas à protagonista pelos outros personagens, portanto, não creio ser possível nomeá-las como sendo de cunho racial. Talvez sejam apenas um xingamento que, no fundo, reproduz dizeres/conhecimento socialmente difundidos e, conseqüentemente, introjetados, mas não necessariamente a reprodução de sentimentos/crenças de veras sentido e aceito. Afinal, mesmo que elas tenham sido proferidas por brancos (no caso do segundo exemplo, pois não é possível saber se o personagem é negro ou não), ali quando não tem quem xingue pais e/ou mãe, tem, por exemplo, “o Julião que as vezes expanca o pai” e que “quando bate no pai é com tanto sadismo e prazer. Acha que é invencível”²²⁸. Em muitos e muitos casos, aspectos como a violência, o ‘racismo’, o ‘preconceito’, a ‘discriminação’ observados *naquele* ambiente nem sempre podem ser julgados e avaliados a partir de conceitos construídos *por e a partir* de uma sociedade distinta daquela apresentada pela comunidade do Canindé. Existem muitos mecanismos subjacentes, específicos e

²²⁵ JESUS, 1960, p. 97.

²²⁶ Sobre identidade/identificação ver, por exemplo HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001; BADINTER, Elisabeth. **XY: Sobre a identidade masculina**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; JOB, Sandra Maria. **O universo feminino em Marilene Felinto**. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Estadual de Londrina: Londrina, 2002.

²²⁷ Raça aqui no sentido teórico do termo, ou seja, “[...] como construção sociológica e uma categoria social de dominação e de exclusão” (MUNANGA, 2003, [s/p]), e principalmente no sentido introjetado historicamente, isto é, aquela concepção que remete a um povo inferior e que, por isso, foram escravizados.

²²⁸ JESUS, 1960, p. 38

particulares determinantes para o comportamento e atitudes daquela população talvez ainda a serem explicados.

Por isso, seria interessante observar a ordem do xingamento, no segundo excerto citado acima: 1ª “ Negra suja.” 2ª “Ordinária. Vagabunda.” 3ª “Lixeira”, pois, por outro lado, ele exemplifica alguns desses mecanismos através do como se pode interpretar o grau dessa ofensa. Como assim?

Mesmo considerando a possibilidade de não haver a intenção de discriminar, observe que o personagem²²⁹ começa a ofensa pela raça, pois a intenção é machucar/magoar o seu ‘opositor’. E a raça (sem esquecer que a mesma traz consigo a questão da classe), em qualquer contexto sócio-econômico, será a única a *colocar o indivíduo no seu lugar*, visto que ela é “uma categoria social de dominação e de exclusão”²³⁰. E socialmente isto está introjetado. Desta forma, a menção à raça é uma forma de o personagem dominar, psicologicamente neste caso, e, ao mesmo tempo, excluir o seu, naquele momento, adversário. Portanto, embora a pobreza una, massifique as suas vítimas, tornando-as um grupo coeso, tanto classe quanto raça, em qualquer contexto social, podem atuar como elementos de dominação e/ou exclusão.

Diante de tudo que foi exposto aqui, para concluir quero, em resumo, ratificar e estender os itens relevantes. Em relação à representação da mulher negra, tem-se *n’O quarto de despejo* mulheres cujas vozes ainda são proferidas de espaços vazios, das margens. Porém, mesmo falando de espaços vazios, da margem, elas são sobreviventes da fome e da irresponsabilidade/ausência do homem (negro ou branco), pois eles enquanto pais, muitas vezes “não conhece(m) o filho, filho não conhece pai”²³¹. Elas são, na sua grande maioria, aquelas que sustentam, sozinhas, os seus filhos.

Além disso, mesmo estando em um ambiente, aparentemente, coeso e pouco diferenciador, entre homens e mulheres, a exploração do seu corpo ainda acontece, pois, por exemplo, quando o pai de Vera, filha da protagonista, aparece no seu barracão e lhe dá “120 cruzeiros e 20 para cada filho. Ele mandou os filhos comprar doces para nós ficarmos sozinhos. *Tem hora que eu tenho desgosto de ser mulher*”²³². Digo

²²⁹ O nome do personagem é Alexandre e não é possível saber se o mesmo é negro. Ele a ofende, pois no dia anterior, a narradora-personagem tinha chamado a polícia quando o mesmo começou a brigar e espancar a própria esposa que estava grávida. (JESUS, 1960, p. 95-97).

²³⁰ MUNANGA, 2003, [s/p].

²³¹ JESUS, 1960, p. 66.

²³² JESUS, p. 169 (itálicos meus).

exploração, neste caso, justamente por causa do “desgosto” que ela diz sentir de ser mulher, pois como tal, nas entrelinhas do discurso ela acaba tendo que se ‘submeter’ aos desejos masculinos para não desapontar e/ou contrariar o homem e assim obter bens materiais. Ao não ‘querer’ desapontar e/ou contrariar, na atitude da personagem podem estar, psicologicamente entranhado, papéis socialmente construídos e introjetados como, por exemplo, a construção social de que o papel da mulher/esposa é servir ao homem/marido, inclusive com o seu próprio corpo. Porém, por outro lado, esta não é a única análise plausível, pois a personagem apresenta uma independência em relação aos homens que pode dar margem a outra leitura plausível. A independência da personagem-narradora, em particular, aparece em vários momentos ao longo da narrativa. Para se defender, pois quando

êle fez menção de agredir-me e eu disse-lhe:

– Eu sou da favela do Canindé. Sei cortar de gilete e navalha [...]. Se vai me bater pode vir.

.....

O preto ficou quieto. Eu vim embora. [...]. Eu desafiei o preto porque eu sabia que ele não ia vir.²³³

Ou ainda quando se utiliza da inteligência para

[...] desvendar a sordidez do cigano. Ele tira proveito da sua beleza. [...].

.....

Enquanto ele me abraçava, eu pensava: este diabo devia estar era na cadeia. Eu sentei na cama, ele sentou-se ao meu lado. Eu fechei a janela e continuamos beijando-nos. O meu carinho representava interesse para descobrir suas atividades.²³⁴

Quando, mesmo passando por sérias dificuldades financeiras, ela mostra sua independência em relação aos homens ao confessar:

²³³ JESUS, 1960, p. 82-83.

²³⁴ JESUS, 1960, p. 149.

[...]. Tem um português que quer morar comigo. Mas eu não preciso de homem. Eu já lhe supliquei para não vir aborrecer-me.²³⁵

Muito embora ela se relacione sexualmente com ele, o que, por um lado, ratifica sua independência também para com o seu corpo. E sabe-se desse relacionamento pois no dia

4 de maio Deixei o leito as 6 horas, porque o senhor Manoel quando dorme aqui não deixa eu levantar cedo.²³⁶

E ele dorme lá porque ela assim o quer, pois percebeu que

[...] gosto dele. Passei vários dias sem vê-lo e senti saudades. [...].

.....
[...]. Ele é quieto. Fala baixinho e anda muito bem vestido. [...]

.....
[...] porque a nossa **amizade** é igual uma raiz que segura uma planta na terra. Já está firme.
Dormi com ele. E a noite foi deliciosa.²³⁷

Contudo, nem esse bem-querer e a necessidade financeira fazem com que ela sucumba à dependência masculina, pois

Quando o senhor Manoel apareceu. [...]. Deu-me 200 cruzeiros, eu não quiz aceitar.
– Você não me quer mais?
– Eu tenho muito serviço. Não posso preocupar com homens. Meu ideal é comprar uma casa decente para os meus filhos. [...].
Ele despediu-se e pegou os 200 cruzeiros e saiu.²³⁸

Portanto, a outra leitura plausível (além do papel social imputado à mulher) é que menos do que gênero, quando a narradora-personagem, aparentemente, ‘submete-se’ a um desejo do ex-companheiro, ela se

²³⁵ JESUS, 1960, p. 155.

²³⁶ JESUS, 1960, p. 155.

²³⁷ JESUS, 1960, p. 161.

²³⁸ JESUS, 1960, p. 180.

‘submeteu’ antes à questão de classe, muito embora classe seja uma questão intrinsecamente relacionada a gênero também. Contudo, no caso específico da narradora-personagem, o que a teria levado a dispensar o *carinho e os 200 cruzeiros de um* e submeter-se ao *desejo e dinheiro* do outro? Um sopro de independência emocional e financeira em relação ao primeiro(?). Uma inconsciente manifestação de liberdade para com o uso do seu corpo, em relação ao segundo caso, ou apenas uma manifestação inconsciente de que como pai de sua filha aquele homem tinha certos direitos sobre o seu corpo (?).

Conforme já discutido anteriormente sobre um quê a mais acerca da representação da mulher negra especialmente, essas indagações, creio, só ampliam a possibilidade já apresentada.

Em relação à raça e classe, nesta obra, elas só vão se manifestar na pele e através das atitudes das pessoas de forma a (de)marcar ou a excluir quando ela (Carolina) sai da favela e ‘compartilha’ do mundo da classe média. Principalmente a questão da classe se sobressairá, pois creio que, neste contexto, mais difícil do que ser negra era ser uma favelada, catadora de papel. Condições socialmente indignas à condição humana, principalmente porque as favelas haviam iniciado há pouco e a sociedade ainda não estava ‘acostumada’ a ela. Portanto, a questão da classe será um fator a mais a denegrir a já ofuscada imagem do negro na sociedade. Isso a partir do contexto da obra, pois em contexto distinto (mesmo na literatura ou fora dela), pode ser que raça exclua mais, dependerá de muitos outros fatores. Em Carolina M. de Jesus, é a classe a excluir sobremaneira. Tanto que, por exemplo, ao chegar

no açougue, a caixa olhou-me com um olhar descontente.

– Tem banha?

– Não tem.

– Tem carne?

– Não tem.

Entrou um japonês e perguntou:

– Tem banha?

Ela esperou eu sair para dizer-lhe:

– Tem.

Voltei para a favela furiosa. Então o dinheiro do favelado não tem valor?²³⁹

²³⁹ JESUS, 1960, p. 145.

Claro que o fato de ser também negra além de pobre pode ter interferido na postura da atendente. Neste contexto, portanto, inevitável não ratificar a relevância da cor vir acoplado a gênero nas discussões ou estudos sobre mulher, principalmente em se tratando de Brasil, pois depois da abolição da escravatura o panorama social, econômico e histórico do mesmo deixou à margem os(as) negros(as), e isto é indiscutível. Emergir dessa margem muitas vezes lodosa requer tempo, discussões, visibilidade e, principalmente, oportunidades. Acoplar gênero à raça é uma forma de oportunizar mudanças, olhares outros, assim como “enegrecer o movimento feminista brasileiro tem significado, concretamente, demarcar e instituir na agenda do movimento de mulheres o peso que a questão racial”²⁴⁰ e de classe tem na vida das mulheres negras no Brasil.

Por tudo isso, apesar da distância que nos separaram do Barracão número 9, isto é, da realidade de Carolina Maria de Jesus, ao mesmo tempo nos aproxima da realidade das Carolinas atuais, também mulheres, também negras e, muitas, moradoras em barracões de número nove. Sendo assim, hoje, um dia qualquer de um mês qualquer, quiçá 2011, 2012..., é uma boa data para começarmos a (re)ver (pré)conceitos, teorias e pensarmos além de nós mesmos – brancos(as), negros(as), indígenas, ricos(as), pobres ...

²⁴⁰ CARNEIRO, [s/d], [s/p]. Disponível em:< <http://www.unifem.org.br/sites/700/710/0000690.pdf>>.

CAPÍTULO 5

PELOS BECOS DA MEMÓRIA E DO CORAÇÃO DE PONCIÁ VICÊNCIO: GÊNERO E RAÇA EM CONCEIÇÃO EVARISTO

Os caminhos que nos levam à memória são vários. Um deles pode ser a literatura. E em se tratando de literatura, a da escritora contemporânea Conceição Evaristo traz na sua poética dolorida, sutil, saudosista e “assumidamente negra”²⁴¹ a história da sua família, do negro, da memória de um povo. Conduzido pelos sons do passado, o leitor adentra no universo literário da sua narrativa. Lá, encontramos a poetisa, a contista e a romancista (re)fazendo uma trajetória histórica que em vão se quer pessoal/subjetiva, ultrapassando, portanto, o caráter de literatura de testemunho, visto que reflete memórias de toda uma coletividade. Seja enquanto pertencente ao coletivo negro; seja enquanto pertencente ao coletivo branco. Embora para muitos do coletivo branco seja muito mais simples e plausível se enxergarem nas Anas²⁴² ou na comum, porém complexa esposa de “I Love my husband”²⁴³, em se tratando de mulheres.

As outras ‘Anas’ e esposas podem ser lidas nos *Cadernos Negros*, onde Conceição Evaristo tem várias publicações de contos e poesias, e nos seus dois romances - *Ponciá Vicêncio*²⁴⁴ e *Becos da memória*²⁴⁵ que serão fontes de análise neste capítulo. A proposta, como nos dois capítulos anteriores, também é identificar a representação de gênero e raça nestes dois romances.

²⁴¹DUARTE, C.L. Gênero e violência na literatura afro-brasileira. In: **Literafro**. Belo Horizonte: UFMG, [s/d]. Disponível em: <www.lettras.ufmg.br/literafro/artigoconstancia.pdf>.

²⁴²LISPECTOR, Clarice. Amor. In: **Laços de família**. Rio de Janeiro: ed. do Autor, 1960. No conto, Ana é uma mulher do lar, submissa, mas que em certos momentos sente uma insatisfação com a vida que tem, porém não consegue sair do papel construído socialmente para as mulheres, em outras palavras, não consegue lutar para sair do estado de opressão no qual vive.

²⁴³PIÑON, Néida. I Love my husband. In: **O Calor das coisas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. Neste conto, a personagem feminina tem consciência do seu papel submisso, do vazio da sua vida e dos sonhos que não vive em decorrência da dominação exercida pelo marido. Ela tem, portanto, consciência de sua condição enquanto mulher, das suas perdas, mas, apesar de tudo, ela deixa explícito que ama o marido numa atitude consciente de rendição ao seu destino .

²⁴⁴EVARISTO, 2003.

²⁴⁵EVARISTO, 2006.

Em *Ponciá Vicêncio* é com palavras moderadas, sutis e saudosistas que o narrador nos coloca a par da vida solitária da personagem cujo nome dá título à obra. Guiados e, às vezes, influenciados por um narrador em 3ª pessoa, somos conduzidos pelos caminhos trilhados pela personagem negra que tenta (re)construir sua vida, sua história, embora já tenha nascido presa pelos laços familiares, pela história dos seus. Nessa busca, empreendida com um olhar e coração no passado – remoto e mais presente –, “a história de Ponciá Vicêncio, [...], descreve os caminhos, as andanças, as marcas, os sonhos e os desencantos da protagonista”²⁴⁶. E trafegando, andando, levados pelas mãos desse narrador em 3ª pessoa que traça, constrói, narra as ações envolvendo a personagem, encontra-se articulada (in)conscientemente uma representação da mulher negra (e também do homem negro) através da qual se pode identificar alguns aspectos sobre a condição feminina raramente vistos na literatura. E esses aspectos referem-se à mulher negra, pois toda a sua família é negra. E eram, segundo o narrador, negros livres, mas “se eram livres, por que continuavam ali? Por que, então, [...] tantas negras na senzala?”²⁴⁷, questiona-se o narrador. Nesta indagação dialógica²⁴⁸, ouve-se a voz de Ponciá, da própria autora e, até certo ponto, a voz de uma sociedade, que é consciente da condição social desfavorável na qual os negros ainda se encontram, questionando aquela situação vivida pelos personagens.

Outro aspecto revelador, mas nem por isso novo, diz respeito ao estado emocional da personagem. Nesse sentido, a representação literária nesta obra, através da voz do narrador, mostra o quanto “ela vazia se sentia sem nome. Sentia-se ninguém”²⁴⁹. Simbolicamente, isso significa que a mesma se sentia e/ou se portava como uma pessoa sem identidade própria, sem raiz, apenas mais uma entre tantas iguais a ela.

A evidência dessas duas representações pode ser explicada pelo fato de que a história é narrada em 3ª pessoa. Isso contribui para que as emoções, pensamentos, atitudes e questionamentos dos personagens cheguem até o leitor de forma clara, contundente, precisa, pois o foco narrativo utilizado – autor onisciente intruso, segundo o conceito de Friedman²⁵⁰ –, é privilegiado, pois dá ao narrador um saber profundo

²⁴⁶ BARBOSA, in: EVARISTO, 2003, p. 8.

²⁴⁷ EVARISTO, 2003, p. 14.

²⁴⁸ Sobre dialogismo, discurso bivocal ver BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoievski**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

²⁴⁹ EVARISTO, 2003, p.

²⁵⁰ FRIEDMAN apud BONNICI, 2003.

sobre tudo que diz respeito à personagem. Mas isso ainda não é tudo, pois aliado a esse narrador, a explicação para a visão de mundo ao redor de si mesma tão consciente advém do discurso bivocal²⁵¹ presente em vários momentos da narrativa, deixando entrever o nível de consciência da autora, entremeada com a voz da consciência da personagem e, às vezes, do próprio narrador. Só esse fato pode explicar a complexidade dos pensamentos e reflexões de personagens de vida e educação tão simples. Haja vista, por exemplo, o momento quando, através do narrador em terceira pessoa, os pensamentos do marido de Ponciá são revelados. Este “descobriu como eram sós. Percebeu que cada um tinha os seus mistérios. [...] Desde então, ao perceber a solidão da companheira e a sua própria, o homem viu na mulher seu semelhante e tomou-se de uma ternura intensa por ela”²⁵². Sendo o marido de Ponciá, em muitos momentos de uma ingênua e, por vezes, violenta ignorância, seja quando lhe dá “um violento soco nas costas”²⁵³ para chamar a atenção da mulher; seja quando ele, “se não alcançava a vida outra da mulher, aceitava o que não entendia”²⁵⁴, ele dificilmente teria sensibilidade ou preocupação o bastante para “ver na mulher o seu semelhante”²⁵⁵, entender “como eram sós”²⁵⁶.

Independente, contudo, da possível presença ou não dessas vozes no discurso do narrador, as revelações de que Ponciá e o marido são vítimas da mesma solidão e de que “pelo menos para os homens que ela conhecera a vida era tão difícil quanto para a mulher”²⁵⁷ denotam uma distância entre a representação literária da mulher negra e a representação da mulher branca presente em várias literaturas canônicas, nas quais os homens não sofrem dos mesmos males femininos, por exemplo. Por outro viés, essa distância pode, no plano do simbólico, ser estendida, até certo ponto, à realidade dessas duas mulheres fora da ficção, como tentarei demonstrar ao longo deste capítulo. Essa distância começaria pela própria forma como o narrador expõe a concepção de Ponciá sobre homens e mulheres, naquele contexto no qual vivem. Para Ponciá, “pelo menos para os homens que ela conhecera a vida era tão difícil quanto para a mulher”. Ou seja, para a personagem há pouca (ou nenhuma) diferença entre a vida da mulher

²⁵¹ BAKHTIN, 1981.

²⁵² EVARISTO, 2003, p. 111.

²⁵³ EVARISTO, 2003, p. 111.

²⁵⁴ EVARISTO, 2003, p. 111.

²⁵⁵ EVARISTO, 2003, p. 111.

²⁵⁶ EVARISTO, 2003, p. 111.

²⁵⁷ EVARISTO, 2003, p. 54.

negra e do homem negro. Nota-se, mais uma vez, a presença de um discurso bivocal. Neste está implícita a voz da autora que, de posse de conhecimentos intelectuais, parte do princípio de que historicamente a vida do homem negro e da mulher negra os aproxima. Neste contexto, pode-se dizer que (in)conscientemente, na representação feminina nesta obra, impera a questão de raça e, conseqüentemente, classe. Isso não implica dizer que gênero não está presente e/ou não seja algo forte dentro da obra. Muito pelo contrário, mesmo porque, seja na literatura e/ou nas relações humanas, o indivíduo – quando literariamente representado ou quando fora da ficção – não consegue se livrar da condição quase que inevitável de representar papéis, impostos ou não, como se o indivíduo fosse, de fato, um ator.

Ainda em relação à raça e, conseqüentemente, classe, a representação fornecida pelo narrador mostra uma personagem consciente, pois quando olhou a sua volta “veio-lhe a imagem de porcos no chiqueiro que comem e dormem para serem sacrificados um dia”²⁵⁸, levando-a a se perguntar: “seria isto vida, meu Deus?”²⁵⁹. Não era, ela sabia, porque observava, via e “[...] sabia para onde estava olhando. Ela via tudo, via o próprio vazio”²⁶⁰. E consciente de que aquilo não era vida, estava determinada a “traçar o seu destino”²⁶¹, portanto, “queria ir”²⁶². Contudo, “aonde?”²⁶³. Esse “aonde”, conscientemente articulado pelo narrador, soa duplamente dolorido. A primeira dor é causada pelo conhecimento, por saber que precisa sair, tentar reverter sua situação e, conseqüentemente, abandonar as ‘raízes’ que o lar lhe dava, por mais torpe que fosse. A outra dor talvez doesse até mais, pois ao olhar a grandeza do universo, ela sentia que ele não caberia no limitado, mas sonhador olhar da personagem. Ela se dava conta de que não existia lugar onde coubessem os seus quereres. Ou melhor, o narrador ou as *outras vozes* presentes na voz do narrador, ciente dos sonhos de Ponciá, mas conhecedor das desigualdades sociais que imperam no mundo, sabia que não haveria espaço no qual coubessem os sonhos de Ponciá, pois o narrador sabe que, “com efeito, em uma sociedade marcada historicamente pela desigualdade, pelo paternalismo das relações e pelo clientelismo, o racismo só se afirma na intimidade. É da ordem do

²⁵⁸ EVARISTO, 2003, p. 32.

²⁵⁹ EVARISTO, 2003, p. 32.

²⁶⁰ EVARISTO, 2003, p. 28.

²⁶⁰ EVARISTO, 2003, p. 35.

²⁶² EVARISTO, 2003, p. 40.

²⁶² EVARISTO, 2003, p.40.

²⁶⁴ SCHWARCZ, 1998, p.182

privado, pois não se regula pela lei, não se afirma publicamente”²⁶⁴. Em outras palavras, publicamente, aos olhos dos outros, Ponciá e as Ponciás têm o mundo à sua frente e em suas mãos quaisquer conquistas e lugares onde queiram ir. Mas no íntimo, é sabido que não é assim. Intimamente, o narrador, condoído, também o sabia.

Além da representação de uma mulher consciente da sua condição social e humana no mundo, há também a de uma mulher consciente da sua relação afetiva, pois embora seja o narrador a indagar “o que ela estava fazendo ao lado daquele homem?”²⁶⁵, nota-se novamente a presença do dialogismo²⁶⁶ no qual a fala do narrador se mistura à consciência da personagem. Desta forma, lê-se, nas entrelinhas do discurso dele, a consciência da personagem Ponciá Vicêncio falando sobre a inutilidade da presença de um marido na sua vida.

Essa constatação, aliada a de ser alguém a quem poderiam “chamá-la de nada”²⁶⁷, traz à tona a representação de um ser solitário, “criada sozinha, só com mãe”²⁶⁸. Ora, esses aspectos, conseqüentemente, vão torná-la introspectiva, e, segundo a conclusão do narrador, “agora gostava da ausência, na qual ela se abrigava, desconhecendo-se, tornando-se alheia de seu próprio eu”²⁶⁹ e da vida ao seu redor, certamente. Tão solitária que “lá estava ela agora com seu homem, sem filhos e sem ter encontrado um modo de ser feliz”²⁷⁰, carregando a eterna culpa do ‘mundo’ como qualquer mulher – independente da raça e da classe social– de ser ela a única culpada, pois para Ponciá, “talvez o erro nem fosse dele, fosse dela, somente dela”²⁷¹.

Quanto aos filhos, foram “sete, nasceram e morreram, nas primeiras perdas ela sofreu muito. Depois, com o correr do tempo, a cada gravidez, a cada parto, ela chegava mesmo a desejar que a criança não sobrevivesse”²⁷². A aparente naturalidade com que a personagem confessa a sua indiferença pode ser explicada, por um lado, pela psicológica apatia na qual estava mergulhada. Por outro lado, pelo fato de que

²⁶⁴ EVARISTO, 2003, p. 21.

²⁶⁵ BAKHTIN, 1981.

²⁶⁶ EVARISTO, 2003, p. 17.

²⁶⁶ EVARISTO, 2003, p. 18.

²⁶⁷ EVARISTO, 2003, p. 17.

²⁶⁸ EVARISTO, 2003, p. 18.

²⁶⁹ EVARISTO, 2003, p. 44.

²⁷⁰ EVARISTO, 2003, p. 53.

²⁷¹ EVARISTO, 2003, p. 53.

²⁷² EVARISTO, 2003, p. 82.

o tema do aborto para muitas destas mulheres, embora não o formalizem conceitualmente, aparece como prática relativamente permanente que se legitima não pelo asséptico e calculado planejamento familiar que começava a se formular [...], mas como prática de caráter emergencial legitimado pela impossibilidade de criar seus filhos nos limites mínimos de “decência”. [...].

[...]. Tais temas não constituindo tabu, revelam e legitimam uma condição de vida.²⁷³

No caso de Ponciá, portanto, não é por incapacidade de amar e/ou por ser uma mulher ‘sem coração’ que ela acredita ter sido “bom os filhos terem morrido”²⁷⁴. Ela pensa assim, pois pra ela “nascer, crescer, viver para quê?”, “valeria a pena pôr um filho no mundo?” se “a vida escrava continuava até os dias de hoje. [...]. Escrava de uma condição de vida que se repetia. Escrava [...], da falta de esperança, da impossibilidade de travar novas batalhas, [...], de inventar nova vida”²⁷⁵.

Em mais um momento, nota-se uma representação literária da mulher negra bastante distinta daquela concebida pela literatura canônica, assim como não se assemelha à representação da mulher branca, seja no passado; seja no presente. Esta representação distinta, de forma simbólica, reflete a pessoa da mulher negra fora da ficção, pois em relação ao passado, por exemplo, é sabido que “o aborto constituía a defesa última como resposta à proposta histórica configurada na duplicação de corpos para a servidão”²⁷⁶. Era uma forma de se rebelar contra o sistema escravocrata. Enquanto sobreviviam a experiências políticas, sociais e pessoais como essa, a mulher branca vivia outras experiências, ainda que também políticas e sociais, mas nem por isso tão agressivas.

Em relação ao tempo presente, grande parte dos filhos das mulheres brancas, semelhantemente ao passado, continua sendo cuidados por outras mulheres (seja pelas secretárias do lar; sejam pelas ‘tias’ nas creches/ escolinhas infantis), com a diferença de que isso acontece hoje porque as mulheres brancas, classe média/alta, conquistaram, já há bastante tempo, o direito (e com ele ganharam também a necessidade econômica mundial de a mulher também ter uma

²⁷³ NASCIMENTO, 2006, p. 133.

²⁷⁴ EVARISTO, 2003, p. 83.

²⁷⁵ EVARISTO, p. 83-84.

²⁷⁶ NASCIMENTO, 2006, p. 133.

renda e tornar-se mão-de-obra) de trabalhar fora, de ascender-se profissionalmente. Já as mulheres negras, na sua grande maioria, semelhantemente ao passado, *continua*, por motivos econômicos, tendo que prescindir de cuidar dos seus filhos para cuidar dos filhos das mulheres brancas nas atuais senzalas modernas. Em outras palavras, com o fim da escravidão e atualmente com a grande inserção das mulheres em trabalhos outrora exclusivamente masculinos, as mulheres negras continuam cuidando dos filhos de mulheres brancas na sua grande maioria, da casa e/ou imóvel dos brancos. Isso porque se encontram, ainda, “alocadas em ocupações manuais rurais (da agropecuária e da extrativa vegetal) e urbanas (prestação de serviços)”²⁷⁷. Óbvio que as mulheres (negras e brancas) devem, sim, continuar conquistando seu espaço fora do reduto do lar. Não é isso que está sendo questionado aqui. O aspecto (in)discutível é a notabilidade do fato da quase perenidade da situação relacionada à mulher negra que já deveria estar (e gostaríamos de ver) transformada, menos desigual, ou seja, ela ainda se encontra, por motivos agora econômicos, servindo, cuidando da casa grande e dos filhos da senhora da casa grande – que saiu, merecidamente, do reduto do lar para ganhar o espaço público.

Mediante todo esse contexto, pode-se considerar, sob certos aspectos, que a representação literária da personagem não remete a gênero, enquanto papéis socialmente construídos, *no sentido restrito dos termos*, mesmo quando, em alguns momentos da narrativa, a personagem é vítima do mesmo. Ou seja, a representação literária de Ponciá tem mais do que gênero engendrado na sua apatia. Ali, além de uma mulher, aparentemente, mas só aparentemente mesmo, submissa a um homem, cumprindo seu ‘destino’ de mulher e/ou querendo se rebelar ao seu destino de mulher, antes está presente uma mulher preocupada com sua identidade racial, humana. Preocupada em *se encontrar* enquanto cidadã. Se as relações de gênero regem as necessidades que culminaram nesta busca, elas não são mais fortes que a questão racial, principalmente. Portanto, essa representação até vem ao encontro de gênero, sim, visto que os problemas sociais que a afetam estão intrinsecamente entrelaçados às relações de gênero, contudo o tom marcadamente racial ao longo da narrativa é tão acentuado e, talvez por isso, mais tocante, que acaba sobressaindo-se em detrimento das relações de gênero. Em resumo, então, pode-se concluir que a personagem sofre as consequências de uma dominação masculina –

²⁷⁷ COSTA e OLIVEIRA, 1983, apud GONZÁLEZ, 1984, [s/p].

dominação representada aqui pelo poder econômico, principalmente e que passa, obrigatoriamente, pela questão de raça e classe. Já a representação feminina passa distante daquela comumente vista em personagens na qual a mulher é frágil, submissa ao marido, vivendo *sob a proteção* e o jugo de um homem dominador em função do qual ela vive, pensa e age.

A representação de gênero, que subjaz ao discurso marcadamente racial nesta obra, traz, portanto, um não sei o quê a mais. Ou seja, traz algo além do que gênero condicionando a representação literária dessa personagem. E esse quê a mais é tão intenso, torna a personagem tão independente e senhora de si, que gênero e tudo a que ele possa remeter, nela (Ponciá) o mesmo se torna quase diluído a ponto de, em determinados momentos, ficar em segundo plano. Neste contexto, para melhor argumentar/explicar esta representação, citar novamente Anzaldúa torna-se inevitável, pois a análise empreendida acima vem ao encontro da fala dela quando a mesma pondera: “o que é considerado teoria na comunidade acadêmica dominante não é necessariamente o que é teoria para as mulheres de cor. A teoria produz efeitos que modificam a gente e a maneira pela qual se percebe o mundo”²⁷⁸. Pois, em se tratando da representação de Ponciá, teorias de gênero e/ou o que se concebe como gênero na teoria acadêmica – *somente* – não explicam Ponciá, visto que conceber Ponciá como uma mulher frágil, submissa ao marido, do lar... seria menosprezar a coragem, o não querer se submeter. Seria desconsiderar que a base da dominação masculina presente na obra esbarra na origem da mesma: ou seja, na dominação econômica – que, naquele contexto, diga-se de passagem, afeta tanto às personagens femininas quanto masculinas, visto que essa dominação masculina (dos brancos) não apenas esbarra como também está relacionada à questão racial (mulher e homem negros).

Por isso, pode-se considerar que o elemento diferenciador e determinante para e na vida da personagem seria a questão racial e, conseqüentemente, de classe. Em relação à raça porque “no romance fala um *sujeito étnico*, com as marcas da exclusão inscritas na pele, a percorrer nosso passado em contraponto com a história dos vencedores e seus mitos de cordialidade e democracia racial”²⁷⁹, buscando sua identidade, seu espaço. Esse elemento diferenciador e determinante,

²⁷⁸ ANZALDÚA, apud SADLER. Disponível em: <<http://www.letas.ufrj.br/litcult/revistamuheres/vol.8/Darlene/pos-colonialismo.htm>>.

²⁷⁹ DUARTE, 2006, p. 308.

contudo, não inviabiliza as leituras extraídas da representação dessa mulher negra na obra *Ponciá Vicêncio*, quais sejam: uma mulher consciente das suas necessidades, de ser negro(a), da sua frágil condição social, de ser corajosa, pois quer sair em busca de novos rumos, caminhos, vida, mas que se encontra – em cada palavra e vão das palavras – em uma surda, presa, silenciosa e solitária solidão.

Já em *Becos da memória*²⁸⁰ há um “romance coletivo, marcado por uma pluralidade de sujeitos e de dramas”, pois “a intenção não é construir subjetividades poderosas, mas perfis rarefeitos [...]”²⁸¹. Contudo, em *Ponciá* ou aqui, a vida não poupa nenhum personagem que, ‘jogados’ na “senzala-favela, senzala-favela”²⁸², lutam para “[...] quebrar uma casca, não frágil, como a de um ovo, mas uma casca dura, a *da vida*, aquela feita de ferro”²⁸³. Vida difícil que, naquele contexto, não escolhe gênero, isto é, a ‘dureza’ pode afetar tanto a mulher negra pobre quanto o homem negro pobre. Portanto, em se tratando de classe e raça, essa vida cuja casca é dura, feita de ferro, faz sua distinção, isto é, parece selecionar previamente quem deseja afetar: os *ex-cêntricos* que neste romance são os negros(as). Por outro lado, nesta mesma obra, no contexto dessa raça (negra) e classe selecionadas, não há distinção significativa, *sob certos aspectos*, entre malandro e trabalhador e entre o homem e a mulher que moram nas favelas. E não há distinção, pois “fora o perigo da polícia, a vida de ambos era igual. As privações eram as mesmas”²⁸⁴. No primeiro caso porque, trabalhador ou bandido, exceto pelo perigo de a polícia prender este, a vida de ambos era vivida com dificuldades. Quanto ao homem e a mulher moradores nas favelas, para o narrador, não havia distinção porque a mesma fome, as mesmas discriminações eram experiências/vivências sofridas por ambos de forma igual. Ou o narrador, talvez, desconheça as consequências das relações de gênero na e para a vida da mulher, e/ou o *peso* de raça e classe suplantasse gênero, o fato, para o narrador, é que naquele momento presente da narrativa, a raça e a classe tornam a vida da mulher e do homem pobres e negros iguais, isto é, não há uma denúncia mais engajada e objetiva da dominação masculina. Aparentemente, então, só haveria entre e para ambos fome e discriminação. Esta é a

²⁸⁰ EVARISTO, 2006.

²⁸¹ Texto de capa de orelha de DUARTE, Eduardo de Assis, in: EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Belo Horizonte: MAzza Edições, 2006.

²⁸² EVARISTO, 2006, p. 71.

²⁸³ EVARISTO, 2006, p. 149 (grifos meus).

²⁸⁴ EVARISTO, 2006. p. 69.

visão do narrador sobre as relações sociais presentes ali e que o mesmo deixa transparecer na citação acima, por exemplo.

Dentro desse contexto da dura realidade do pobre, morador de favelas e, em breves momentos, juntamente com o outro lado, o lado dos ricos, os personagens, em específico as femininas, vão revelando a “bonita mulher, mesmo com aqueles olhos parados e com aquela carapinha de doida”²⁸⁵, isto é, a raça. E com a raça, a baixa autoestima dessa mulher, pois no termo linguístico “mesmo”, subtende-se o *apesar de*, o *embora*, denotando que o cabelo “carapinha de doida” não contribuía para o embelezamento da moça. Mas, o mais relevante está nas entrelinhas do discurso, pois, nota-se novamente, no excerto citado, não apenas a voz do narrador, mas a de outrem (da sociedade, talvez), manifestando através desse “mesmo” uma opinião social e ou pessoal acerca do aspecto físico do(a) negro(a), isto é, a de que a cor da pele, o cabelo da mulher negra não estão dentro dos padrões de beleza feminina. E aspecto semelhante, em relação à autoestima, ocorre quando “olhando e admirando a beleza (alva) de D. Laura, Ditinha se sentiu mais feia ainda. Baixou os olhos *envergonhada* de si mesma”²⁸⁶. Considerou-se feia porque sabia ou sentia não ter, não seguir o padrão de beleza imposto pela sociedade. Esse ‘conhecimento’ não deixa de ser mais um dos legados que a sociedade escravocrata, branca e machista disseminou ao longo dos séculos. Pois se, em se tratando de mulheres brancas, eles (homens) as consideravam “[...] inferiores e na maioria das vezes isto estava tão introjetado, que elas mesmas se viam como tais”²⁸⁷, o que não haveriam de fazer em relação à mulher negra? Mas não fizeram sozinhos, pois as próprias mulheres brancas se incumbiram de contribuir na/para a depreciação das mulheres negras. Em tempos de escravidão, fosse por ‘ciúmes’; fosse por também trazerem interiorizado o modelo europeu de beleza feminina. Por isso, entre outros aspectos, “se cuidado a gente não toma, até a dignidade da nossa gente os do lado de lá podem roubar”²⁸⁸. A dignidade de ser o que se é, do jeito que se é. Contudo e apesar de tudo, não tiram “o sonho que é a gente não acreditar no que vê e inventar para os olhos da gente o que a gente não vê”, mas só “até a hora do almoço”, porque “no jantar”, só há “a fome, a desesperança”²⁸⁹.

²⁸⁵ EVARISTO, 2006, p. 26.

²⁸⁶ EVARISTO, 2006, p. 94 (grifos e parêntese meus).

²⁸⁷ DUARTE, 1990, p. 77.

²⁸⁸ EVARISTO, 2006, p. 65.

²⁸⁹ EVARISTO, 2006, p. 51.

À noite, por outro lado, nada impede que “as meninas virgens na favela”²⁹⁰, como em qualquer outro lugar ou até país do mundo, sonhem “com o príncipe encantado”²⁹¹, porque nas favelas, claro, também há “casamentos, festas, vestidos de noiva e lançamento do buquê para o ar”²⁹². Em outras palavras, há mulheres ‘normais’, com sonhos ‘normais’, bem típicos da grande maioria das mulheres, independente de raça ou de classe social. Mas para aquelas cuja raça e classe as mantêm em uma secular desigualdade social, afetiva e humana “havia sonhos que não cabiam em barracos, que não se realizavam jamais”²⁹³, porque basicamente muito pouco tem sido feito em prol dessas mulheres. Tanto na esfera de políticas públicas, assim como nos planos discursivos. Por isso, entre outros aspectos, “enegrecer o movimento feminista brasileiro tem significado, concretamente, demarcar e instituir na agenda do movimento de mulheres o peso que a questão racial tem”²⁹⁴ na e para a vida da mulher negra.

Como, talvez, aqueles sonhos não se realizassem jamais, Cidoca do “rabo-de-ouro”²⁹⁵ andava “suja, descabelada, olhar parado no vazio”²⁹⁶ e dizia que “ia morrer de não viver”²⁹⁷; Vó Rita dormisse “embolada com ela”²⁹⁸; Maria-Velha fosse “mulher dura também [...]”²⁹⁹. E Ditinha levasse “no peito só mágoas”³⁰⁰, pois “ela procurava uma saída”³⁰¹ (p.112), mas “começar como? Começar o quê?”³⁰² se “estava livre, solta, mas não era bem isso”³⁰³. Em resumo, não há saída para essas mulheres. Não há vida para ser vivida e, por isso, são apenas sobreviventes. Cada uma delas reagirá de uma forma a essa ausência de vida a ser vivida, a esses vazios, mágoas.... . Cidoca entrega-se ao desleixo pessoal e à morte psicológica; Vó Rita se refugia dentro de si mesma; Maria-Velha se torna uma pessoa dura, guiada pela racionalidade; Ditinha, uma mulher amargurada, pois se sentia frustrada

²⁹⁰ EVARISTO, 2006, p. 111.

²⁹¹ EVARISTO, 2006, p. 111.

²⁹² EVARISTO, 2006, p. 111.

²⁹³ EVARISTO, 2006, p. 111.

²⁹⁴ CARNEIRO, [s/d], [s/p.]. Disponível em: <<http://www.unifem.org.br/sites/700/710/0000690.pdf>>.

²⁹⁵ EVARISTO, 2006, p. 26.

²⁹⁶ EVARISTO, 2006, p. 26.

²⁹⁷ EVARISTO, 2006, p. 144.

²⁹⁸ EVARISTO, 2006, p. 30.

²⁹⁹ EVARISTO, 2006, p. 33.

³⁰⁰ EVARISTO, 2006, p. 97.

³⁰¹ EVARISTO, 2006, p. 112.

³⁰² EVARISTO, 2006, p. 148.

³⁰³ EVARISTO, 2006, p. 18.

na sua tentativa de mudanças. As condições sociais, advindas da raça e da classe, além de outros fatores, tornam o local e a vida daquelas sobreviventes “um lugar tão triste, uma vida tão desesperada”³⁰⁴ tanto para as mulheres quanto para os homens, segundo o narrador.

Mas elas, independente da raça, crença ou religião, moradoras da favela ou não, sempre acabam tendo uma cota a mais de sofrimento, pois, de acordo com o narrador, o homem tem sido “dono da mulher e da vida”³⁰⁵, pois ele é “o dono, o macho”³⁰⁶ e muitos acreditam, ainda, que “mulher é para isso mesmo. Mulher é para tudo. Mulher é para a gente bater, mulher é para apanhar, mulher é para gozar [...]”³⁰⁷. Nesses momentos da narrativa, o narrador deixa entrever o peso das relações de gênero na e para a vida da mulher negra, deixando claro que ali também as relações de gênero dificultam a vida delas. Desta forma, sofrendo, de um lado, as mazelas impostas pela raça e classe e, por outro, uma dominação masculina centrada, principalmente no físico e psicológico, pois economicamente eles não têm esse poder, a mulher negra nesta obra acaba se revelando solitárias. Em *Becos da memória*, a solidão se evidencia pelo descaso social para com as pessoas daquele lugar, pelo abandono ao qual são relegadas pelo companheiro – quando elas o têm.

Portanto, se por um lado a pobreza, a fome, os sonhos não realizados aparentemente unem homem e mulher – através dos infortúnios. Isso, contudo, não é suficiente para fazer com que a união se concretize, de fato, no plano político-social. Sendo assim, eles, “sob a aparência da liberdade, herdaram a pior servidão que é a do homem que se considera livre, entregue de mãos atadas à ignorância, a miséria, à degradação social”³⁰⁸. E nesse contexto no qual se veem representadas as mulheres negras, jogadas em uma quase escravidão, lutando para sobreviver ao descaso social a uma raça e à condição social precária de uma classe, lê-se nas entrelinhas, às vezes, nas próprias linhas do discurso que “um buraco vazio, maior do que aquele que ela contemplava naquele momento, estava dentro de si”³⁰⁹.

À sua maneira, Ponciá e cada uma das personagens femininas em *Becos da memória* lutam, na medida do possível, para não sucumbirem sob o peso da questão racial, de classe e de gênero. Ao longo da luta travada, podem ser vistas mulheres

³⁰⁴ EVARISTO, 2006, p. 118.

³⁰⁵ EVARISTO, 2006, p. 76.

³⁰⁶ EVARISTO, 2006, p. 76.

³⁰⁷ EVARISTO, 2006, p. 76.

³⁰⁸ FERNANDES, 1978, p. 59.

³⁰⁹ EVARISTO, 2006, p.162.

sofridas/tristes/discriminadas/solitárias, sim, mas não frágeis, não submissas, pois mesmo quando e se apanham, psicológica e emocionalmente, suas ações/posturas ao longo da narrativa demonstram a sua superioridade em oposição às irracionais manifestações do domínio masculino. Elas, definitivamente, não precisam deles. Isso, contudo, não significa que o domínio masculino presente nas obras não seja um aspecto relevante, pois é. Não apenas é relevante como merece um olhar à parte, que não é o objetivo desta pesquisa, pois os resultados advindos desse olhar contribuíram, seguramente, para o discurso feminino negro que ratificam a importância da experiência na e para a construção de teorias e que insiste na intersecção de gênero, raça e classe nos debates sobre mulheres. A representação da mulher negra apresentada aqui é fruto/consequência dessa intersecção – ou, de repente, esta intersecção é que resulta na representação extraída das obras aqui analisadas. Representação, inclusive a empreendida neste capítulo, cujos buracos vazios “maior(es) do que aquele que ela contemplava naquele momento”³¹⁰ ainda precisam de teorias para preenchê-los, visto que letra-memória³¹¹ nenhuma ainda foi capaz de preencher.

³¹⁰ EVARISTO, 2006, p.162 (parêntese meu).

³¹¹ Letra é uma referência a todo e qualquer texto literário. Memória, referência ao livro **Becos da memória**.

CAPÍTULO 6

NEM SÓ GÊNERO, NEM SÓ RAÇA: RÍSIA, DEISI E “MARIA DOIDINHA”

Risia, Deisi e ‘Maria Doidinha’ são personagens dos livros *As mulheres de Tijuco-papo*³¹², *O lago encantado de Grongonzo*³¹³ e *Obsceno abandono: amor e perda*³¹⁴, respectivamente, da escritora contemporânea Marilene Felinto. Personagens nas quais nem só gênero, nem só raça as explicam, pois vão e, muitas vezes, estão além do que esperamos encontrar quando analisamos gênero e raça nos textos literários, isto é, uma identidade racial traçada em linhas contudentes, através de traços físicos e psicológicos dos personagens; mulheres tranquilas, amorosas, femininas... . Elas vão e estão além do que esperamos, pois são complexas, isto é, são personagens psicologicamente contraditórias, personalidades extremamente fortes, indóceis e trazem em si uma inovadora forma de agir, pensar, ser e querer; mas ao mesmo tempo elas são simples, pois por detrás das contradições e da indocilidade esconde-se uma pessoa que não quer muitas coisas, apenas encontrar-se e que, ao final, tudo lhes “termine bem”³¹⁵. Em resumo, são singulares. Diante de personagens assim, torna-se necessário pensar em outras possíveis formas de representação feminina para poder compreendê-las. Ou ainda considerar que existe, de fato, uma “riqueza dessa condição feminina plural [...]– o que pode gerar as contradições na representação feminina das personagens não brancas, por exemplo”³¹⁶.

Considerando, portanto, outras possíveis formas de representação da mulher na literatura devido, entre outras coisas, às contradições na representação feminina, este capítulo tem o intuito de identificá-las, nas obras citadas acima. Antes, porém, cabe ressaltar

³¹² FELINTO, 1982.

³¹³ FELINTO, 1992.

³¹⁴ FELINTO, 2002.

³¹⁵ FELINTO, 1982, p. 133.

³¹⁶ DALCASTAGNÉ, [s/d], p. 7. Disponível em: <<http://www.crimic.paris-sorbonne.fr/actes/vf/dalcastagne.pdf>>.

algumas peculiaridades da literatura de Marilene Felinto. Literatura esta objeto de estudo na minha dissertação³¹⁷ de mestrado e na qual

a grande diferença [...] é o fato de conjugar a força da subjetividade do eu-protagonista feminino a um movimento de expansão desse sujeito para fora do individualismo, lançando-o num circuito verdadeiramente ex-cêntrico, voltado para as outras mulheres e os outros ‘humilhados e ofendidos’, num projeto de ação transformadora na e da sociedade.³¹⁸

Além disso, suas personagens “[...] se sobressaem e se tornam extremamente interessantes na medida em que não se encontram presas ao território doméstico. Não há em Marilene Felinto um comprometimento com o espaço doméstico”³¹⁹. E isso é relativo àquela mulher que não é rainha de nada, muito menos do seu próprio lar. Ela é também uma autora destemida em relação às palavras das quais faz agulhas afiadas. As palavras jorram dos seus textos, atingindo leitor, personagens... São facas do começo ao fim. Facas que traduzem ou que substituem, muitas vezes, gritos sufocados, entalados no âmago das personagens femininas. Para Silva, a narrativa de Felinto é um fio de navalha que

atravessa o discurso visceral da escrita do corpo alquebrado e ferido: não do corpo erotizado feminino e sim do corpo que, às vezes, quer se entregar gratuitamente, sem culpas, para romper o silêncio, a solidão, a morte e tentar refazer a relação primordial: aquela sem descontinuidade entre o “eu” e o “outro”.³²⁰

Essas facas, contudo, são os elos entre suas obras, pois, embora os temas abordados em *As Mulheres de Tijucoapo*, *O lago encantado de Grongonzo* e *Obsceno abandono* sejam distintos, algo torna as obras ‘aparentadas’: as mulheres. Rísia, Deisi e “eu sou ‘dona Baratinha’” ou

³¹⁷ **O universo feminino em Marilene Felinto**, dissertação defendida em 2002, na Universidade Estadual de Londrina, sob a orientação da professora Dra. Gizêlda Melo do Nascimento.

³¹⁸ VIANNA, 1997, p. 86.

³¹⁹ JOB, 2002, p. 52.

³²⁰ SILVA, [s/d], p. 142.

“eu sou Maria Doidinha”³²¹ são mulheres nervosas. Mas suas irritações são frutos de uma luta interior que se concretiza/realiza nas palavras para não se submeterem, não serem subjugadas, conservarem a sanidade, pois ela só é obtida por e pela independência conquistada, pela voz externada, mesmo quando “[...]: muitas vezes como hoje, eu perdi a fala. Era tanta incompreensão que era como se às vezes eu falasse outra língua [...]”³²². Essa luta subjetiva, a princípio travada consigo mesma, é algo que as personagens têm tornado único na literatura brasileira contemporânea.

Em “[...] *As mulheres de Tijucopapo* a narrativa gira em torno de Rísia, uma mulher em busca de respostas, em busca de si mesma. Para isso, “ela precisa reencontrar-se com a sua cultura, sua origem [...]”³²³. Faz então uma viagem de volta ao passado, pois, segundo ela, “tive de ir-me embora e cá estou, a não sei quantas milhas do caminho que me levará de volta a Tijucopapo”³²⁴. Vai para [...] “ver se renasce em Tijucopapo onde nasceu (sua) mamãe”³²⁵. Ela é, portanto, uma mulher em plena estrada, no sentido psicológico, isto é, fora do reduto do lar, buscando encontrar no passado “[...] os culpados por todo o desamor que eu sofri e por toda a pobreza em que vivi”³²⁶. Entre esses possíveis culpados encontra-se a mãe, as amantes do pai e o pai, entre outros.

N’*O lago encantado de Grongonzo*, na iminência de reencontrar pessoas de um passado que queria manter no passado, Deisi entra em conflito consigo e começa a (re)lembrar “Grongonzo dos tempos do onça. Que não voltavam. Deisi pensava hoje, tão sentimental que dava enjojo.[...]. Os olhos pesavam de lembranças, iam e viam meio doidos”³²⁷. Aqui, porém, o passado não contribuirá, como se nota ao longo da narrativa, na e para a descoberta pessoal da personagem. Pois, muito possivelmente, como a própria narradora admite, Deisi “já era uma mulher completa – mentirosa e ruim”³²⁸. Por isso, para ela, o passado significava apenas que “amanhã era possível que viessem mulheres, amigas de ... De quando? De antigamente. [...]. Estefânia e Lena, Que precisão tinha? O passado era uma vergonha. [...]”³²⁹. Deisi até relembra fatos passados, contudo, não necessita do mesmo, como

³²¹ FELINTO, 2002, p. 45.

³²² FELINTO, 1982, p. 20.

³²³ SILVA, [s/d], p. 145.

³²⁴ FELINTO, 1982, p. 17.

³²⁵ FELINTO, 1982, p. 27 (parêntese meu).

³²⁶ FELINTO, 1982, p. 133.

³²⁷ FELINTO, 1992, p. 57.

³²⁸ FELINTO, 1992, p. 14.

³²⁹ FELINTO, 1992, p. 27.

Risia, para se entender, para obter uma identidade humana, nem de gênero, nem de raça. Enquanto para Risia o passado é a sua salvação, para Deisi ele vai ser um incômodo desnecessário, pois a colocará frente a frente com verdades ou mentiras adormecidas. O tempo presente é o momento de que necessita para viver. Se para Risia ir ao passado significa retornar à vida no tempo presente; para Deisi seria como se o passado soprasse “um grão de poeira (que borrasse) todas as felicidades”³³⁰ que ela tinha no tempo presente. Por isso, para Deisi, era melhor manter o passado no passado.

Já *Obsceno abandono: amor e perda* é uma narrativa sobre a entrega física e espiritual e perdas sentimentais em um relacionamento amoroso. Nesta obra, a perda afetiva é tão marcante na e para a vida da personagem que a deixa em completo desamparo. Ela se perde nesse emaranhado de dor a ponto de perder o próprio nome, visto que ela não tem um nome próprio, apenas um que ela ‘pega emprestado’ de uma pessoa conhecida com a qual, no momento presente da narrativa, ela diz se parecer : “Dona Baratinha” e “Maria Doidinha”.

Mulheres caminhando por estradas opostas, mas levando no peito o mesmo discurso: sua própria subjetividade. Nas três obras, cada uma das narradoras tem a missão de externar a subjetividade, o íntimo de cada uma das personagens. Missão esta que, n’*As Mulheres de Tijucopapo* e *Obsceno Abandono*, é feita em primeira pessoa. Isso, conseqüentemente, dá um tom mais subjetivo ao discurso proferido pelas personagens. Esse eu-interior fica explícito em cada linha, pois a cada parágrafo a subjetividade do eu/protagonista se faz presente como n’*As Mulheres de Tijucopapo*, por exemplo: “hoje *sou* uma agoniada e ninguém *me* aguenta. *Sou* um estado de porre sem nunca ter bebido. [...]. E eu botei a boca no mundo. [...]. *Eu* sequei envergonhada. [...].”³³¹. Em *Obsceno Abandono*: “mas e daí? O que *me* importa? [...]. *Estou* só”³³². N’*O lago encantado de Grongonzo*, essa subjetividade é transmitida em 3ª pessoa: “Mas *ela*, não. *Matava* os verbos, nem que fosse apenas de ruindade [...]. *Levantou-se* indignada. [...]. A *ela*, que nada procurara nem pedira. *Ela* que sempre metera os pés pelas mãos em matéria de lições e professores”³³³. Enfim, é sempre a personagem, a personagem e somente a personagem – suas dores, tristezas, angústias. Tudo gira ao redor do eu-interior delas.

³³⁰ FELINTO, 1992, p. 20.

³³¹ FELINTO, 1982, p. 24-25 (grifos meus).

³³² FELINTO, 2002, p. 11 (grifos meus).

³³³ FELINTO, 1992, p. 31 e 37 (grifos meus).

Devido ao egocêntrico individualismo das personagens que as consome ou por causa desse eu-individualizado e sofredor aos quais os narradores querem enfatizar, dois aspectos chamam a atenção nas obras: a questão de raça e o tempo passado. Em relação ao primeiro, não há nos três romances citados um comprometimento linguístico explícito para com esta questão. As marcas linguísticas referentes à raça (tanto no aspecto físico quanto histórico e social) vão sendo lançadas, quase que sutilmente, ao longo da narrativa, em meio a um discurso voltado para o eu-subjetivo da personagem e um eu-subjetivo-coletivo/histórico/social em determinados momentos. Por essas nuances, sabe-se que Rísia é negra, pois sua “avó era tão negra que arrastava”³³⁴ ou quando a própria personagem declara, a certa altura do texto, que “tinha cabelo duro”³³⁵. Em *As mulheres de Tijuapapo*, portanto, somente através de pinceladas como as citadas pode-se chegar a conclusão sobre a raça da personagem. Já n’*O lago encanto de Grongonzo*, a cor da sua pele vem implícita quando a avó da personagem Deisi, por exemplo, dá uma breve descrição física da mesma: “- Tão cheia de ruindade, essa menina, dizia a avó, da ponta do cabelo ruim até o dedo do pé sujo”³³⁶. O termo “cabelo ruim”, socialmente utilizada para se referir ao cabelo dos negros em oposição ao ‘cabelo bom’ das pessoas brancas, é a expressão, portanto, que irá indicar que esta personagem é negra. Já em *Obsceno abandono* é notável a escassez de adjetivos e substantivos que possam caracterizar quem é a personagem. Ela não tem nem mesmo um nome. Conclui-se que seja negra porque a personagem “achava bonita a cara larga e morena, a cara cheia de esgares e palavrões de Maria Doidinha”³³⁷, e depois se autodeclara: “(Eu sou ‘dona Baratinha’, que tem fita no cabelo e dinheiro na caixinha. Eu sou Maria Doidinha.)”³³⁸. Por analogia, portanto, a personagem também seria “morena”. E como no Brasil é comum o termo negro ser substituído pelo ‘morena’, ‘moreninha’ para se referir à afro-brasileira, a personagem de *Obsceno abandono*, portanto, pode ter se utilizado desse recurso. Por isso, é plausível acreditar que esta personagem também seja negra, visto que não há, no texto, nenhuma palavra que comprove e/ou indique que ela não seja. Mas não são apenas as marcas linguísticas que possibilitam concluir a raça dessas personagens. Outros elementos semânticos

³³⁴ FELINTO, 2002, p. 20.

³³⁵ FELINTO, 1982, p. 72.

³³⁶ FELINTO, 1992, p. 31.

³³⁷ FELINTO, 2002, p. 45.

³³⁸ FELINTO, 2002, p. 25.

apontados ao longo dessa leitura também servirão para justificar esta conclusão, como será visto mais adiante.

Quanto ao tempo passado, há na literatura das escritoras afro-brasileiras “recorrências temáticas significativas tais como a representação da família [...]; a memória – recurso buscado para a recuperação de bens culturais e experiências de quem conheceu a História do lado contrário dos feitos históricos; de quem vivenciou o lado das histórias de fato”³³⁹. Recurso, muitas vezes, transmitido através de um olhar saudosista e idealizado do passado. Mas não é bem isso ou exatamente assim na literatura de Marilene Felinto. Por isso, para melhor exemplificar a questão do tempo passado, é necessário entender como ele se apresenta nas obras. De Rísia para Deisi o olhar para o passado tem relevância distinta. Principalmente porque para Rísia, no passado está a família, as raízes. Portanto é para lá que ela se volta para *descobrir-se, entender-se*. Desvinculada desse passado, como se o mesmo já estivesse resolvido, o passado para Deisi se resume a lembranças de erros que poderão interferir no seu presente. Sendo assim, para ela, melhor seria deixar o passado no passado, pois não há necessidade de revivê-lo. Em *Obsceno abandono: amor e perda*, o passado se reduz a um “arrependimento”, visto que só nos arrependemos de algo ou alguma coisa feito(a) no passado. Nesta obra, a única referência a um passado que a possa identificar ou do qual ela necessita para se compreender, sob certos aspectos, é quando se lembra e se compara à “Maria Doidinha” ou a antiga canção “Eu sou Dona Baratinha...”³⁴⁰. Porém, ao fazer essa comparação, do passado ela não resgata nada que possa transformar a sua vida presente ou acrescentar algo a ela. Mas, por outro lado, permite ao leitor, na medida do possível, conhecer um pouquinho a personagem, pois a lembrança e a comparação, no primeiro caso, remete a uma mulher de cara bonita, mas cujo juízo não é muito perfeito, já que o adjetivo “doidinha” permite esta interpretação. No segundo caso, “eu sou Dona Baratinha”, a lembrança e comparação podem indicar duas leituras: a de que ela não é bem quista (exageros à parte, não é bem quista assim como as

³³⁹ NASCIMENTO, 2006, p. 78.

³⁴⁰ A música infantil na íntegra é: “quem quer casar com a dona baratinha que tem fita no cabelo e dinheiro na caixinha?”. Dona baratinha é a personagem da historinha infantil. Em resumo, nesta história, dona Baratinha fica rica, pois encontra uma caixinha com dinheiro, arruma-se, põe-se na janela e começa a buscar por um marido cantando a música acima. Escolhe um dos interessados, mas, ao final, o único pretendente que vem ao encontro do seu ideal de marido sucumbe à gula e acaba caindo dentro da panela de comida. Ela, portanto, termina sozinha.

baratas?) e a de que ela, assim como a dona Baratinha, embora tenha dinheiro, não tem um pretendente que lhe agrade, ou seja, é uma pessoa sozinha.

Portanto, pode-se concluir que, de fato, em Deisi e Maria Doidinha não há olhares saudosistas e idealizados para o passado, nem de olhares temerosos e nada parecido com o olhar cheio de dor, mágoa ou rancor ao passado como o de Rísia. Enfim, no contexto geral, em Marilene Felinto, o passado não é representado de forma idealizada pelos personagens e nem pelos narradores. Em muitos momentos, o narrador e a personagem deixam entrever, que não há nada do que se orgulhar nas histórias passadas/vividas pelos personagens. Apenas mágoas, feridas não cicatrizadas. As mágoas, contudo, não impedem Rísia, por exemplo, de sentir orgulho ao se olhar no espelho e dizer que vem “de índios e negros, gente escura, e (se sentir) como uma árvore, (se sentir) raiz, mandioca saindo da terra”³⁴¹. Por outro lado, diante do passado que chegaria no dia seguinte, o temor, a insegurança sentida por Deisi não impedem que ela ouça, ao se deitar na “cama onde o marido já estava. [...] o próprio coração batendo [...] como se o coração fosse um piano e dentro dele vivesse, de fato, um monstro que a matava suavemente”³⁴².

Relevante ressaltar que quaisquer problemas que as personagens tenham com o passado, eles não estão relacionados a não aceitação racial, por exemplo. Muito pelo contrário, não apenas há a aceitação racial como nos momentos em que se vislumbra isso, vislumbra-se também uma denuncia por parte dos personagens e/ou narradores do peso da raça na e para a vida das personagens. Afinal, exageros à parte, como já sublinhado anteriormente, por que será que a personagem de *Obsceno abandono*, por exemplo, compara-se a uma *barata* – um ser tão mal quisto? Mostrar aquilo que, inconscientemente, ela acredita que valha aos outros dos outros e/ou tal comparação seria apenas um reflexo da imagem que ela pensa que os outros têm dela (?). Ou ainda, por que se compara a uma mulher ‘morena’ que traz um adjetivo depreciativo no nome? É como se, nesse momento da comparação, ela (in)conscientemente atribuísse a si mesma tudo que não fosse bom e, além disso, reconhecesse que a rejeição e o abandono advêm do fato de ser negra, já que, neste caso, dinheiro ela, aparentemente, tem. Já n’*As mulheres de Tijucopapo*, a personagem

³⁴¹ FELINTO, 1982, p. 36 (parênteses meus).

³⁴² FELINTO, 1992, p.151.

reconhece e aceita que vem “de índios e negros, gente escura”³⁴³ e “de regiões assim, agrestes, de asperezas de alma, de docilidade nenhuma, de nenhum beijo e nenhum abraço, de tiquinhos de comida na cuia e de lombriças nas barrigas [...]”³⁴⁴. Portanto, ela se reconhece enquanto negra e pobre e tem consciência das consequências da pobreza na sua vida social e pessoal, pois a própria personagem admite que a falta de comida, de amor tornou-a uma pessoa dura, uma pessoa com ódio.

Talvez, devido às mágoas, a pobreza, o passado, quando exposto, não seja o local de saudades, de casa. Consequentemente, as personagens não querem, embora em vão, que os acontecimentos passados estejam vinculados ao presente. É em vão, pois nas três obras o passado, indiretamente e/ou de certa forma, reflete-se no presente. E reflete pois, pensando em Rísia, em específico, “este sujeito [...] nos círculos familiar e social não consegue *ser* e [...] vive à margem de um discurso [...]”³⁴⁵ e justamente por isso precisa retornar para “estabelecer um projeto que ela acredita que se possa ainda *ser*”³⁴⁶. Desta forma, para resumir, os romances de Felinto não seguem uma estrutura rígida quanto ao que é proposto ou recorrente nas literaturas afro-brasileiras³⁴⁷, isto é, a autora faz muito pouco uso da memória como resgate de fatos históricos, pois quando se utiliza da memória, ela o faz de uma forma muito individual e subjetiva. Também não deixa *explícito*, ao longo da narrativa, as experiências que só uma mulher negra poderia ter vivido. Mas, por outro lado, também não constrói perfis femininos que reproduzam aquela representação denunciada pelas teóricas feministas: isto é, mulheres como rainhas do lar, mulheres frágeis, oprimidas pelo homem, as musas inspiradoras. Uma das evidências, portanto, denunciadora da raça dessas personagens, visto que a mulher negra nunca foi rainha de nada e é a antimusa da sociedade, segundo Carneiro³⁴⁸. Sendo assim, mesmo quando, aparentemente, a literatura de Marilene Felinto não traduz aquilo que se concebe como sendo literatura afro-brasileira, pois talvez sua literatura não tenha ou tenha muito pouco da história social dos negros(as) e muito pouco das experiências particulares da mulher negra, não trazendo o “eu”, a persona negra, com suas vivências, que um branco pode imitar mas não

³⁴³ FELINTO, 1982, p. 36 (parênteses meus).

³⁴⁴ FELINTO, 1982, p. 132.

³⁴⁵ SILVA, [s/d], p. 145.

³⁴⁶ SILVA, [s/d], p. 145.

³⁴⁷ Sobre literatura de autoria afro-brasileira ver, por exemplo BERND (1988); DUARTE (2002, 2005); EVARISTO (2005).

³⁴⁸ CARNEIRO, 2002.

pode ter – como proposto por Camargo³⁴⁹ –, ela, ainda assim, é literatura que fala de e para negros(as), mas não somente. Isso se considerarmos que mesmo sem nomes e sem estarem abraçadas a um passado, a uma raça, as experiências vividas pelas personagens remetem, assemelham-se muito mais às experiências vividas por mulheres negras, pelas famílias afro-brasileiras, muito embora as mulheres de famílias brancas possam se ‘enxergar’ nestas personagens, visto que a individualidade delas (personagens) e seus respectivos problemas sociais podem ser a expressão de toda uma coletividade, pois essa individualidade está atada diretamente ao fundo emocional e, em alguns momentos, ao social – como é o caso das personagens de Evaristo, de Maria Carolina e de Maria Firmina dos Reis.

Outro aspecto presente na representação das personagens de Felinto e a solidão na qual estão mergulhadas. Contudo, a solidão à qual me refiro não tem relação direta com a solidão contemporânea que atinge a brancos e negros, homens e mulheres atualmente. Falo de uma que é peculiar à mulher negra *também e principalmente*. Ela advém da dificuldade de manter uma relação estável – seja por causa da aparência física que não atende ao padrão estabelecido socialmente; seja porque ela ascendeu social e/ou profissionalmente e, por isso, encontra-se entre mundos³⁵⁰, entre vidas, entre classes e isso dificulta sua integração a esse(a) novo(a) mundo, classe, vida.

Pode-se dizer que, em *Obsceno abandono*, a solidão na qual está mergulhada a personagem advém do relacionamento amoroso fracassado e da ausência de um outro homem na sua vida. Tal fracasso, claro, pode ter vários motivos, assim como da ausência de outro homem. Entretanto, sabe-se e, aparentemente “Maria Doidinha” também o sabia, qual é o ideal de beleza feminino. Muitos homens (inclusive os negros), por razões sociais, buscam esse ideal de beleza, isto é, procuram se apaixonar por uma mulher que se aproxime ou que se enquadre aos padrões de beleza socialmente estabelecidos. Padrão ao qual a mulher negra não se enquadra, pois o mesmo é eurocêntrico. Neste contexto, a queixa de ‘Maria Doidinha’ – único momento no qual a personagem se curva a sua baixa autoestima (ou constatação) – “quem fará o favor? Quem fará o favor de olhar para a minha cara feia? Quem fará o favor de se apaixonar por mim?”³⁵¹, de forma simbólica, reproduz

³⁴⁹ In: SILVA, 2000, s/p.

³⁵⁰ Termo usado por Edward Said (2003).

³⁵¹ FELINTO, 2002, p. 80.

a queixa de muitas mulheres negras que se consideram feias quando se comparam ao padrão pré-estabelecido.

Reproduz, literariamente, a representação de uma mulher lúcida, consciente de que

o meu destino sou eu com todas as minhas imperfeições, andando pela rua feito um manco [...]. É desta ‘eu’, e deste sangue que preciso me lembrar sempre, [...], de levar comigo como única coisa possuída, como único fardo a carregar”.³⁵²

Mulheres corajosas, destemidas que também sabem ser de uma independência cruel, “pois que não estou aqui nesta vida para agradar a ninguém, pelo contrário, eu vou sozinha, como sempre fui”³⁵³. Mas nem por isso conseguem esconder de um leitor mais atento, a carência escondida por detrás dos gritos, dos ódios, da dureza que fingem ter tão bem que chegam a se tornar a própria dureza – parafraseando Fernando Pessoa.

A literatura diferenciada e inovadora de Marilene Felinto, portanto, revela um outro viés da mulher negra. Mulher que até não sabe “direito porque vou aqui, caminho afora”³⁵⁴, mas que “quando [...] chegar lá, [...] quero ver flores vermelhas”³⁵⁵. Para Cirlot (1984), as flores estão relacionadas à imagem do arquétipo da alma. Por outro lado, simbolicamente, significam coragem, amor e respeito. A junção do significado simbólico ao arquétipo da alma resulta em uma explicação plausível, pois flores podem ser traduzidas como sendo a expressão dos desejos mais íntimos da personagem. Em outras palavras, no íntimo, aquela garota revoltada, com ódio, quer apenas coragem para ir ao âmago dos seus sentimentos e lembranças passadas para se entender no presente; amor por ser algo que nunca teve nem dos pais, nem de um homem e, conseqüentemente, faz parte da sua procura e de todo o ser humano; e, por fim, quer ser respeitada como pessoa, como mulher - com suas qualidades e apesar dos seus defeitos. Revela também uma mulher ciente da sua solidão e da causa/origem da mesma, por isso, sabe: “acostumar-se com a solidão, respirá-la calmamente, aspirá-la como se ela fosse um ar – é melhor do que não aceitá-la e

³⁵² FELINTO, 2002, p. 83.

³⁵³ FELINTO, 2002, p. 83.

³⁵⁴ FELINTO, 1982, p. 15.

³⁵⁵ FELINTO, 1982, p. 14.

desesperar”³⁵⁶, embora mesmo acostumada com a solidão, isso não vai impedir que certos dias amanheçam “igualzinho a mim: nublado, cinza, apagado por dentro e por fora, uma tristeza”³⁵⁷. Mas essa solidão não obscurece as outras representações femininas que imperam nas entrelinhas do discurso, quais sejam: a de mulheres fortes, independentes, conscientes da condição racial e de classe na e para a vida delas.

Contudo, compreendê-las melhor, isto é, verificar como se dá essa independência e/ou como elas negociam no dia a dia essa consciência, entre outros aspectos, assim como a dimensão disso tudo para e na representação literária e, principalmente na sociedade, requer um estudo provido de um conhecimento teórico sim, mas, também respaldado na prática/experiência – que esta pesquisa não tem como pretensão –, pois um encontro da teoria e experiência/prática, como proposto por alguns discursos do feminino negro, sempre poderá resultar em teorias que venham ao encontro da mulher negra brasileira de tal forma que a mesma, ao ter contato com elas, pudessem ver e se (re)conhecer em texto e no contexto – das literaturas e da sociedade brasileira.

³⁵⁶ FELINTO, 2002, p. 29.

³⁵⁷ FELINTO, 2002, p. 50.

CAPÍTULO 7

MARIA FIRMINA DOS REIS, CAROLINA MARIA DE JESUS, CONCEIÇÃO EVARISTO E MARILENE FELINTO: RESSONÂNCIAS E DISSONÂNCIAS

*Ter consciência do que nos
aprisiona equivale a deixarmos de
ser perigosos para nós mesmos.*

(Ana Cruz)

As escritoras Maria Firmina dos Reis (século XIX); Carolina Maria de Jesus (meados do século XX); Conceição Evaristo e Marilene Felinto (final do século XX e início do XXI) têm mais em comum do que o sexo, o gênero e a raça: são escritoras afro-brasileiras em cujos textos há uma representação literária da mulher negra que possibilita uma leitura além da literatura, isto é, nas obras dessas autoras, é possível ler, simbolicamente, entre outros aspectos, o que seria a vida social, literária, econômica... das mulheres negras na sociedade brasileira. Porém, não há como desconsiderar a distância temporal e histórica entre uma e outra, além, é claro, da subjetividade inerente a cada ser humano. Sendo assim, neste capítulo o intuito é trazer à tona os aspectos semelhantes e distintos quanto à representação da mulher negra nas obras dessas escritoras, refletindo sobre o elementos que as tornam próximas ou distantes umas das outras. E, mais importante, detectar, na medida do possível, indícios da trajetória histórica e social da mulher negra na literatura e sociedade brasileira.

Para verificar a(s) semelhança(s) entre essas quatro escritoras é preciso antes compreender e respeitar a(s) diferença(s) entre elas. Uma das diferenças está relacionada à escrita de cada uma, como não poderia deixar de ser. Maria Firmina dos Reis escreveu em uma época na qual a literatura estava atendendo a certos propósitos como, por exemplo, exaltar aspectos como o nacionalismo e usar da liberdade de expressão reivindicada pelo Romantismo dentro de um gênero literário relativamente novo: o romance. Como ela possuía uma boa formação

intelectual, tinha, desta forma, conhecimento da convenção literária de sua época, natural então que sua literatura fosse escrita o mais próxima possível do estilo literário vigente naquele período. Naquele período, uma das propostas do Romantismo era exaltar um nacionalismo utópico – que, naquele momento, teve como personagem central a figura do índigena³⁵⁸. Ao contrário da Europa, o Brasil não tinha, na história do seu ‘recente’ passado, uma figura heróica a quem a literatura pudesse recorrer para exaltar os feitos históricos, sendo assim, coube à figura do “bom selvagem” personificar o papel desse herói. Maria Firmina, porém, não se preocupou somente em exaltar o índio. Ela assimilou o modelo literário da época e utilizou-o não para idealizar aspectos sociais, mas para denunciar a chaga social, política e econômica daquele momento: a escravidão.

A literatura de Carolina Maria de Jesus, por sua vez, está inserida em um contexto social e literário denominado de terceira fase modernista (1945-1960), partindo do princípio de que *Quarto de despejo: memórias de uma favelada* foi escrita antes de 1960, ano da sua publicação. Já desde a primeira fase do Modernismo, a literatura brasileira buscou por novos caminhos quanto à forma de se expressar, principalmente no que se refere ao aspecto da linguagem. Dando continuidade a esses novos caminhos, na terceira fase, as produções literárias se diversificam, são feitos experimentos linguísticos através de novas técnicas de expressão (Guimarães Rosa, Clarice Lispector), e gêneros literários vão conviver (um gênero não predominará sobre o outro). Segundo Campos, foi Maria Firmina dos Reis com “Quarto de despejo, best-seller nos chamados ‘anos dourados’ do desenvolvimentismo, quem iniciou, no Brasil, aquilo que viria a ser uma nova tradição narrativa através do discurso da periferia, que tem, na atualidade, um bom representante em Cidade de Deus, de Paulo Lins”³⁵⁹. Talvez esteja em todo este contexto a explicação para que a obra de Carolina Maria de Jesus tenha encontrado espaço para vir à tona, embora não seja somente por isso, pois o conteúdo da mesma vinha ao encontro de uma realidade que precisava ser questionada, discutida e, principalmente, resolvida – como já comentei anteriormente.

Já a contemporânea Conceição Evaristo se encontra num período privilegiado, pois, aparentemente, aqui se escreve o que se quer

³⁵⁸ Em relação à Maria Firmina dos Reis, segundo Muzart (2000, p. 268), “[...], quando, para seguir a corrente dominante de sua época, a personagem era o índio, [...], ela esbarra na insinceridade, no artificialismo de construção, no fracasso, em suma”.

³⁵⁹ CAMPOS, [s/d], p. 3. Disponível em: <<http://uesc.br/seminariomulher/a.nais.>>.

e no formato desejado. A liberdade de expressão, contudo, esbarra no caráter fragmentado³⁶⁰ do sujeito contemporâneo e, muitas vezes, na própria fragmentação da narrativa. Em *Becos da memória* e *Ponciá Vicêncio*, por exemplo, personagens fragmentados buscam reafirmar e/ou conquistar suas identidades humana, de raça, de gênero (não no sentido de construção social).

Embora dividindo com Evaristo a contemporaneidade, Marilene Felinto, por outro lado, tem um único compromisso: com o eu subjetivo das personagens. Este eu que fala/grita tudo o que as personagens de Reis não podem falar, grita por toda fome e injustiça social educadamente denunciada por Carolina de Jesus e, além disso, extravasa todas as angústias e frustrações sufocadas no âmago das personagens de Conceição Evaristo. Mas mesmo gritando, na verdade, talvez por que grem para o nada e ninguém em especial, as personagens de Felinto são as mais infelizes e solitárias dentre todas as personagens das quatro escritoras, devido, principalmente, à solidão que as cerca.

Contudo, apesar do distinto contexto e estilo nos quais estão inseridas, algo as torna próximas: a representação das mulheres negras, pois, entre outros aspectos, assim “como Maria Firmina dos Reis e Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo traz a narrativa dos despojados da liberdade, mas não da consciência”³⁶¹. Marilene Felinto também, embora o “despojados da liberdade” não possa ser aplicado às suas personagens. Afora isso, todas elas (autoras) trazem nos seus respectivos discursos narrativos, a representação de uma mulher negra consciente do seu estar e ser no mundo. Contudo, cada personagem vai vivenciar isso de uma determinada forma, pois estão intrinsecamente sujeitas à sua respectiva história pessoal. As personagens Susana e a escrava, ambas de Maria Firmina dos Reis, assim como a protagonista de *Quarto de despejo* de Carolina Maria de Jesus e Ponciá Vivêncio de Conceição Evaristo *são* e *estão* representadas na narrativa como pessoas conscientes da sua pouca ou nenhuma valorização na sociedade. Por isso, *são* pessoas introspectivas, tristes, possuidoras de uma revolta contida. Entretanto, *estão*, cada uma a seu modo e possibilidades, tentando reverter a sua condição enquanto mulher e mulher negra, exceto a escrava Susana. Contudo, o sistema político, social e econômico as aniquila ao longo da caminhada. Mas, nesse

³⁶⁰ HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 5.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

³⁶¹ ASSIS, 2006, p. 307.

ponto, a questão temporal agirá sobre o destino de cada uma dessas personagens. O tempo histórico-social de Carolina Maria de Jesus e de Conceição Evaristo permitirá a suas personagens sonhar, ter esperança. Em *Ponciá Vicêncio*, “porque enquanto o sofrimento estivesse vivo na memória de todos, quem sabe não procurariam, nem que fosse pela força do desejo, a criação de um outro destino”³⁶². Já com a protagonista de *Quarto de despejo*, porque indiferente à fome, à violência das favelas, um novo dia sempre amanhecia e com ele o “1 de janeiro de 1960”³⁶³, 1970, 1980....

A mesma sorte, entretanto, não coube à Susana e à escrava, pois o contexto histórico dessas personagens não permitia que escravos tivessem muito com o que sonhar, exceto com o sonho da liberdade. Por isso, no século XIX, no qual está inserida a obra *Úrsula* e o conto “A escrava”, o sistema escravocrata vence, aniquilando quaisquer possibilidades de *ser* e *estar* para as personagens Susana e a escrava Joana. À primeira coube uma “escura e úmida prisão” onde a deixaram “entregue aos vermes, à fome e ao desespero”³⁶⁴ até morrer. Mesmo fim teve a escrava Joana, mas esta foi mais ousada, porque “antes que a morte (lhe) cerre os lábios para sempre”³⁶⁵ ela pede para falar, pois quer “morrer amaldiçoando os (seus) carrascos”³⁶⁶.

Ainda nesse contexto de ser e estar no mundo, observa-se nas personagens de Felinto certas diferenças e peculiaridades quando as comparamos com as personagens de Maria Firmina, Carolina M. de Jesus e Evaristo. Também é possível observar, em relação à Marilene Felinto, que quando comparamos o comportamento das suas personagens entre si, nota-se que cada uma delas tem uma relação distinta com o passado e o seu ser e estar no mundo. Em outras palavras, em relação ao segundo caso, n’*As mulheres de Tijucopapo*, Rísia conscientemente sabe que é prisioneira de um passado e, por isso, *está* em busca de si, de respostas. Com os olhos voltados para o passado, ela o desnuda, tenta ‘matá-lo, mas “ela precisa reencontrar-se com a sua cultura, sua origem [...]. Isso é necessário para estabelecer um diálogo que favoreça um projeto que ela acredita que se possa ainda *ser*”³⁶⁷. Deisi, n’*O lago encantado*, é “uma mulher completa – mentirosa e ruim

³⁶² EVARISTO, p. 103, 2003.

³⁶³ JESUS, 1960, p. 182.

³⁶⁴ REIS, 2004, p. 225.

³⁶⁵ REIS, 2004, p. 225 (parêntese meu).

³⁶⁶ REIS, 2004, 257 (parêntese meu).

³⁶⁷ SILVA, [s/d/], p. 145.

[...]”³⁶⁸ e *está* sem “interesse em esmiuçar um pedaço de passado que organizasse em linha a história de sua vida”³⁶⁹. Nesta o passado tem relevância, mas ela não quer revivê-lo e “pra não sentir saudade, virava bicho, em g de grande ganso, a ave que voa mais alto para onde”³⁷⁰. Já “Dona Baratinha” ou Maria doidinha, em *Obsceno abandono*, *é e está* “só”³⁷¹. Portanto, de Rísia a “Dona Baratinha”, personagem da última obra, há um desapego da personagem para com as lembranças passadas. Se o passado em Rísia é a causa de toda sua infelicidade e de seu percurso dentro da narrativa, o mesmo acontece com Deisi, porém de forma mais amena, e, praticamente, inexistente para “Dona Baratinha”.

Já em relação ao primeiro caso, citado acima, ao comparar as personagens de Felinto com as de Maria Firmina, Carolina de Jesus e Evaristo, notar-se-á que o olhar voltado para o passado também se encontra nas personagens de Maria Firmina e Evaristo, mas se nestas o passado é usado como fonte de onde elas absorvem a força para prosseguir, para ir ao encontro do futuro, para Rísia ele também o é, contudo é algo do qual ela gostaria de se libertar, de não ser tão dependente para se descobrir, talvez porque Rísia, no passado, representasse/fosse aquele “sujeito, que nos círculos familiar e social não consegue ser e que vive à margem de um discurso que não consegue comunicar plenamente [...]”³⁷².

E a liberdade desse passado acontece, pois n’*O lago encantado*, segundo romance da autora, o passado é algo indesejável, o “passado era uma vergonha. Tempo demais”³⁷³, por isso, “que precisão tinha? O passado era uma vergonha. Era. Um ninho de ratos.”³⁷⁴ Já em *Obsceno abandono*, a narrativa se prende e se quer resolvida no momento presente. Curiosamente, quanto menos Marilene Felinto volve os olhos para o passado, mais a questão racial se afasta dos textos. É como se com *As mulheres de Tijuco-papo* a personagem tivesse atingido o seu intuito: “matar alguém, [...] como há anos esperam de mim”³⁷⁵. E seja lá o que(m) queria matar, matou e acabou ali. Como, aparentemente, era algo relacionado ao passado é nesse contexto que se observa, então, a diferença no comportamento das personagens, pois as

³⁶⁸ FELINTO, 1992, p. 14.

³⁶⁹ FELINTO, 1992, p. 41.

³⁷⁰ FELINTO, 1992, p. 130.

³⁷¹ FELINTO, 2002, p. 11.

³⁷² SILVA, [s/d], p. 145.

³⁷³ FELINTO, 1992, p. 19.

³⁷⁴ FELINTO, 1992, p. 27.

³⁷⁵ FELINTO, 1982, p. 132.

próximas – Deisi e “Maria Doidinha” - não ficam tão à mercê dele. Coincidência ou não, quanto menos presas ao passado as personagens se encontram, menos aspectos linguísticos traduzem a experiência racializada das personagens e mais subjetivo é o seu discurso. Contudo, mesmo assim, esse discurso consegue atingir uma coletividade. Esse distanciamento para com a raça, entretanto, não deve nem pode ser interpretado como um aspecto negativo na obra desta autora, pois em cada ação, atitude e linha entrevê-se a pele e a cor de uma personagem que é negra, como procurei mostrar na análise feita no capítulo anterior.

Quando saímos da literatura do século XIX, isto é, do texto de Maria Firmina dos Reis, e nos detemos, especialmente na literatura do século XX, outro aspecto, já comentado, vai se juntar aos outros tantos problemas enfrentados pelas personagens: a da solidão enfrentada por aquelas que ascenderam social ou intelectualmente e se encontram no “entre mundos”³⁷⁶, o que equivale dizer sem mundo, pois retroceder não é possível e ser aceita no ‘novo’ mundo não é algo tão simples assim. Esta solidão, por um lado, é, segundo Sueli Carneiro, consequência da hegemonia da ‘branquitude’ que instituiu a mulher negra como a antimusa da sociedade brasileira, dando-lhe uma acentuada desvantagem, entre outras coisas, no mercado afetivo, o que caracteriza uma situação de solidão estrutural motivada pelo desinteresse dos homens brancos e pela deserção de grande parte dos homens negros³⁷⁷. Portanto, ratifico uma vez mais, quando falo de solidão, não quero me referir a problemas de ordem pessoal que acometem qualquer mulher e que, como é sabido, dificultam sim que as mesmas se relacionem sentimentalmente com alguém como, por exemplo, o fato de ser separada/divorciada, ter filhos e/ou certa idade etc. Quando me refiro à solidão que pode perpassar a vida social da mulher negra, quero me referir à exclusão que a mesma sofre devido ao padrão de beleza socialmente instituído, aos estereótipos socialmente construídos e que a desvalorizam/denigrem aos olhos da sociedade, devido à própria desvalorização pessoal introjetada que a mesma tem para consigo; quero também me referir ao entre mundo, classes, vida pelos quais transita. Enfim, refiro-me a aspectos que fogem às consequências fortuitas de quando se é casada/solteira, com filhos/sem filhos, idosa/jovem, gorda/magra. Refiro-me, portanto, a aspectos socialmente construídos que têm o poder de colocar a mulher negra em

³⁷⁶ Expressão usada por SAID, Edward. Entre mundos. In: **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

³⁷⁷ CARNEIRO, 2002, p. 74.

desvantagem em determinados segmentos como o afetivo, já mencionado na citação acima.

A questão da entre classe, por exemplo, pode ser observada em *Quarto de despejo*, pois assim que inicia a ‘ascensão’ social da narradora-personagem, ela começa a sofrer certa rejeição por parte dos vizinhos, pois, por exemplo,

quando eu ia chegando, os vagabundos disseram:

– Olha a Elisabety Thaylôr.

– Vão criticar o Diabo!³⁷⁸

Claro que na piadinha dos vizinhos pode ter um quê de inveja também. Mas nem por isso deixa de ter um lado de rejeição, uma forma de eles dizerem que ela não mais pertence àquele grupo social. Mas como a ascensão social de alguém não implica na aceitação tácita pelo grupo ao qual se ascendeu, o não pertencer mais à antiga classe social e nem a atual é que colocará o indivíduo nesse entre ambientes, porque retroceder não se justifica, ‘enturmar-se’ na nova classe dependerá de um conjunto de fatores muitas vezes alheios à vontade daquele que ascendeu socialmente.

Ainda em relação à solidão, esse novo aspecto, portanto, estará presente de forma mais relevante nos textos de Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo e Marilene Felinto. Desnecessário explicar o porquê da ausência desse novo item ‘excluir’ na literatura de Maria Firmina, no século XIX, em pleno sistema escravocrata. Porém, a condição de escrava não impede, muito pelo contrário, acaba colocando Susana e a escrava Joana em uma espécie de “entre mundos”, no qual, a lembrança/memória/cultura seria o mecanismo com o qual ratifica sua identidade, mas, ao mesmo tempo, inconscientemente, poderia ser também o mecanismo através do qual, Susana, em específico, reivindicaria para si um pertencimento a um grupo/mundo que, exceto pelo lado da memória, não mais lhe pertencia.

Portanto, a denúncia de Carneiro sobre a hegemonia da ‘branquitude’, citada acima, vem ao encontro da situação de Ditinha, doméstica e analfabeta funcional que, ao pensar nas belas roupas, joias e nos bonitos sapatos da patroa, olhou-se no espelho e se sentiu “tão feia, mais feia do que normalmente se sentia”³⁷⁹, pois sugestionada pela visão do outro (no caso a sua patroa branca), ao se olhar no espelho,

³⁷⁸ JESUS, 1960, 180.

³⁷⁹ EVARISTO, 2006, p. 93.

enxergou-se com os olhos desse outro. Em outras palavras, a beleza que via na patroa a cegou para quaisquer aspectos belos que trazia em si, pois não viu refletido no espelho *nada* que se assemelhasse à beleza alva da patroa. Daí a constatação de ela não ser um modelo de beleza, pois não possuía nada do que a patroa tinha – nem em beleza física, muito menos em bens materiais. Muito provavelmente, mas de forma inconsciente, foi o fato de se defrontar com essa ‘verdade’ socialmente introjetada que o desejo de roubar, no sentido metafórico e literal do termo, um pouco da beleza física e material da patroa nasceu, por isso “colocou a caixinha de jóias na terceira prateleira; mas, antes, porém, apanhou a pedra verde, tão bonita, tão suave, que até parecia macia.[...]. Ditinha colocou o broche no peito, só que do lado de dentro do peito [...]. A pedra não era tão macia assim, estava machucando-lhe o peito”³⁸⁰. Machucava porque não era da sua índole apropriar-se de coisas alheias e, além disso, “Ditinha gostava muito de D. Laura”, em contrapartida, “D. Laura gostava muito do trabalho de Ditinha”³⁸¹. Devido a essas desigualdades afetivas, econômicas e, principalmente por saber não corresponder ao padrão de beleza pré-estabelecido é que, por outro lado, ‘Maria Doidinha’ curva-se, único momento, sob o peso de conceitos físicos e não foge à indagação: “quem fará o favor? Quem fará o favor de olhar para a minha cara feia? Quem fará o favor de apaixonar-se por mim?”³⁸², pois sabe não ter o padrão de beleza estabelecido e sabe que isso é, pelo menos, uma das causas da sua solidão.

Se a solidão é uma presença constante, com ou sem a presença de um homem ao lado dessas mulheres, outro aspecto também se torna relevante: as relações entre homens e mulheres nas literaturas discutidas aqui. Em *Úrsula*, Túlio e Susana; no conto “A escrava”, a escrava Joana e seu filho, todos eles por serem negros, escravos e, conseqüentemente, estarem no mesmo nível de igualdade humana e social, tratam-se e se respeitam como iguais. Na verdade, os homens aqui respeitam tanto quanto são respeitados, pois Túlio respeita Susana a quem considera como mãe. Essa consideração muito possivelmente pode ser explicada pelas relações sociais das famílias negras, pois segundo Nascimento,

os filhos antecedidos (de outros pais e/ou mães)
trazidos para o seio da família que se formava e os

³⁸⁰ EVARISTO, 2006, p. 99.

³⁸¹ EVARISTO, 2006, p.94.

³⁸² FELINTO, 2002, p. 80.

filhos impedidos (abortados) denunciavam procedimentos históricos a que teriam sido obrigadas a submeterem-se e, talvez por isso, por vivenciarem estas práticas como condição imposta - não se reconhecendo diminuídas ou responsabilizadas por esta condição - não ocultam os filhos antecédidos nem os impedidos, reconhecendo e legitimando todos. Como mães insuspeitas, estendem os braços frondosos para a vida e para a morte.³⁸³

O mesmo respeito que Túlio tem para com Susana, o filho da escrava Joana tem para com ela. Respeito e certa dependência de cunho emocional. Talvez por serem elas, as mulheres, a desempenharem o papel de ‘protetoras’.

Já em *Quarto de despejo*, como comentei no capítulo três, homens e mulheres medem forças. Nesse vale-tudo, nem sempre os homens são os vencedores. Além disso, através do relacionamento entre a protagonista e alguns homens, observa-se que em poucos casos eles atuam como provedores e/ou como ‘chefes’ da casa, sendo, na maioria das vezes, elas as provedoras. Ora, é reconhecidamente sabido que “‘a mulher negra ... no Brasil, vai à luta. [...] Inclusive todas as responsabilidades... ela teve de ser também o homem da casa’”³⁸⁴. A mesma situação ocorre em Evaristo e Felinto, onde os homens são relevantes, contudo elas são mais. Vale lembrar que isso tudo não implica dizer que as questões de gênero não perpassam as narrativas trabalhadas aqui, pois elas perpassam. Contudo, nas relações de gênero, dentro das narrativas analisadas aqui, com exceção do romance *Úrsula* e do conto “A escrava”, as respostas e/ou atitudes das personagens negras para com essas relações são, no mínimo, casos a serem (re)pensados, já que trazem um quê que não deveria ser ignorado.

Das vozes ouvidas aqui, pode-se concluir, portanto, que as poucas dissonâncias entre elas advêm da distância histórica e temporal, como não poderia deixar de acontecer. Já as ressonâncias, isto é, os aspectos em comum quanto à representação da afro-brasileira nas quatro escritoras, elas têm desafiado ao tempo, pois a marginalização da mulher negra ainda permanece até os dias atuais, por exemplo. Diante de todos os aspectos expostos aqui e devido a algumas dissonâncias, para uma melhor compreensão da mulher negra na sociedade e na própria

³⁸³ NASCIMENTO, 2006, p. 133 (parênteses meus).

³⁸⁴ NASCIMENTO, 2006, p. 132 (fala da narradora/entrevistada).

literatura, poder-se-ia separar sua trajetória histórica, literária, social e humana em três fases cujas características são distintas. A primeira fase, na qual Maria Firmina dos Reis e seus textos estão inseridos, diz respeito ao período no qual as mulheres negras, de forma generalizada, não tinham quaisquer atenções, qualquer consideração da sociedade brasileira (além do aspecto de mercadoria valiosa), pois não existiam enquanto pessoa, apenas como objeto de propriedade particular. Já a segunda fase, na qual se encontra Carolina Maria de Jesus, a situação social da mulher negra sofreu poucas alterações, muito embora o fim da escravidão já tivesse completado mais de cinquenta anos e um novo sistema de governo também. Nesta fase houve uma ‘anulação’ distinta da primeira, pois *elas* (mulheres negras) naquele momento tinham uma existência física real no contexto social - eram cidadãs livres, para ir e vir. Porém, na intimidade era uma existência ‘real’ na medida em que sua presença física servia à sociedade enquanto mão-de-obra, isto é, a mulher negra *ainda* era a *melhor e mais apropriada* para os serviços domésticos. Afora isso, sua invisibilidade social tornava sua existência praticamente nula. Mas como ela era uma cidade livre – e considerada ‘boa para os serviços domésticos’ –, ela adquiria, nesta situação, a sua visibilidade social, pois os meios para adquirir essa mão-de-obra pediam caminhos e ‘jeitos’ distintos daqueles do tempo da escravidão, visto que não era mais possível comprá-las em mercados abertos e nem mantê-las onde elas não quisessem trabalhar. Sendo assim, a sociedade, *necessariamente*, enxergava-a e é por isso que a ‘anulação’, neste período, torna-se distinta da primeira fase. A outra forma de a sociedade enxergá-la, tornando-a visível dentro do contexto social, era quando a sua presença, por um motivo ou outro, tornava-se incômoda, isto é, quando a mesma ousadamente aparecia em ambientes nos quais era ‘proibida a entrada de negros’, por exemplo.

Em se tratando da literatura, no período correspondente à Carolina M. de Jesus, a situação pouco se alterou, pois embora tenha sido dada visibilidade para as personagens femininas negras, essa visibilidade não chegou além do exterior das mesmas, isto é, das mãos, braços e pernas, enfim do corpo: instrumento necessário para a realização dos serviços da casa e da ‘cama’ – na concepção da sociedade e, muitas vezes, refletida na literatura. Por outro aspecto, partindo do fato de que a obra de Carolina M. de Jesus ainda busca por um lugar na historiografia literária, conforme já discutido anteriormente, pode-se

concluir que nesse campo sua visibilidade naquele momento ainda sofria sérias restrições. Tudo isso, portanto, colocaria a mulher negra em um contexto no qual existe sim a ‘anulação’ da sua pessoa enquanto indivíduo, cidadã, mas que se realiza sob condições sociais distintas que, entre outras coisas, permite-lhe ser política e socialmente livre – embora ainda não reconhecida, respeitada e valorizada.

Em relação à terceira fase, a mesma compreende os anos 80 do século passado até a atualidade, por isso é preciso considerar a proximidade desse período como um elemento complicador, pois falta um distanciamento que proporcione uma certa neutralidade a qualquer julgamento. Contudo, nesta fase, na qual Conceição Evaristo e Marilene Felinto estão inseridas (de 1980 a 2011), é possível lançar algumas assertivas. Uma delas diz respeito às últimas décadas onde termos como *anulação*, *intolerância*, por exemplo, não devem nortear pensamentos e atitudes, porque já há algum tempo

existe em relação ao pobre uma nova atitude, que vai do sentimento de culpa até o medo. Nas caricaturas dos jornais e das revistas o esfarrapado e o negro não são mais temas prediletos das piadas, porque a sociedade sentiu que eles podem ser um fator de rompimento do estado de coisas, e o temor é um dos caminhos para a compreensão.³⁸⁵

Mais que o temor, creio que lembranças de um passado sangrento, desumano na história da humanidade, aliado a uma propagação de discursos conscienciosos sobre o respeito às diferenças, contribuem para as mudanças de hoje, isto é, a sociedade contemporânea tenta remendar e não repetir erros passados e, é fato, há uma grande parcela da sociedade disposta a viver e deixar viver, a respeitar para ser respeitada, felizmente. De qualquer forma, neste contexto surgiu, ainda que com ressalvas, uma abertura para nós mulheres negras. Ressalvas porque para alcançar esta abertura estas mulheres ainda encontram muitas dificuldades, tanto de ordem econômica quanto de gênero e raça dentro da sociedade. Contudo, a mulher negra neste terceiro momento está (re)escrevendo sua história nas literaturas e na sociedade brasileira. Esta (re)escrita tem denunciado que a trajetória da margem até o centro (já que o centro é algo que a sociedade capitalista nos impõe e do qual, por isso, não podemos nos livrar) ou suas proximidades é lenta, pois a

³⁸⁵CÂNDIDO, 1995, p. 238.

‘abertura’ muitas vezes se confessa utópica ou se revela como uma miragem. Por isso, uma das formas encontradas para atravessá-la se resume a ir ‘comendo pelas beiradas’, isto é, ir buscando mecanismos de sobrevivência alternativos para atingir os objetivos. Neste processo ainda árduo, dadas as muitas adversidades seculares, a mulher negra vai realizando o que na atualidade se denomina como ‘inclusão’³⁸⁶. Na literatura, em muitos casos, inserindo-se nesse campo através da união de grupos de escritores como, por exemplo, o Quilombhoje ou com uma literatura de escre(vivência)³⁸⁷. Enfim, fazendo-se visível na sociedade e literatura enquanto sujeito e objeto de sua escrita, enquanto portadora de um discurso feminista negro... Por tudo isso, esse momento pode ser caracterizado como o do *movimento para dentro* de uma sociedade na qual nem sempre sua pessoa se fez presente. Ou seja, fase do *movimento para dentro* da sociedade literária, dos discursos acadêmicos, dos discursos políticos, sociais... E/ou pode ser também a fase do movimento no qual se quer *negar para reivindicar* algo, isto é, fase da negação de uma sociedade que se autodenomina democrática, negação de ‘verdades’ construídas para elas, negação de que somos mulheres cujos anseios, cujas reivindicações são iguais aos das mulheres brancas só por sermos do mesmo sexo, entre outras tantas negações. Fase esta na qual o *movimento para dentro*, isto é, o movimento de ingressar, inscrever, inserir-se passa, parece que necessariamente, pelo caminho do imigrar. Imigrar para dentro de si, para o passado. Por isso, talvez, a literatura afro-brasileira tenha esse olhar voltado para o passado e para o interior de si e suas reminiscências. Linguisticamente, este é o

³⁸⁶ Trouxe palavra ‘inclusão’ entre aspas simples, pois entre outros aspectos, como ‘inclusão’ pode ser compreendido como sendo o “fechamento, encerramento de alguma coisa dentro de outra”, segundo Bueno (1988, p. 1888), esta semântica, no contexto deste trabalho, não explica a mobilidade e a existência de uma independência que advogamos ao longo deste trabalho. Além disso, se lermos IN – CLU – SÃO por partes silábicas, pode-se obter os seguintes significados: in = entre, em; club = sociedade, associação; são = que tem saúde, saudável. Ao pé da letra, inclusão pode ser lida, então, como estar dentre aqueles que são saudáveis, se a sílaba ‘clu’ estiver relacionada ao termo *club*, do inglês e são remeter ao vocábulo sadio. É uma possibilidade (ainda que gramaticalmente pouco fundamentada aqui) que, de qualquer forma, dá ao vocábulo inclusão um peso que não quero trazer para esta terceira fase da mulher negra na sociedade brasileira. Principalmente porque na sociedade brasileira, o termo inclusão está muito associado à inclusão das crianças portadoras de alguma deficiência nas escolas regulares, isto é, nas escolas onde estudam os alunos ‘normais’ (sadios aos olhos da sociedade, em oposição aos ‘não normais’ - os portadores de deficiência, os ‘doentes’ aos olhos da sociedade. Sendo assim, este termo não será utilizado para caracterizar/explicar esta terceira fase.

³⁸⁷ Termo utilizado por Conceição Evaristo. Para ela, “a *escre(vivência)* das mulheres explicita as aventuras e desventuras de quem conhece uma dupla condição, que a sociedade teima em querer inferiorizada, mulher e negra” (EVARISTO, 2005, p. 205).

caminho da inserção, da inscrição, enfim, do movimento que nós leve a um lugar/espaço de direito.

Quanto às literaturas das escritoras dessas três fases, em particular as que foram estudadas aqui, mesmo sendo literaturas distintas, posto que estão inseridas em fases, em períodos literários e estilo de escrita distintos, seus discursos ultrapassam as barreiras temporais e revelam um legado entremeado de ressonâncias, denunciando o quanto e como gênero, raça e classe têm conduzido e tornado distinta a vida das mulheres negras. E se estas ressonâncias têm invadido os séculos, insistir, portanto, nos aspectos racistas, discriminatórios, machistas que permeiam as relações de gênero e raça e, conseqüentemente, classe no Brasil ainda é a única forma possível de reverter o legado que o tempo deixou: os estereótipos depreciativos que têm colocado a mulher negra, em muitos casos, em uma situação de exclusão profissional e/ou social e/ou afetiva. Por isso, estão, no amor, na “[...] eterna busca, busca de um lugar que não seja o de amante fogosa, mas da mulher que ama e quer ser amada” de acordo com a historiadora Fabiana Schleumer³⁸⁸. Mas quase sempre terminam social e literariamente solitárias, pois já dizia ‘Maria Doidinha’, “hoje é sábado de noite no silêncio da minha casa, e estou pondo roupa no varal como se fosse qualquer outro dia deste mês [...]. Dia, noite, segunda, terça, tanto faz.. *Estou só*”³⁸⁹.

Reverter todo este contexto, contudo, não tem data, nem tempo certo. O certo é jogar palavras, reflexões no tempo presente, acreditando que o tempo futuro saberá traduzi-las e (re)escrevê-las. Isso, porém, não quer dizer que se chegou ao fim de um problema secular: a situação social dessa mulher. Aliás, “a quantas mil milhas será que estou? A 250? Faltará parte ainda?”³⁹⁰

Seguramente sim, visto que “a paisagem que eu trouxe pintada na folha em branco [...]” não “virou uma revolução”³⁹¹, já que não era essa a proposta. Mas, por outro lado, essa “paisagem” rabiscada aqui possibilita que reflitamos, entre outras coisas, sobre quem é, onde e como está a mulher negra na sociedade e literatura brasileira. Refletir e se posicionar, de preferência antes que “bip-bip-bip-bip...[...]. Tempo

³⁸⁸ Fala da historiadora Fabiana Schleumer após apresentação na **XI Conferencia Internacional de Cultura Africana y afroamericana**, realizada em Santiago de Cuba, em abril de 2010.

³⁸⁹ FELINTO, 2002, p. 11 (grifos meus).

³⁹⁰ FELINTO, 1982, p. 56.

³⁹¹ FELINTO, 1982, p. 133.

esgotado”³⁹² porque “a vida é cruel”³⁹³. E no ínterim de um século para outro, de uma década para outra estereótipos já foram criados, sofrimentos impingidos e outras senzalas criadas, pois para os (e porque) vivos o tempo não para – para nada, nem ninguém.

³⁹² FELINTO, 2002, p. 77.

³⁹³ FELINTO, 2002, p. 77

CONSIDERAÇÕES ...

Ao concluir o que estava proposto ao iniciar esta pesquisa, algumas considerações³⁹⁴ – e não uma conclusão final –, consequentemente, surgiram. Uma delas está relacionada ao movimento feminista que foi discutido no primeiro capítulo. Neste, ao longo das discussões empreendidas, percebe-se a indiscutível relevância desse movimento para as mudanças sociais e políticas na e para a vida da mulher ocidental. Percebe-se, inclusive, o avanço e a abrangência dos discursos proferidos pela crítica feminista dentro da academia. A consequência desse avanço e da abrangência desses discursos é, por exemplo, esta pesquisa que, mediante os resultados obtidos em cada capítulo, pôde ratificar uma das propostas do feminismo negro, qual seja: a necessidade da intersecção de gênero, raça e classe nos discursos teóricos sobre mulheres. Pôde constatar também que ainda há um caminho a percorrer na busca por uma consolidação e espaço no qual possa ser ouvido e respeitado, porque quando “criticamos o movimento ou assumimos a responsabilidade de dar nova forma a ideias feministas e introduzir ideias novas, nossas vozes³⁹⁵, muitas vezes ainda, nossas vozes e ideias são olhadas de esguelha sim. Segundo bell hook, só podíamos ser ouvidas “se as nossas afirmações fossem um eco dos sentimentos do discurso dominante³⁹⁶. Contudo, ainda de acordo com esta mesma autora, já há uma mudança em relação a esses pensamentos. Que essa mudança vá além, isto é, que nessa mudança esteja presente a consciência do quanto os discursos sobre gênero, raça/classe devem sair do círculo vicioso no qual se propagam as teorias, ou seja, discursa-se na academia e para os acadêmicos, pois esses discursos raramente atravessam os portões das academias. Desta forma, esses discursos ou tardam, ou não chegam aos outros interessados, dificultando as mudanças sociais e contribuindo, de certa maneira, para perpetuar a situação social da mulher negra. Neste contexto, é relevante a conscientização, o esclarecimento, enfim: o conhecimento, principalmente de si mesma, ainda que seja sob o aspecto teórico.

Além dos aspectos citados acima, durante a análise das literaturas do século XX e XXI e a partir da representação da mulher

³⁹⁴ Considerações, na medida do possível, no sentido dicionário do termo, qual seja: “[...] 2. Exame atento, reflexão. [...] Razões, exposição fundamentada.” (LAROUSSE CULTURAL, 1992, p. 262).

³⁹⁵ hooks, 2004, p. 45 (tradução minha).

³⁹⁶ hooks, 2004, p. 45 (tradução minha).

negra obtida, surgiu a sensação de que havia um vazio nos discursos da crítica feminista, inclusive do feminismo negro, pois dentre os que foram utilizados por esta pesquisa, nenhum contemplou, satisfatoriamente e a contento, algumas das representações femininas encontradas. Ou seja, havia uma representação da mulher negra bastante singular e que as teorias feministas estudadas não contemplavam nos seus discursos de tal maneira que fosse possível ao pesquisador perfilar essa mulher/representação.

Neste contexto, difícil ignorar o quanto os textos literários escritos por mulheres negras, poderiam, por um lado, contribuir sobremaneira para ampliar o discurso feminista negro, ampliar a compreensão sobre as necessidades da mulher negra – pobre e classe média. Em se tratando da literatura escolhida para este trabalho, por exemplo, a mesma traz uma representação da mulher negra que, sob certos aspectos, vem ao encontro de algumas ponderações acerca da mulher negra propostas pelo feminismo negro. Porém ainda há vazios, lacunas, subsídios teóricos que deem repostas a outras representações encontradas aqui.

Quanto à literatura estudada aqui, a mesma revelou-se extremamente rica e inovadora quanto à representação da mulher negra. Representação esta, diga-se de passagem, bastante distinta da representação da mulher branca comumente apresentada nas obras canônicas. A começar pela representação nas obras de Maria Firmina dos Reis (século XIX). Ela, além dessa representação surpreendente, conseguiu surpreender também enquanto escritora, pois traz elementos para a sua narrativa que antecipam escritoras como Marilene Felinto, em se tratando da representação feminina; traz um discurso cujo engajamento político, sociológico, humano antecipa autores do porte e reconhecimento de Gilberto Freyre, Lima Barreto, revelando com isso o quanto era uma mulher a frente do seu tempo. Se ela e sua obra não tivessem sido ostensivamente apagados da historiografia literária, poder-se-ia pensar que seus contemporâneos a ‘copiaram’.

Outra surpreendente e rica literatura é a de Carolina M. de Jesus e o seu *Quarto de despejo*. Embora haja quem diga o contrário, como comentei no capítulo quarto, a literatura de Jesus é história, sociologia é representação da mulher negra no seu próprio ambiente e pela própria mão de uma mulher negra e pobre. Melhor que algo assim, e chegar ao fim da pesquisa e descobrir o quanto o retrato pintado nas obras das

quatro escritoras tem em comum. Pois Conceição Evaristo e Marilene Felinto também trazem a representação de uma mulher negra com os mesmos perfis que as outras duas, salvo um ou outro aspecto que as diferenciam devido ao período histórico literário que as separam e, conseqüentemente, agirá nestas representações.

Das muitas representações da mulher negra extraídas das obras dessas autoras, de forma simbólica, conforme ia identificando-as, também procurei fazer um paralelo entre a representação encontrada e a condição social da mulher negra na sociedade brasileira. Dos resultados obtidos, um diz respeito ao local de onde falam as personagens. Com exceção de Marilene Felinto, as personagens de Maria Firmina dos Reis, Carolina M. de Jesus e Conceição Evaristo falam da margem, vivem à margem, semelhantemente à condição social da grande maioria delas na sociedade brasileira. Ou porque na margem, ou como consequência da margem, a representação literária da mulher negra não apresenta grandes alterações, a grande maioria das mulheres negras ainda continuam desempenhando serviços braçais – como faxineiras, babás, no campo, ou seja, ainda permanecem nas senzalas modernas. Há, seguramente, as exceções, como a própria literatura de Felinto pode comprovar, pois nela as mulheres negras não apenas se encontram fora do reduto do lar como demonstram ter um alto grau de instrução. Contudo, creio – particularmente – que são poucas e raras as exceções.

Outra representação mostra que, nos poucos e sofríveis relacionamentos entre o homem (negro ou branco) e a mulher negra, quaisquer tipo de dominação masculina, e a conseqüente representação de gênero, apresenta um quê que destoa bastante das representações de gênero observadas nas literaturas canônicas – tanto nas produzidas por homens brancos quanto por mulheres brancas (advém desse fato, principalmente, a argumentação que expus logo no início das considerações sobre a lacuna nos discursos feministas). Neste contexto de diferenças é que se observa o quanto o homem necessita da mulher negra mais do que ela dele. Observa-se também que a representação feminina aqui traz a mulher negra como a grande provedora, a grande protetora – de si e dos seus filhos –, numa atitude de extrema independência do outro (homem), ratificando, entre outras coisas, as “notáveis presenças indefinindo classificações, indeterminando posicionamento, inquietando todas as certezas [...]”³⁹⁷, no que diz respeito à mulher negra e inclusive sobre alguns aspectos das teorias de

³⁹⁷ NASCIMENTO, 2006, p. 147.

gênero, por que não?

Relevante e, sob certos aspectos, também reveladora é a representação na qual se tem mulheres negras solitárias. Quanto a esta solidão, procurei deixar evidente que a mesma não se refere à solidão que atinge homens e mulheres atualmente, pois a que se refere à mulher negra advém de fatores sociais que, por exemplo, colocam-na entre mundos, entre vidas, entre classes, semelhantemente à situação social delas na sociedade brasileira.

Diante, portanto, da representação feminina obtida, conclui-se que ela, de fato, apresentou várias nuances de suma relevância. Sendo assim, a partir delas, para melhor responder aos questionamentos levantados por esta pesquisa, tracei três fases para dizer quem é, como e onde está a mulher negra no contexto literário e social brasileiro. A primeira fase corresponde ao período da escrita de Maria Firmina dos Reis (século XIX). Nesta a pessoa da mulher negra encontra-se praticamente anulada – tanto literariamente quanto socialmente. Digo praticamente porque a *presença* da mulher negra na sociedade daquele época, também se fez presente além da senzala, haja vista, por exemplo, a escritora com a qual trabalhei nesta pesquisa: Maria Firmina dos Reis. A segunda compreenderia o período pós-abolição até meados de 1970, no qual está inserida a obra de Carolina Maria de Jesus, e na qual a presença da mulher negra se faz notar, tanto na literatura quanto na sociedade, porém de forma pré-concebida, pouco valorizada e respeitada. Ou seja, ela existe enquanto serviçal do lar ou é vista de forma estereotipada em relação ao corpo – nada que não tivesse ocorrido na fase anterior, porém, nesta segunda fase, como não havia mais escravidão, a sua história social poderia/deveria ser outra. Mas como não foi, pode-se dizer que ainda havia uma anulação da sua pessoa – embora em moldes distintos ao da primeira fase. Já na terceira fase, que compreende os anos de 1980 até os dias atuais, a mulher negra, através da (re)escrita, faz o *movimento de inserção* para dentro: da visibilidade (literária, histórica e social), dos discursos, dos espaços nos quais outrora ela não tinha acesso.

De Maria Firmina dos Reis à Marilene Felinto, ao longo do trajeto percorrido por esta pesquisa e sucintamente exposto acima, algumas dissonâncias entre obras e autoras se fizeram ouvir, obviamente. Contudo, as ressonâncias também. Ressonâncias que possibilitaram obter alguns indícios sobre quem é, onde está e como

está a mulher negra na literatura e sociedade brasileira. Se estas ressonâncias (positivas ou negativas) persistirem no amanhã, oxalá não permita que sejam lidas ainda a partir das senzalas, dos becos, dos Canindés ou do individualismo solitário dos lagos encantados das mulheres negras (brancas, indígenas, asiáticas....). Oxalá os feminismos encontrem, no limiar entre este e aquele, um equilíbrio respaldado no respeito às diferenças dentro da própria diferença para produzirem teorias que, na medida do possível, forneçam respostas para estes e muitos outros quês presentes nos textos e no contexto social; na individualidade da mulher e na singularidade de cada literatura, em particular a das escritas por mulheres negras.

BIBLIOGRAFIA

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Dicionário de questões vernáculas**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1998.
- ANDRADE, Letícia Pereira de. **O diário como utopia: Quarto de despejo**, de C. M. J. Três Lagoas-MS, 2008. Disponível em: <http://www.cbc.ufms.br/tedesimplificado/tde_arquivos/13/TDE-2008-08-20T142839Z-209/Publico/LeticiaTMLE.pdf>. Acesso em 19 maio 2011.
- ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. In: **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, [s.n], 2000/1.
- ARAÚJO, Cristiane Felipe Ribeiro de. Ana Cruz. In: DUARTE, Constância Lima. (Org.). **Mulheres em Letras: antologia de escritoras mineiras**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2008.
- ASSIS, Machado de. Pai contra mãe. In: **Obra completa**. V. 2. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1997.
- BADINTER, Elisabeth. **XY: sobre a identidade masculina**. Trad. Maria Ignes Duque Estrada. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- BAIROS, Luíza. Nossos feminismos revisitados. In: **Estudos Feministas**. Florianópolis: [s.n.], 1995. n.2.
- BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.
- BARATA, Carlos Eduardo de Almeida; BUENO, Antonio Henrique da Cunha. **Dicionário das famílias brasileiras**. São Paulo: Iberoamerica, [19--].
- BARBOSA, Lícia Maria de Lima. Feminismo negro: notas sobre o debate norte-americano e brasileiro. In: **Fazendo Gênero 9: diásporas, diversidades, deslocamentos**. Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Disponível em: <www.fazendogenero9.ufsc.br>. Acesso em 28 maio 2011.
- BARBOSA, Maria José Somerlate. Prefácio. In: **Ponciá Vicêncio**: Mazza Edições, 2003. p. 5-8.
- BARRETO, Lima. **Toda crônica**. (1919 – 1922). In: Rachel Valença (Org.). Rio de Janeiro: Agir, 2004. v. 2.

- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BERND, Zilá. **Introdução à literatura negra**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BIERDERMANN, Hans. **Dicionário ilustrado de símbolos**. São Paulo: Melhoramentos, 1993.
- BLOOM, Harold. Uma elegia para o cânone. In: BLOOM, Harold. **O cânone ocidental**. 4 ed. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 1995.
- BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana. (org.). **Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas**. Maringá EDUEM, 2003.
- BROOKSHAW, David. **Raça e cor na literatura brasileira**. Trad. Marta Kirst. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- BUENO, Francisco da Silveira. **Grande dicionário etimológico – prosódico da língua portuguesa**. São Paulo: Editora Lira S.A., 1988. v.2 e 4.
- BUTLER, Judith, **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CALDWEL, Kia Lilly. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. In: **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2000. v.8, nº 2.
- _____. **Negras in Brazil: Re-envisioning Black women, citizenship, and the politics of identity**. New Jersey: Rutgers University Press, 2007.
- CAMARGO, Oswaldo de. Org. **A razão da chama**. Antologia de poetas negros brasileiros. São Paulo: Ed. GDR, 1986
- CAMPOS, Maria C. C. Gender e literatura. In: SCHMIDT, Rita T. (org.). **Mulheres e literatura: (trans)formando identidades**. Porto Alegre: Ed. Palloti, 1997. v. 1.
- _____. **Representações da mulher negra na literatura brasileira**. Disponível em: <<http://www.uesc.br/seminariomulher/anais/pdf/mesas/Maria%20Consuelo%20Cunha%20Campos.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2011.
- CÂNDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: CÂNDIDO, Antonio. **Vários escritos**. 3. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1995.
- CARNEIRO, Sueli. Gênero, democracia e sociedade brasileira. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, S.G. (orgs.) **Gênero**,

- democracia e sociedade brasileira.** São Paulo: Ed. 34, 2002.
- _____. Identidade feminina. In: HELEIETH, I.B.; SAFFIOTI, Mônica Muñoz. (orgs.) **Mulher brasileira é assim.** Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1994.
- CARNEIRO, Sueli. De novo a raça. **Revista Espaço Acadêmico.** Ano II, nº 21, fev., 2003. Disponível em <Erro! A referência de hiperlink não é válida.>. Acesso em 12/Nov./2009.
- _____. Mulheres em movimento. In: **Estudos Avançados**, vol.17, no. 49. São Paulo, set/dez., 2003. Disponível em: <Erro! A referência de hiperlink não é válida. >. Acesso 26 junho 2010.
- _____. **Enegrecer o feminismo:**a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero.Disponível em: <<http://www.unifem.org.br/sites/700/710/00000690.pdf>>. Acesso em 26 junho de 2010.
- CASTELLO BRANCO, Lúcia. **O que é a escrita feminina.** São Paulo: Brasiliense, 1991.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações.* Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.
- CHAUI, Marilena *et al.* Participando do debate sobre as mulheres e violência. In: **Perspectivas antropológicas das mulheres 4.** Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos.** 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.
- CHIAVENATO, Julio José. **O negro no Brasil:** da senzala à guerra do Paraguai. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- CIRLOT, Juan-Eduardo. **Dicionário de símbolos.** Trad. Rubens Eduardo Ferreira Farias. São Paulo: Farias, 1984.
- CODATO, Adriano; LEITE, Fernando. **Diferenças, igualdades.** Disponível em: <<http://adrianocodato.blogspot.com/2009/05/uma-introducaoaoconceitodeclasse>>. Acesso em 22 maio 2011.
- COLLINS, Patrícia Hill. La política del pensamiento feminista negro. In: NAVARRO, Marysa; STIMPSON, Catharine R. (Org.). **¿Qué son los estudios de mujeres?** Argentina: TEZON TLE, 1998.
- COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria:** literatura e senso comum. 2. ed. Trad. Cleonice Paes Barreto Mourão; Consuelo Fontes Santiago. Belo Horizonte:UFMG, 2010.
- CONWAY, Jill K.; BOURQUE, Susan C.; SCOTT, Joan W. El concepto de género. In: NAVARRO, Marysa; STIMPSON, Catharine R.

(compiladoras). **¿Qué son los estudios de mujeres?** Argentina: TEZON TLE, 1998.

CORRÊA, Marisa. Sobre a invenção da mulata. In: PISCITELLI, A.; MELO, Hildete P. de; MALUF, Sônia W.; PUGA, Vera L. (Org.).

Olhares feministas. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2009.

COSTA, Claudia de Lima; ÁVILA, Eliane. (Org.) Seção Debate: mestiçagem. In: **Revista Estudos Feministas**.. Florianópolis, v. 13, n. 3, 2005.

CULLER, Jonathan. Identidade, identificação e o sujeito. In: **Teoria literária: uma introdução**. Trad. Sandra Vasconcelos. São Paulo: Beca Produções Culturais, 1999.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa**. 29 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

DALCASTAGNÊ, Regina. **A personagem do romance brasileiro contemporâneo: 1990-2004**. Disponível em:

<<http://www.red.unb.br/index.php/estudos/article/view/2123/1687>>.

Acesso em: 12 nov. 2010.

DALCASTAGNÊ, Regina. Quando o preconceito se faz silêncio: relações raciais na literatura brasileira contemporânea. In: **Niterói**. [S.l.: s.n.], n. 24, p.203-219, 2008.

_____. Isso não é literatura. In: **Revista Entre Fronteiras e Cercado de Armadilhas**. Brasília: Ed. UNB e Finatec, 2005.

_____. **A construção do feminismo no romance brasileiro contemporâneo**. Disponível em:

<<http://www.crimic.paris-sorbonne.fr/actes/vf/dalcastagne.pdf>>. Acesso em 22 maio 2011.

DICIONÁRIO do pensamento social do século XX. Eduardo Francisco Alves; Álvaro Cabral (trad.). Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1996.

DUARTE, Constância Lima. Literatura feminina e crítica literária. In: GAZOLLA, Ana Lúcia Almeida.(org). **A mulher na literatura**. II Encontro Nacional da ANNPOLL. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade Federal de Minas Gerais, 1990. v1.

_____. Estudos de mulher e literatura: história e cânone literário. In: XAVIER, Elódia. (org.). **VI Seminário Nacional Mulher e Literatura**. Rio de Janeiro: (s.n.), 1995.

_____. O cânone e a autoria feminina. In: SCHMIDT, Rita T. (org.). **Mulheres e literatura: (trans)formando identidades**. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

XAVIER, Elódia. (org.). **Gênero e representação: teoria, história e**

- crítica. Belo Horizonte: Estudos literários, 2002.
- _____. Literatura e feminismo no Brasil: primeiros apontamentos. In: MOREIRA, Nadilza Martins de Barros; SCHNEIDER, Liane (orgs.). **Mulheres no mundo: etnia, marginalidade e diáspora**. João Pessoa: Editora Universitária, 2005.
- _____. DUARTE, C.L. Gênero e violência na literatura afro-brasileira. In: **Literafro**. Belo Horizonte:UFMG,[20--]. Disponível em: <www.lettras.ufmg.br/literafro/artigoconstancia.pdf>
- DUARTE, Eduardo de Assis. Notas sobre a literatura brasileira afro-descendente. In: DUARTE, Eduardo de Assis. (org.). **Poética da diversidade**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- _____. Virginia Woolf: a androginia como desconstrução. Disponível em <http://www.amulhernaliteratura.ufsc.br/artigo_eduardo.htm> acesso em 15/maio/2010.
- _____. Maria Firmina dos Reis e os primórdios da ficção afro-brasileira. In: DUARTE, Eduardo de Assis. **Literatura, política, identidades: ensaios**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2005.
- _____. O Bildungsroman afro-brasileiro de Conceição Evaristo. In: **Revista Estudos feministas**. Florianópolis, 2006.
- DUARTE, Eduardo de Assis. Literatura e afro-descendência. In: DUARTE, Eduardo de Assis. **Literatura, política, identidades: ensaios**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2005.
- DUARTE, Eduardo de Assis. Por um conceito de literatura afro-brasileira. In: Revista **Terceira Margem**. Rio de Janeiro, Centro de Letras e Artes, Faculdade de Letras, ano XIV, n.23, jul/dez, 2010.
- EAGLETON, M (ed.). Do women write differently. In: **Feminist literary theory: a reader**. Cambridge, Massachusetts: Blackwell, 1986.
- ECO, Umberto. **Obra aberta**. 2. ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1971.
- EVARISTO, Conceição. **Ponciá Vicêncio**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2003.
- _____. **Becos da memória**. Belo Horizonte: Mazza edições, 2006.
- EVARISTO, Conceição. Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face. In: MOREIRA, Nadilza Martins de Barros e SCHNEIDER (Org). **Mulheres no mundo: etnia, marginalidade e diáspora**. João Pessoa: Ideia, 2005.
- FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2002.
- FELINTO, Marilene. **As mulheres de Tijuco papo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FELINTO, Marilene. **O lago encantado de Grongonzo**. 2.ed. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

_____. **Obsceno abandono: amor e perda**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

_____. Clichês nascidos na favela. In: **Folha de São Paulo - Caderno Mais São Paulo**. São Paulo, 29 setembro, 1996.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978, v. 1.

FERNANDES, Francisco. **Dicionário de regimes de substantivos e adjetivos**. 29. ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1952.

FRANKENBERG, Ruth. A miragem de uma branquidade não-marcada. In: WARE, Vron. (Org.). **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

FRANZ, Fanon. **Pele negra, máscaras brancas**. Rio de Janeiro: Fator, 1983.

FREITAS, Celi Silva. *Entre a Vila Quilombo e a Avenida Central: a dupla exterioridade em Lima Barreto*. Mestrado em História Política, Rio de Janeiro, UERJ, 2002.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**. 29.ed. Rio de Janeiro: Record, 1994.

GONZALEZ, Lélia. **A mulher negra na sociedade brasileira**. In: O lugar da mulher. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

_____. **Mulher negra**. Disponível em: www.eliagonzalez.org.br/materia/Mulher_Negra.pdf. Acesso em: 22 maio 2011.

_____. Por um feminismo afrolatinoamericano. In: **Mujeres, crisis y movimiento: América Latina e Caribe**. Isis Internacional, vol IX, junho de 1988.

GUIMARÃES, Antônio S. A. **Intelectuais negros e modernidade no Brasil**. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/sociologia//asag/Intelectuais%20negros%20e%20Modernidade%20no%20Brasil.pdf>> acesso 26 junho 2010.

_____. **Resistência e revolta nos 1960: Abdias do Nascimento**. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/sociologia/asag/Resistencia%20e%20revolta%20nos%201960%20-%20Abdias%20do%20Nascimento.pdf>> acesso 26 junho 2010.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomas Tadeu da Siva e Guacira Lopes Louro. 5.ed. Rio de Janeiro:

DP&A, 2001.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (Org.) **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

_____. (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

hooks, bell. Mujeres negras. Dar forma a la teoria feminista. In: **Otras inapropiables: feminismos desde las fronteiras**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2004.

hooks bell. Intelectuais negras. In: **Estudos Feministas**. Florianópolis: [s.n], nº 2, ano 3, 1995.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. 2. ed. São Paulo: Editora Paulo de Azevedo Ltda., 1960.

JOB, Sandra Maria Job. **O universo feminino em Marilene Felinto**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2002.

KHEL, Maria Rita. Solidão de meninas sertanejas. In: **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 14 dez. 1991, p. 4-5.

LAMAS, Marta. Usos, dificultades y posibilidades de la categoria “gênero”. In: LAMAS, Marta. (Org.) **El género: la construcción cultural de la diferencia sexual**. México: Pueg/UNAM, 1996.

_____. (Org.) **El género: la construcción cultural de la diferencia sexual**. México: Pueg/UNAM, 1996.

LAROUSSE cultural: Dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Nova Cultural, 1992.

LIMA, Ana Cecília Acioli. Estudos de gênero: do ser ao (des)fazer. In: CAVALCANTI, L. L. D.; SCHNEIDER, L.; LIMA A. C. A. (Org.). **Da mulher às mulheres: dialogando sobre literatura, gênero e identidade**. Maceió: EDUFAL, 2006.

LISPECTOR, Clarice. Amor. In: **Laços de família**. Rio de Janeiro: Ed. do Autor, 1960.

LUFT, Lya. **A asa esquerda do anjo**. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

_____. **As parceiras**. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MACHADO, Marília Novaes da Mata. Os escritos de Carolina Maria de Jesus: determinações e imaginário. In: **Psicologia e Sociedade**. V.18, no2 Porto Alegre maio/agosto, 2006.

MACHADO, Serafina Ferreira. **A raiva na literatura: uma leitura de As mulheres de Tijuco Papo**. 2010. Tese (Doutorado em Letras) – CCH,

- universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010. Disponível em: <www.domíniopublico.gov.br>. Acesso em: 28 maio 2011.
- MAGNOBOSCO, Maria Madalena e RAVETTI, Graciela. **Verbete:** Carolina Maria de Jesus. Disponível em: <http://www.amulhernaliteratura.ufsc.br/catalogo/carolina_vida.html>. Acesso em 29 maio 2011.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Carolina Maria de Jesus:** emblema do silêncio. Disponível em: <www.cefetsp.br/edu/eso/cidadania/meihyusp.html> acesso em 27 abril 2010.
- MEIRA, Jean Paul Gouveia. **Nota historiográfica sobre o conceito de classe:** a história social inglesa e a era vitoriana na Inglaterra. Disponível em: <www.anpuhpb.org/anais_XIII_eeph/textos/ST%2014%20%20Jean%20Paul%20Gouveia%20Meira%20%20TC.PDF>.
- MOREIRA, Daniel da Silva. Reconstruir-se em texto. Práticas de arquivamento e resistência no **Diário de Bitita**, de Carolina Maria de Jesus. Disponível em <http://www.uel.br/pos/letras/EL/vagao/EL3Art6.pdf>>. acesso 14 abril 2010.
- MOREIRA, Nadilza M. B.; SCHNEIDER, Liane. (Org.). **Mulheres no mundo:** etnia, marginalidade e diáspora. João Pessoa: Ed. Universitária, 2005.
- MOTT, Maria Lúcia de Barros. **Escritoras negras: resgatando nossa história.** Jan., 2009. Disponível em <**Erro! A referência de hiperlink não é válida.**> . Acesso 7 nov. 2009.
- MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia (Palestra). **3º Seminário Nacional de Relações Raciais e Educação.** PENESB, Rio de Janeiro, 5/11/2003.
- MUZART, Zahidé L. (org.). **Escritoras brasileiras do século XIX.** Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.
- _____. A questão do cânone. In: **Anuário de Literatura n° 3.** Florianópolis: (s.n.), 1995.
- NASCIMENTO, Gizêlda Melo do. Poéticas afro-femininas. In: CORRÊA, Regina Helena Machado Aquino. (Org.) **Nem fruta nem flor.** Londrina: Edições Humanidades, 2006.
- _____. **Feitio de viver:** memórias de descendentes de escravos. Londrina: EDUEL, 2006.
- NASCIMENTO, Gizêlda Melo. O negro como objeto e sujeito de uma escritura. In: SILVA, Lucia Helena O. ; FERNANDES, Frederico A. G. (orgs.). **Cultura afro-brasileira, expressões religiosas e questões escolares.** Londrina: UEL, 2006.

OLIVEIRA, Adriana Barbosa de. **Gênero e etnicidade no romance *Úrsula, de Maria Firmina dos Reis***. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/ECAP73/WGED/1/disserta>>. Acesso em 28 maio 2011.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. **A dama e o unicórnio**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

PERPÉTUA, Elzira Divina. **Aquém do *Quarto de despejo***: a palavra de Carolina Maria de Jesus nos manuscritos de seu diário. Disponível em: <<http://www.red.unb.br/index.php/estudos/article/viewFile/2182/1740>>. Acesso em 29 maio 2011.

PEREIRA, Edmilson de Almeida. Panorama da literatura afrobrasileira. In: **Callaloo**, Vol. 18, no.4. Literatura afrobrasileira: um número especial. Autumn, 1995.

PIÑON, Nélica. I Love my husband. **O calor das coisas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

RABASSA, Gregory. **O negro na ficção brasileira**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1965.

RAMALHO, Cristina. (Org.). **Literatura e feminismo**: propostas, teorias e reflexões críticas. Rio de Janeiro: Elo, 1999.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2004.

REIS, Maria Firmina dos. A escrava. In: **Úrsula**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2004.

RESENDE, Beatriz. A ficção brasileira na era da globalização da cultura. **Terceira Margem**. UFRJ, Rio de Janeiro, n.3, 1995, p. 114-119.

RIBEIRO, Matilde. O feminismo em novas rotas e visões. In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 2006. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026x2006000300012.

RUBIN, Gayle. El tráfico de mujeres: notas sobre La “economía política” del sexo. In: NAVARRO, Marysa; STIMPSON, Catharine R. (compiladoras). **¿Qué son los estudios de mujeres?** Argentina: TEZON TLE, 1998.

SADLIER, Darlene J. **Pós-colonialismo, feminismo e a escrita das mulheres de cor nos Estados Unidos**. In: Mulher e literatura, ano 8, vol 1, 2004. Disponível em: <http://www.lettras.ufrj.br/litcult/revista_mulheres/volume8/Darlenepos-colonialismo.htm>. acesso 2 agosto

2009.

SAID, Edward. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SCHLEUMER, Fabiana. Mujeres esclavizadas en São Paulo colonial: un debate sobre género, raza y religiosidad. In: **XI Conferência Internacional de cultura Africana y Afroamericana**. Santiago de Cuba, 2010.

SCHMIDT, Rita T. Para que crítica feminista? (Anotações para uma resposta possível). In: XAVIER, Elodia (org.). **Anais do VII Seminário Nacional Mulher e Literatura**. Rio de Janeiro: Folha Carioca Editora, 1995.

_____. **A crítica feminista na mira da crítica**. Florianópolis, n.42, jan./jun., 2002. Disponível <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/desterro/article/view/7462/6843>> acesso em novembro/2009.

_____. (Org.). **Mulher e literatura: (trans)formando identidades**. Porto Alegre: Ed. Palloti, 1997. v 1.

SCHMIDT, Simone Pereira. Cravo, canela, bala e favela. In: **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v.17, n.3, setembro/dezembro, 2009.

SCHMIDT, Simone P.; ROSSI, Vania Malta. Caminhos de um (des)encontro: gênero e raça em revistas acadêmicas brasileiras. In: STEVENS, Cristina. (Org.). **Mulher e literatura – 25 anos: raízes e rumos**. Florianópolis: Mulheres, 2010.

SCHWARCZ, Lilia. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In: SCHWARCZ, Lilia. (Org.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**. Porto Alegre, 16(2):5-22, jul/dez, 1990.

SILVA, Alexsandra Maria Ferreira da. **(Re)construção étnica n'As mulheres de Tijucopapo**. Disponível em: <<http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/livroseletronicos/26012011-111603a-escrita-mulherlivroeletronico.pdf>>. Acesso em 28 maio 2011.

_____. **Gênero, classe e etnia em As mulheres de Tijucopapo**. 2007.99 f. Dissertação de (Mestrado em Teoria Literária) – UNB, Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <http://bdtd.bce.unb.br/tesdesimplificado/tde_arquivos/58/TDE-2007-08-14T092757Z-1554/Publico/Dissert_Alexsandra%20Maria.pdf>. Acesso em: 22 maio

2011.

SILVA, Cidinha da. **A quem interessar possa**: quem é Oswaldo de Camargo. Disponível em: <<http://cidinhadasilva.blogspot.com/2007/11/quem-interessar-possa-quem-oswaldo-de.html>> acesso 20 agosto 2009.

SOUZA, Germana Henriques Pereira de. **Carolina Maria de Jesus**: o estranho diário da escritora vira-lata. Tese (Doutorado em teoria Literária) – Universidade de Brasília – UNB, 2004.

STEPAN, Nancy Leys. Raça e gênero: o papel da analogia na ciência. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.). **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

VARGAS LLOSA, Mario. A literatura e a vida. In: **A verdade das mentiras**. Trad. Cordélia Magalhães. São Paulo: ARX, 2004.

VIANNA, Lúcia Helena. Um sopro todo seu – de Clarice e suas irmãs contemporâneas. **Gragoatá**, Niterói, no. 3, p. 69-91, 1997.

WALLACE, Michele. Imagens negativas: para uma crítica cultural feminista negra. In: **Estudos Feministas**. Florianópolis [s.n], n.1, 1994.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

XAVIER, Elódia. Para além do cânone. In: RAMALHO, Cristina. (Org.). **Literatura e feminismo**: propostas, teorias e reflexões críticas. Rio de Janeiro, 1999.